

RELATÓRIO ANUAL 2025

Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

Relatório Anual **2025**



Expediente

Conselho de Administração

Presidente

André Clark Juliano
Siemens Energy Brasil

Alexandre Silva D'Ambrosio
Vale

Alexandre Thiollier Neto
BRK Ambiental Participações

André Lima de Angelo
Acciona Construccion

Antonio Carlos Duarte Sepúlveda
Santos Brasil Participações

Bruno Costa Carvalho de Sena
BMPI Infra

Carlos Leal Villa
Solvi Essencis Ambiental

Carolina Rocha Freitas
Perfin Infra Participações

Daniel Marteleto Godinho
WEG Equipamentos Elétricos

Élio Gil de Meirelles Wolff
Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras

Fernando Lima Rocha Lohmann
Macquarie Serviços De Consultoria

Guilherme Gomes Lencastre
ENEL Distribuição São Paulo

Gustavo Estrella
CPFL Energia

Vice-Presidente

Solange Maria Pinto Ribeiro
Neoenergia

Glauco de Freitas
Hitachi Energy Brasil

João Eduardo Greco Pinheiro
Alupar Investimento

Lauro Celidônio Gomes dos Reis Neto
Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr e Quiroga Advogados

Luiz Sérgio Vieira Filho
Ernst & Young Auditores Independentes

Marcos Pinto Almeida
Brookfield Brasil Asset Management Investimentos

Mauricio Cruz Lopes
OEC

Mauricio Stolle Bähr
ENGIE Brasil Participações

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
CCR

Radamés Andrade Casseb
Aegea Saneamento E Participações

Raul Ribeiro Pereira Neto
EGTC Infra

Conselho Consultivo — Mandato 2023 – 2026

Alexandre Paranhos Tacla Abbruzzini - *Leite, Tosto e Barros Advogados*

André Dabus - *Marsh Corretora de Seguros*

Antonio Bardella Caparelli - *Promon Engenharia*

Celso Pedroso - *Solvi Essencis Ambiental*

Cláudio Medeiros Netto Ribeiro - *OEC*

Daniela Mattos Sandoval Coli - *BRK Ambiental Participações*

Edilene Almeida Luna - *Alupar Investimento*

Fábio Minicheli Assad José - *Voith Hydro*

Gesner José de Oliveira Filho - *GO Associados*

Gustavo Pinto Gachineiro - *CPFL ENERGIA*

Gustavo Xavier Barreto - *CCR*

Helga Paula Patrício Franco- *VALE*

João Paulo Tavares Papa- *SABESP - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo*

Jorge Lauriano Nicolai Sant'Anna - *BMG Seguros*

José Alberto Esteves Dias - *Hitachi Energy Brasil*

José Roberto Reynaldo Júnior - *TSEA Energia*

José Virgílio Lopes Enei - *Machado Meyer Sendacz e Opice Advogados*

Julio Fontana Neto - *Rumo Logística Operadora Multimodal*

Leonardo Miranda da Silva - *Tozzini Freire Advogados*

Luiz Felipe Falcone - *EDP Energias do Brasil*

Luiz Felipe Fernandes Costa - *Concremat Engenharia E Tecnologia*

Marcos Augusto Perez - *Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, Sociedade de Advogados*

Miguel Luiz Morad Noronha - *Bmpi Infra*

Nelson Henrique Barbosa Filho - *BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico E Social*

Otávio Ferreira da Silveira - *OPY Healthare Gestão de Ativos e Investimentos*

Ramon Alkimim Pimenta Ferreira - *Accenture do Brasil*

Renato José Silveira Lins Sucupira - *BF Capital Assessoria em Operações Financeiras*

Reynaldo Passanezi Filho - *CEMIG - Companhia Energetica de Minas Gerais*

Ricardo Antonio Mello Castanheiras - *Monte Rodovias*

Roberto Borges Paiva - *Ecorodovias Infraestrutura e Logística*

Rodrigo Casemiro do Prado - *Caixa Economica Federal*

Rogério de Paula Tavares - *Aegea Saneamento e Participações*

Rosario Zaccaria - *Enel Distribuição São Paulo*

Rui Chammas - *ISA Energia Brasil S.A.*

Sergio Moniz Barretto Garcia - *Arteris*

Suely Sola - *Alstom Brasil Energia E Transporte*

Thomas Benes Felsberg - *Felsberg e Associados*

Estrutura Executiva

Venilton Tadini

Presidente-executivo

Roberto F. Guimarães

Diretor de Planejamento e Economia

Nivaldo Tetti

Diretor Administrativo e Financeiro

José Maria De Paula Garcia

Diretor de Comitês Temáticos

Ricardo Galuppo

Diretor de Comunicação

Evellyn Pascon

Coordenadora de Eventos

Ana Claudia Calegari

Coordenadora do Departamento da Educação Corporativa

Frederico Barreto

Coordenador do Departamento de Economia



Sumário

- 06 | Editorial
- 08 | Publishing
- 10 | Entrevista: André Clark
- 14 | Interview: André Clark
- 18 | Sobre a ABDIB
- 20 | About ABDIB
- 22 | A infraestrutura em números
- 26 | The infrastructure in numbers
- 30 | Eventos

COMITÊS

- 38 | Apresentação

COMITÊS MATRICIAIS

- 39 | Desestatização
- 39 | Financiamento, Riscos e Garantias
- 40 | Legal e Tributário
- 41 | Sustentabilidade
- 42 | Inovação
- 42 | Engenharia
- 43 | Transição Energética
- 44 | Diversidade e Inclusão

COMITÊS SETORIAIS

- 45 | Estratégico do Setor Elétrico
- 46 | Geração
- 46 | Transmissão
- 49 | Iluminação Pública
- 51 | Rodovias
- 52 | Ferrovias
- 54 | Portos
- 55 | Aeroportos
- 56 | Mobilidade Urbana
- 56 | Indústria e Relações Internacionais
- 57 | Saneamento e Recursos Hídricos
- 57 | Resíduos Sólidos
- 59 | Infraestrutura Social

- 63 | Planos de Ação dos Comitês para 2025
- 88 | Encontros e Debates
- 108 | Presença Institucional da ABDIB
- 116 | Educação Corporativa
- 121 | ABDIB na Imprensa

EDITORIAL

Muito foi feito, muito a fazer

É inegável que 2024 trouxe avanços consideráveis no que diz respeito às concessões e às parcerias público-privadas no Brasil e as projeções para 2025 e próximos anos são animadoras.

É isso que mostra a Edição 2024 do Livro Azul da Infraestrutura da ABDIB. Os números indicam que há motivos para otimismo e que há muito trabalho a se fazer para que um ciclo de desenvolvimento sustentável seja capaz de tirar o Brasil da condição de país de renda média e o inclua, finalmente, no clube dos desenvolvidos. Um ciclo que seja marcado por avanços sociais sólidos que, num ambiente de democracia, conduzam à construção de um país mais justo, próspero e sustentável.

O Brasil assistiu em 2024 a um avanço substancial nos investimentos em infraestrutura, que saltaram 16%, passando de R\$ 225 bilhões em 2023 para cerca de R\$ 260 bilhões. Desse valor, R\$ 197 bilhões vieram de recursos privados, e os R\$ 63 bilhões restantes de dinheiro público. O avanço é mesmo superlativo, pois foi obtido tendo como base o ano de 2023, cuja expansão já havia sido de 20% em relação a 2022. Em 2024, foi batido o recorde de investimentos em infraestrutura, superando em quase 10% o recorde anterior obtido em 2014.

Novas ações foram adotadas em 2024, fortalecendo as expectativas positivas para os investimentos em infraestrutura. Temos hoje um inédito padrão de financiamento no país: (i) recursos de fomento, com destaque ao maior protagonismo do BNDES que, além de consolidar seu papel de estruturador de projetos, retoma a função de principal agência de financiamento da infraestrutura e da indústria, sem demandar recursos do Tesouro Nacional, como outrora era feito. Utiliza-se de recursos adicionais provenientes do Fundo Clima, das emissões de Letras de Crédito de Desenvolvimento

– LCD – e de linhas especiais para programas de inovação. Há, ainda, uma maior articulação entre os bancos oficiais federais (BNDES, CAIXA, BNB, e BASA) e organismos multilaterais de crédito; (ii) mercado de capitais: além das debêntures incentivadas, contamos agora com a recém criada debênture de infraestrutura, que se destina a atrair investidores institucionais de longo prazo, e também a securitização da dívida, o que poderá melhorar o caixa dos Estados e Municípios, além de direcionar mais recursos, diretamente ou via garantias, para investimentos em infraestrutura; (iii) recursos externos (Fundo Clima, programa Brasil Eco Invest, órgãos multilaterais de crédito, etc.), com incentivos à captação de recursos externos, acompanhada de mecanismos de proteção cambial.

Também houve avanços importantes na pauta legislativa da infraestrutura. Além das normas já mencionadas na área de financiamento, foram aprovadas as leis que regulamentam o mercado de carbono, hidrogênio verde, combustíveis do futuro, eólicas offshore, e da reforma tributária.

Dezenas de leilões de concessões e PPPs de serviços de infraestrutura foram realizados em 2024, principalmente das áreas de rodovias, saneamento básico, transmissão de energia e infraestrutura social (saúde, educação, habitação, parques e equipamentos públicos, etc.), de origem federal, estadual e municipal. Devemos considerar também que os projetos já em execução, e as perspectivas de realização de cerca de 60 novos leilões em 2025, apenas nos setores rodoviário e de saneamento, já garantem a continuidade do crescimento dos

investimentos em infraestrutura, além da melhoria dos serviços públicos a serem colocados à disposição da população nos próximos anos.

O protagonismo do setor privado nos investimentos de infraestrutura, que bateram recordes por três anos sucessivos (2022 a 2024), alcançando cerca de 76% dos investimentos totais, também decorreu da melhoria na estruturação de projetos, com matrizes de risco mais bem definidas, rentabilidade atrativa, mecanismos mais adequados de reequilíbrios econômico-financeiro de contratos, e cláusulas de mitigação de riscos, proteção cambial e de seguro-garantia e step-in.

A economia brasileira está crescendo à taxa média de 3,6%a.a. desde o pós-Covid em 2021, um bom desempenho em comparação com a média da economia mundial. Mas as perspectivas para 2025 indicam que nossa economia crescerá menos, em função, dentre outras, da elevação das taxas de juros com o objetivo de trazer a inflação para a meta, e dos ventos externos, principalmente dos EUA e da China, num mundo cada vez mais protecionista.

Para atenuar os efeitos negativos sobre nossa economia em 2025, em função das pressões sobre inflação, juros e câmbio, é fundamental reverter as expectativas desfavoráveis que surgiram no Brasil, principalmente a partir do segundo semestre de 2024, em decorrência da evolução dos gastos públicos, da frustração do mercado quanto aos resultados dos ajustes anunciados e dos ventos externos. Medidas complementares para redução de despesas correntes, inclusive previdência social, das renúncias fiscais e dos valores das emendas parlamentares (que retiram do Poder Executivo margem para direcionar recursos a investimentos em infraestrutura) serão necessárias.

Segundo estimativas do mercado, o setor agropecuário do Brasil, que não teve um bom desempenho em 2024, deverá crescer em 2025

e contribuir para a redução da inflação de alimentos e das taxas de juros.

Será preciso, ainda, evitar retrocessos regulatórios que põem em risco a segurança jurídica dos projetos de infraestrutura e defender a autonomia técnica e orçamentária das agências reguladoras – que volta e meia são ameaçadas por tentativas intervencionistas.

Idem com relação ao IBAMA, que demanda reforço técnico e orçamentário, para que possa destravar bilhões de reais em investimentos há tempos paralisados por falta de licenciamento ambiental.

Em que pese a já mencionada boa evolução da pauta legislativa da infraestrutura, será preciso avançar com a aprovação de projetos de lei relativos ao aperfeiçoamento de aspectos processuais e consolidação das normas de licenciamento ambiental, às diretrizes para a mobilidade urbana, às concessões de serviços públicos, além da definição de novo marco regulatório do setor elétrico (geração distribuída, fontes renováveis, subsídios cruzados, etc.);

Em 2024, o Brasil presidiu o B20/G20 e participou da COP-29 realizada no Azerbaijão e do BRIC+ na Rússia. Em 2025, o Brasil presidirá os BRICS+ e sediará a COP-30, a realizar-se em Belém-PA. O País não pode perder as oportunidades que são apresentadas no âmbito da transição energética, que serão fundamentais para sua reindustrialização, com vistas à sua inserção nas cadeias globais de valor.



Venilton Tadini

*Presidente-executivo
da ABDIB*

PUBLISHING

Much has been done, much to do

There is no denying that 2024 brought considerable progress in Brazil concessions and public-private partnerships, and the projections for 2025 and coming years are encouraging.

This is what the 2024 Edition of the AB-DIB's Infrastructure Blue Book shows. The numbers indicate that there is reason for optimism and that there is much work to be done so that a cycle of sustainable development can take Brazil out of the status of a middle-income country and finally include it in the developed countries club. A cycle characterized by solid social progress that, within a democratic environment, fosters the development of a more just, prosperous, and sustainable nation.

In 2024, Brazil presented a substantial increase in infrastructure investments, which jumped 16%, from R\$225 billion in 2023 to around R\$260 billion. Of this amount, R\$197 billion came from private resources and the remaining R\$63 billion from public sector. The progress is truly superlative, because it was obtained based on the year 2023, whose expansion had already been 20% compared to 2022. In 2024, the record for infrastructure investments was broken, surpassing the previous record set in 2014 by almost 10%.

New actions were adopted in 2024, strengthening positive expectations for infrastructure investments. Today we have an unprecedented standard of financing in the country: (i) development resources, with emphasis on the greater role of BNDES, which, in addition to consolidating its function as project structurer, resumes its role as the main financing agency for infrastructure and industry, without requiring resources from the National Treasury, as was previously done. Additional resources can be used from the Climate

Fund, the issuance of Development Credit Bond - DCB and special lines for innovation programs. There is also greater coordination between official federal banks (BNDES, CAIXA, BNB, and BASA) and multilateral credit organizations; (ii) capital market: in addition to the incentivized debentures, we have now the recently created infrastructure debenture, which is intended to attract long-term institutional investors, and debt securitization, which could improve the cash flow of States and Municipalities and direct more resources, directly or via guarantees, to investments in infrastructure and (iii) external resources (Climate Fund, Brasil Eco Invest Program, multilateral credit bodies, etc.), with incentives for attracting external resources accompanied by mechanisms exchange rate protection.

There were also important advances in the infrastructure legislative agenda. In addition to the regulations already mentioned in the financing area, laws were passed regulating the carbon market, green hydrogen, fuels of the future, offshore wind power and tax reform were approved.

Dozens of auctions for infrastructure services concessions and PPPs were held in 2024, mainly in the highways, basic sanitation, energy transmission and social infrastructure (health, education, housing, parks, public facilities, etc.) areas, of federal, state and municipal origin, which, also considering the projects already underway and the prospects of holding around 60 new auctions in 2025 in the highway and sanitation sectors alone, already guarantee the continued growth of infrastructure

investments and the improvement of public services to be made available to the population in the coming years.

The leading role of private sector in infrastructure investments, which broke records for three consecutive years (2022 to 2024), reaching around 76% of total investments, also resulted from the improvement in the projects structuring, presenting better risk matrices, attractive profitability, more appropriate mechanisms for contracts economic-financial rebalancing and risk mitigation clauses, exchange rate protection and insurance guarantee and step-in.

Brazilian economy has been growing at an average rate of 3.6% per year since the post-Covid period in 2021, a good performance compared to the global economy average. However, the outlook for 2025 indicates that our economy will grow less, due to, among other things, the increase in interest rates with the aim of bringing inflation to the target, and external headwinds, mainly from the US and China, in an increasingly protectionist world.

To mitigate the negative effects on the economy in 2025, regarding inflation, interest rates and exchange rates pressures, it is essential to reverse the unfavorable expectations that have emerged in Brazil, mainly from the second half of 2024, due to public spending evolution, the market's frustration with the announced adjustments results and external headwinds. Complementary measures to reduce current expenses, including social security, tax breaks and the values of parliamentary amendments (which remove the federal government infrastructure investments margin) will be necessary.

According to market estimates, Brazil's agricultural sector, which did not perform well in 2024, is expected to grow in 2025 and contribute to reducing food inflation and interest rates.

It will also be necessary to avoid regulatory setbacks that jeopardize the legal security of infrastructure projects, and to defend the technical and budgetary autonomy of regulatory agencies – which are often threatened by interventionist attempts.

The same applies to IBAMA, which requires technical and budgetary reinforcement to be able to unlock billions of reais in investments that have long been paralyzed due to a lack of environmental licensing.

Despite the mentioned good progress in the infrastructure legislative agenda, it will be necessary to move forward with the approval of laws relating to the improvement of procedures and consolidation of environmental licensing standards, guidelines for urban mobility and public service concessions, in addition to defining a new electricity sector regulatory framework (distributed generation, renewable sources, cross-subsidies, etc.).

In 2024, Brazil chaired the B20/G20 and participated in COP-29 held in Azerbaijan and BRIC+ in Russia. In 2025, Brazil will chair the BRICS+ and host COP-30, to be held in Belém-PA. The country cannot miss the opportunities presented by the energy transition demands, which will be fundamental for its reindustrialization, with a view to its insertion in global value chains.



Venilton Tadini
President of ABDIB

ENTREVISTA: ANDRÉ CLARK

“Assim como o Banco Central, as agências de infraestrutura deveriam ter independência”

O presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, avalia o cenário da infraestrutura brasileira no ano de 2024 e aponta as perspectivas positivas para 2025. Ele fala, também, sobre as correções de rota necessárias para que o país consiga aproveitar o momento favorável e se firmar como potência energética global.

O Brasil bateu em 2024 o recorde da série histórica de investimentos em infraestrutura iniciada em 2010. Foram R\$ 259 bilhões, um valor quase R\$ 20 bilhões superior ao recorde anterior, de 2014. Na sua opinião, a tendência é permanente e novos recordes serão batidos nos próximos anos?

Sim, com certeza. Acredito ainda que serão batidos novos recordes, o que por um lado é extremamente positivo, por conta da vasta expansão do uso de concessões pelo Brasil. Em 2010, por exemplo, as concessões principais eram todas federais. Hoje, por causa do saneamento e outras infraestruturas, como iluminação pública e resíduos sólidos, essas concessões são agora estaduais e algumas até municipais. Minha análise é de que os governos nas esferas municipal e estadual aprenderam a disputar esse espaço.

Mais do que isso, nós vemos que antigamente as concessões estaduais eram todas concentradas no estado de São Paulo. Agora você tem outras geografias, como Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, e vários outros estados fazendo as suas concessões e se capacitando para desenhar esse programa. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ajudou muito nessa política pública, no desenho e na formulação de modelos

concessionais para serviços que estão no nível municipal e estadual.

Esse movimento tende a criar expansões no investimento, a exemplo do que ocorre com a privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp. Isso é algo a ser celebrado, sem dúvida nenhuma, mas deveria ser muito maior. Trata-se de uma boa notícia e, ao mesmo tempo, uma má notícia. Em porcentagem do Produto Interno Bruto – PIB, nós não estamos chegando nem perto de onde a gente deveria estar investindo,



Infraestrutura são investimentos de gestão que transcendem governos. Dessa forma, assim como a independência do Banco Central é algo amplamente defendido pelo mercado, as agências de infraestrutura também deveriam ter sua independência.”

deveríamos estar investindo pelo menos o dobro disso. Mas como fazê-lo?

Primeiro, baixando o custo de capital, reduzindo o risco do país, com vistas ao acesso aos fundos e infraestruturas verdes. Em segundo lugar, promovendo agências e modelos regulatórios muito mais seguros e estáveis. E terceiro, colocando foco no reequacionamento das contas públicas, que traz de volta o próprio investimento público, que hoje não tem espaço fiscal. Esses investimentos públicos teriam a característica de viabilizar os privados. Na minha visão essas seriam estratégias importantes para acelerar o investimento e infraestrutura no Brasil.

Como o senhor avalia a situação regulatória do país, ainda é necessário avançar e em quais pontos?

Infraestruturas são investimentos de gestão que transcendem governos. Dessa forma, assim como a independência do Banco Central é algo amplamente defendido pelo mercado, as agências de infraestrutura também deveriam ter sua independência. Essa deve ser sua principal característica. Muito mais independência, capacidade técnica e desvinculação dos ciclos eleitorais, como já ocorre com o Banco Central. À medida que os governos investirem nesse modelo, automaticamente ganha-se mais credibilidade.

Para além disso, há também o papel de planejamento. Falando especialmente da área de logística, a Empresa INFRA SA faz bem esse papel. É sobre estradas, aeroportos e hidrovias se falando e planejando juntos. A meu ver, a INFRA AS faz esse papel, mas tem que fazer cada vez mais, assim como a Empresa de Pesquisa Energética — EPE planeja os sistemas energéticos completos do país — no petróleo e gás, na mineração, mas também na eletricidade. Essas duas frentes, planejamento integrado e independência das agências, é algo fundamental para o sucesso e ampliação das infraestruturas. Nós precisamos melhorar muito nessa área.

“

A população deveria defender as suas agências no âmbito estadual e municipal e lutar para não as politizar. Sempre primando por quadros técnicos, com critérios de eleição concretos de competência e capacidade, como é com a ANEEL e o Banco Central.”

As agências reguladoras sofrem, no momento, com um movimento hostil por parte dos setores do Legislativo e pelo próprio Executivo. Como você avalia que a sociedade deve proceder diante dessa ameaça de retrocesso?

Nós deveríamos proteger mais as agências e mostrar isso no voto. Assim como a sociedade acredita em um Banco Central independente, porque isso protege a sua poupança, se a gente pensar que a infraestrutura é o investimento da poupança de um país, o efeito é o mesmo na nossa poupança de longo prazo.

Essa abordagem atrai poupanças de outros países para investir aqui no Brasil e isso traz prosperidade. A população deveria defender as suas agências no âmbito estadual e municipal e lutar para não as politizar. Sempre primando por quadros técnicos, com critérios de eleição concretos de competência e capacidade, como é com a ANEEL e o Banco Central.

E quanto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA? O órgão vive nesse momento uma situação de crise provocada principalmente pelo sucateamento de seus quadros, que tem gerado atraso na emissão de licenças ambientais para

os projetos de infraestrutura. Como você avalia a situação do IBAMA e o que deve ser feito para resolver o problema?

A reconstrução do IBAMA, a sua independência e certamente a sua produtividade através de sistemas eletrônicos, bancos de dados modernos e utilização de tecnologia de ponta, ajuda o Brasil a atrair capitais de qualidade. Se o Brasil já é um campeão da transição energética e da economia verde, é condizente a estratégia de ter um IBAMA forte, crível e eficiente. Isso irá ajudar o país a se desenvolver e selecionará os melhores capitais do mundo para colocar dinheiro verde aqui no Brasil, tanto ambientalmente quanto socialmente. A gente não quer qualquer investimento, queremos um capital responsável na infraestrutura.

O IBAMA é muito importante para isso. Nossa legislação ambiental é bastante sofisticada, a de direitos humanos também é, e agora a de carbono cabe uma agência importante, como é o IBAMA, muito bem capacitada e preparada para atender o desenvolvimento do Brasil.

Isso vale para os órgãos estaduais e municipais também. Tem uma ideia de que o Brasil

“

Acredito que o Brasil tem os ingredientes mais importantes para o desenvolvimento do hidrogênio verde. Contudo, o hidrogênio verde é mais sobre o seu uso local e como a indústria irá processá-lo e transformá-lo em produtos de maior valor agregado.”

continua a se desenvolver ocupando o espaço físico, o que quer dizer que o País continua a expandir pelo crescimento das suas cidades. Em última instância, isso impacta nas decisões ambientais. Portanto, retirar os gargalos que existem no IBAMA traz grandes benefícios ao desenvolvimento do país.

Não podemos esquecer que assim como o mundo está ficando mais protecionista para o comércio, também está ficando mais protecionista para o investimento. Os países estão chamando seus capitais para investir dentro de casa, afinal, todos estão lutando contra déficits fiscais profundos e precisam fazer seus investimentos em transição energética, infraestrutura e em economia verde. Dessa forma, a competição por capitais de investimento se tornou ainda mais acirrada do que era no passado. Nesse contexto, é fundamental o Brasil investir em um ambiente muito crível em termos de regulação e licenciamento ambiental.

O hidrogênio verde é contado como um produto essencial para a transição energética, que pode ajudar a impulsionar a economia e a retomada do desenvolvimento. Você avalia que as ações em torno do hidrogênio verde estão corretas? O que pode ser feito para melhorar?

Acredito que o Brasil tem os ingredientes mais importantes para o desenvolvimento do hidrogênio verde. Contudo, o hidrogênio verde é mais sobre o seu uso local e como a indústria irá processá-lo e transformá-lo em produtos de maior valor agregado.

Não faz sentido o Brasil almejar a simples exportação direta de hidrogênio verde. Primeiro que a logística é muito cara, tecnologicamente ainda não está madura. Precisaremos de pelo menos uma década para termos navios que cruzem o Atlântico transportando o hidrogênio, não faz o menor sentido. Mesmo nas estratégias de transportar amônia verde, as soluções são ainda nascentes.

O Brasil tem um custo marginal do hidrogênio verde muito competitivo, o que significa que a utilização desse hidrogênio em produtos como plástico verde, vidro verde, combustível de aviação verde e o diesel verde, por exemplo, podem impulsionar a indústria local e ao mesmo tempo desenvolver o H2V.

Não acho que o que falta no Brasil são grandes regulações específicas para o hidrogênio verde à frente, não acho tão necessário. Acho que o foco deve estar no franco desenvolvimento da indústria verde com viés exportador, para utilizar o hidrogênio verde como insumo para exportações de produtos de maior valor agregado.

O Brasil sediará a COP30 em 2025. Que vantagens o país pode obter desse evento e o que deve ser feito para se alcançar os melhores resultados?

A COP30, assim como o G20, é sobre o mundo, não é sobre o Brasil. Contudo, a COP30 traz um palco importante para o Brasil numa área em que somos extremamente competitivos, que são as economias verdes. Essa é a grande oportunidade. Se o Brasil realizar um evento bom, claro, confortável, com infraestrutura para receber todos os convidados de forma adequada, e logística viável, será uma COP de grande sucesso, já que é a primeira edição do evento em um país democrático, desde Glasgow. A sociedade vai querer se expressar e o Brasil é um país plural, democrático e com liberdade de expressão. Será muito importante demonstrar isso sobre o nosso país.

Além disso, é certo que diante de um cenário geopolítico de incertezas, marcado por fragmentações ideológicas, econômicas e climáticas, nossa capacidade para criar consensos seguirá sendo testada até Belém.

Nesse sentido, não podemos abrir espaço para narrativas negacionistas ou polarizações internas deletérias aos nossos objetivos e posicionamentos externos. Ao chegar à COP, movendo-se como rainha no tabuleiro global, o Brasil tem uma chance única de alcançar grandes sonhos — da entrada na OCDE ao investment grade —, bastando assumir com a exigida responsabilidade o papel de líder verde e democrático, tanto em diálogo quanto em ação

INTERVIEW: ANDRÉ CLARK

“Just like the central bank, infrastructure agencies should have independence”

The chairman of the ABDIB Board of Directors, André Clark, evaluates the Brazilian infrastructure scenario in 2024 and points out the positive prospects for 2025. He also talks about the necessary course corrections, to allow the country to take advantage of the favorable moment and establish itself as a global energy power.

In 2024, Brazil reached the historical record for infrastructure investments serie started in 2010. There were R\$ 259 billion, a value almost R\$ 20 billion higher than the previous record, in 2014. In your opinion, is the trend permanent and will new records be broken in the coming years?

Yes, definitely. I also believe that new records will be broken, which on the one hand is extremely positive, due to the vast expansion of the concession process in Brazil. In 2010, for example, the main concessions were all federal. Today, because of sanitation and other infrastructure, such as public lighting and solid waste, these concessions are now state and municipal owned. My analysis is that municipal and state governments have learned to compete for this space.

More than that, we see that in the past, state concessions were concentrated in São Paulo. Now, you have other geographies, with concessions and training program in Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul and several other states. The National Bank for Economic and Social Development — BNDES helped in this public policy, by municipal and state level concession models designing and formulating.

This trend is expected to drive further investments, as seen in the privatization of São Paulo's Basic Sanitation Company (SABESP). This is something to be celebrated, without a doubt, but it should be much greater. This is good news and, at the same time, bad news. As a percentage of the Gross Domestic Product (GDP), we are not even close to where we should be investing; we should be investing at least twice that. But how can we do this? First, by lowering the cost of capital, reducing



Infrastructure is a management investment that transcends governments. Thus, just as the independence of the Central Bank is something widely defended by the market, infrastructure agencies should also have their independence.”

the country's risk, with a view to accessing funds and green infrastructure. Second, by promoting much safer and more stable regulatory agencies and models. And third, by focusing on the rebalancing of public accounts, which brings back public investment itself, which currently has no fiscal space. These public investments will support private and public partnership investments. In my view, these could accelerate infrastructure investment in Brazil.

How do you assess the country's regulatory situation? Is there still a need for progress? On what points?

Infrastructure is a management investment that transcends governments. Thus, just as the independence of the Central Bank is something widely defended by the market, infrastructure agencies should also have their independence. This should be their main characteristic. Much more independence, technical capacity and disconnection from electoral cycles, as is already the case of the Central Bank. As governments invest in this model, they automatically gain more credibility.

In addition, there is also the planning role. Speaking especially about the logistic area, INFRA SA plays this role well. It involves roads, airports and waterways planning together. In my opinion, INFRA SA plays this role, but it has to do more and more, just as the Energy Research Company (EPE) plans the country's complete energy systems – in oil and gas, mining, but also in electricity. These two fronts, integrated planning and agency independence, are fundamental to the infrastructure investments success and expansion. We need to improve in this area.

Regulatory agencies are currently facing hostile actions from the legislative and executive branches. How do you think society should proceed in the face of this regression threat?

“

The population should defend their agencies at the state and municipal levels and fight to prevent them from being politicized. Always prioritizing technical staff, with specific election criteria based on competence and capacity, as is the case of ANEEL and the Central Bank.”

We should protect the agencies and show this in our votes. Just as society believes in an independent Central Bank because this protects its savings, if we see infrastructure as an investment of a country's savings, the effect is the same on our long-term savings.

This approach attracts other countries investments to Brazil and brings prosperity. The population should defend their agencies at the state and municipal levels and fight to prevent them from being politicized. Always prioritizing technical staff, with specific election criteria based on competence and capacity, as is the case of ANEEL and the Central Bank.

And what about the Brazilian Institute of the Environment and Renewable Natural Resources (IBAMA)? The agency is currently experiencing a crisis caused mainly by the staff dismantling, which has caused delays in the environmental licenses for infrastructure projects issuance. How do you assess the situation at IBAMA and what should be done to address this issue?

The reconstruction of IBAMA, its independence and certainly its productivity through electronic systems, modern databases and the

use of cutting-edge technology, helps Brazil attract investment.

If Brazil is already a energy transition and green economy champion, the strategy of having a strong, credible and efficient IBAMA is consistent. This will help the country economy and will select the best capital in the world to invest green money in Brazil, both environmentally and socially. We do not want just any investment, we want infrastructure responsible capital.

IBAMA is very important for this. Our environmental legislation is quite sophisticated, as is our human rights legislation, and now, with the carbon legislation, we need an important and responsible agency, such as IBAMA, which is very well-qualified and prepared to support Brazil's development. This also applies to state and municipal agencies. There is an idea that Brazil continues to develop by occupying physical space, which means that the country continues to expand through the cities growth. Ultimately, this impacts environmental decisions. Therefore, removing the bottlenecks at IBAMA, brings great benefits to

“

I believe that Brazil has the most important ingredients for green hydrogen development. However, green hydrogen is more about its local use and how the industry will process and transform it into higher value-added products.”

the country's development. We cannot forget that just as the world is becoming more protectionist in terms of trade, it is also becoming more protectionist in investment terms. Countries are calling on their capital to invest at home, after all, everyone is struggling with deep fiscal deficits and needs to invest in energy transition, infrastructure and the green economy. As a result, the competition for investment capital has become even fiercer than it was in the past. In this context, it is essential for Brazil to invest in a very credible way in terms of regulation and environmental licensing.

Green hydrogen is considered an essential product for the energy transition, which can help boost the economy and resume development. Do you think the actions around green hydrogen are correct? What can be done to improve?

I believe that Brazil has the most important ingredients for green hydrogen development. However, green hydrogen is more about its local use and how the industry will process and transform it into higher value-added products.

It makes no sense for Brazil to aim for simple direct export of green hydrogen. First, the logistics are very expensive and the technology is not yet mature. It will take at least a decade to have ships crossing the Atlantic and transporting hydrogen; it makes no sense at all. Even the strategies for transporting green ammonia are still nascent solutions.

Brazil has a very competitive marginal cost for green hydrogen, which means that the use of this hydrogen in products such as green plastic, green glass, green aviation fuel and green diesel, for example, can boost the local industry and at the same time develop H2V. I don't think that Brazil lacks are major regulations specifically for green hydrogen going forward, I don't think they are necessary. I think the focus should be on the full development

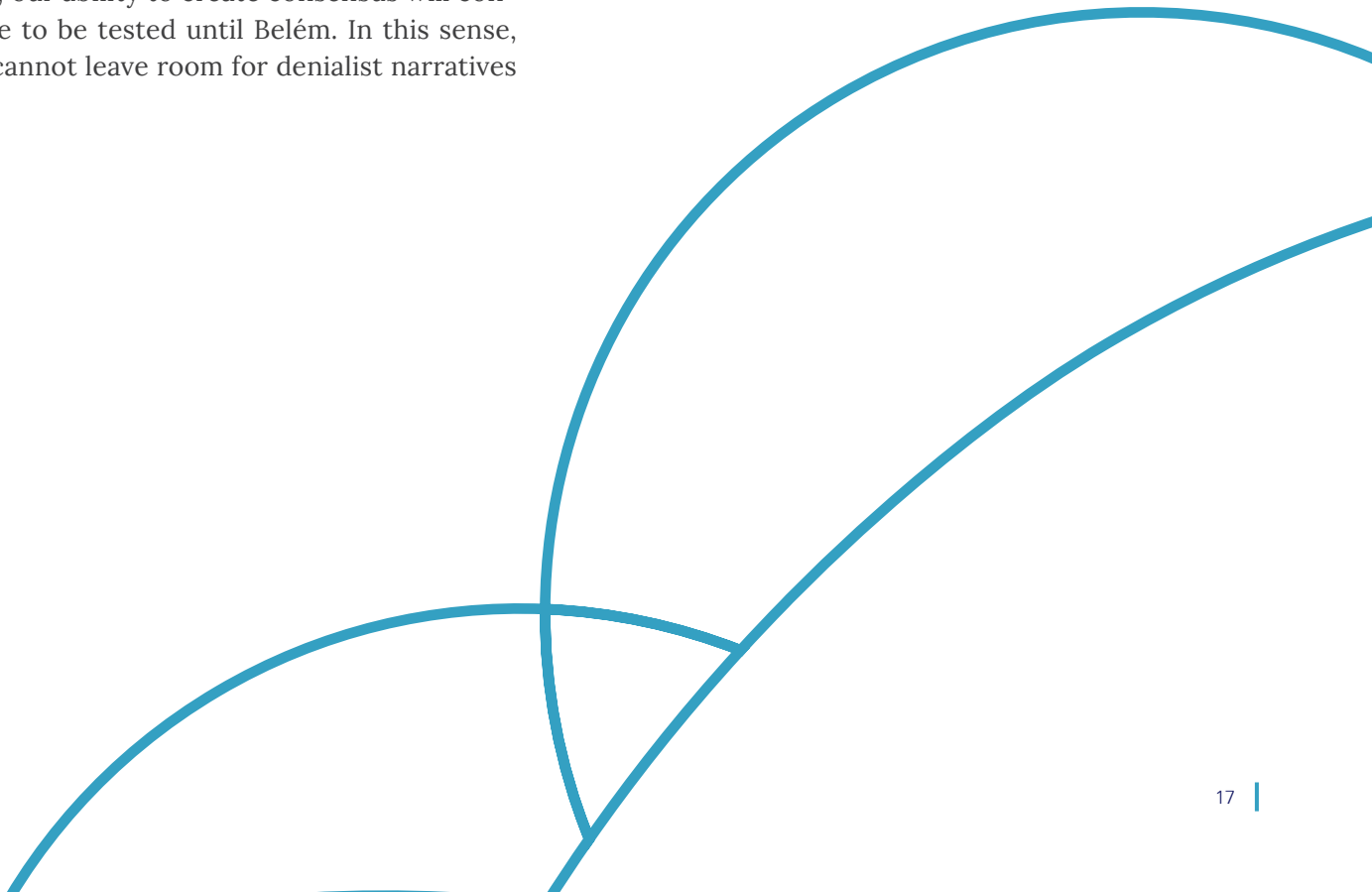
of the green industry with an export bias, to use green hydrogen as an input for exports of higher value-added products.

Brazil will host COP30 in 2025. What advantages can the country gain from this event and what should be done to achieve the best results?

COP30, like the G20, is about the world, not about Brazil. However, COP30 provides an important stage for Brazil in an area where we are extremely competitive, which is green economies. This is a great opportunity. If Brazil holds a good, clear, comfortable event, with the infrastructure to receive all guests adequately, and viable logistics, it will be a very successful COP, since it is the first edition of the event in a democratic country, since Glasgow. Society will want to express itself and Brazil is a plural, democratic country with freedom of expression. It will be very important to demonstrate this.

Furthermore, it is certain that in the face of a uncertainty geopolitical scenario, marked by ideological, economic and climate fragmentation, our ability to create consensus will continue to be tested until Belém. In this sense, we cannot leave room for denialist narratives

or internal polarizations that are detrimental to our objectives and external positions. By arriving at the COP, moving like a queen on the global chessboard, Brazil has a unique chance to achieve great dreams – from joining the OECD to investment grade – by assuming the role of a green and democratic leader with the required responsibility, both in dialogue and in action.



Sobre a ABDIB

Missão

A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) é uma entidade privada, sem fins lucrativos, fundada em 1955 com a missão de:



Contribuir para o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil por meio da expansão dos investimentos em infraestrutura e indústrias de base;



Fortalecer a competitividade das empresas de bens e serviços para infraestrutura e indústrias de base;



Colaborar com agentes públicos e privados na busca de soluções consistentes para viabilizar investimentos;



Ampliar a participação das empresas brasileiras no mercado global de infraestrutura.

Associadas

A ABDIB congrega cerca de 100 empresas públicas e privadas que participam da estruturação, dos investimentos e da operação dos negócios nos setores de infraestrutura e indústrias de base. As empresas atuam nas áreas de aeroportos, energia elétrica, ferrovias, indústria de base, infraestrutura social, petróleo e gás natural, portos, recursos hídricos, resíduos sólidos, rodovias e saneamento. Entre as associadas há concessionárias de serviços públicos, fabricantes de equipamentos, prestadores de serviços de engenharia e consultoria, escritórios de advocacia, grandes usuários de infraestrutura, fundos de *private equity*, seguradoras e instituições financeiras.

A entidade guia-se por um Código de Conduta e de Governança Interna aprovado em Assembleia Geral, com adesão obrigatória das empresas associadas. Com base no documento, a ABDIB passou a atuar de forma mais incisiva na orientação sobre normas e condutas éticas nos setores de infraestrutura, enfatizando conceitos e comportamentos que ratifiquem a integridade e conformidade nos negócios, a defesa da concorrência e a livre iniciativa.

Valores



Atuar de forma ética no relacionamento com públicos internos e externos.



Ser transparente, disseminar informações aos associados de forma equânime e informar a sociedade sobre ações e objetivos da associação.



Atender às expectativas das empresas associadas com senso crítico, responsabilidade e em concordância com as normas e leis.



Trabalhar com agilidade, simplicidade e objetividade, maximizando recursos técnicos e humanos com inovação e criatividade.

Canal de Informações e Denúncias

A ABDIB mantém o canal abdib.org.br/linha-etica-2 que permite a qualquer cidadão enviar informações sobre fatos que possam ser interpretados como suposta violação à legislação brasileira e às normas descritas no Código de Conduta e no Código de Governança Interna da entidade. Os dados serão tratados com sigilo e diligência.

Estrutura de Governança: Conselhos e Presidência

O Conselho de Administração é composto por 25 integrantes, presidentes de algumas das maiores empresas do país, com a função de estabelecer as diretrizes para as ações e gestão da entidade.

O presidente-executivo é responsável pela administração geral e pela execução do plano de ação da ABDIB, com as diretrizes definidas pelo Conselho de Administração com apoio do Conselho Consultivo e dos comitês.

O Conselho Consultivo é composto por 40 integrantes com a função de assessorar o Conselho de Administração nas diretrizes e

apresentar sugestões para os planos de ação da ABDIB e acompanhar o desenvolvimento das atividades dos comitês.

A ABDIB conta com um Comitê Executivo, cuja função é auxiliar a tomada de decisões e a gestão exercida pelo Conselho de Administração. É formado por sete integrantes: presidente e vice-presidente do Conselho de Administração, presidente-executivo e quatro membros indicados pelo presidente do Conselho de Administração para os seguintes assuntos: finanças e auditoria; organização e gestão de pessoas; mudança climática, sustentabilidade e inovação; e assuntos jurídicos e legais.

About ABDIB

Mission

The Brazilian Association of Infrastructure and Basic Industries (ABDIB) is a private, non-profit entity founded in 1955 with the mission of:



Contribute to the economic growth and social development of Brazil through the expansion of investments in infrastructure and basic industries;



Collaborate with public and private agents in the search for consistent solutions to enable investments;



Strengthen the competitiveness of goods and services companies for infrastructure and basic industries;



Expand the participation of Brazilian companies in the global infrastructure market.

Associated companies

ABDIB brings together about 100 public and private companies that participate in the structuring, investments and operation of businesses in the infrastructure and basic industries sectors. The companies operate in the areas of airports, electricity, railways, basic industry, social infrastructure, oil and natural gas, ports, water resources, solid waste, highways and sanitation. Among the associates are utilities, equipment manufacturers, engineering and consulting service providers, law firms, large infrastructure users, private equity funds, insurance companies and financial institutions.

The entity is guided by a Code of Conduct and Internal Governance approved at the General Meeting, with mandatory adhesion of associated companies. Based on the document, ABDIB started to act more incisively in guiding ethical standards and conduct in the infrastructure sectors, emphasizing concepts and behaviors that ratify business integrity and compliance, defense of competition and free initiative.

Amounts



Act ethically in the relationship with internal and external audiences.



Be transparent, disseminate information to members in an equitable manner and inform society about actions and objectives of the association.



Meet the expectations of companies associated with critical sense, responsibility and in accordance with standards and laws.



Work with agility, simplicity and objectivity, maximizing technical and human resources with innovation and creativity.

Information and Reporting Channel

ABDIB maintains the channel abdib.org.br/linha-etica-2 that allows any citizen to send information about facts that can be interpreted as an alleged violation of Brazilian law and the rules described in the Code of Conduct and the Internal Governance Code of the entity. The data will be treated with secrecy and diligence.

Governance Structure: Councils and Presidency

The Board of Directors is composed of 25 members, presidents of some of the largest companies in the country, with the function of guidelines for strategic planning and management.

The CEO is responsible for the general administration and execution of the ABDIB action plan, with the guidelines defined by the Board of Directors with the support of the Advisory Board and the committees.

The Advisory Board is composed of 40 members with the function of advising the Board of Directors on the guidelines and action plans of

ABDIB and monitoring the development of the activities of the committees.

ABDIB has an Executive Committee, whose function is to assist the decision-making and management exercised by the Board of Directors. It consists of seven members: President and Vice-President of the Board of Directors, Chief Executive Officer and four members appointed by the President of the Board of Directors for the following subjects: finance and auditing; organization and management of people; climate change, sustainability and legal matters innovation; and legal and legal matters

Infraestrutura em números

O ano de 2024 marcou a continuação do processo de retomada de investimentos.

Em 2023 o PIB do Brasil cresceu 3,2%, com a expressiva contribuição dos investimentos em infraestrutura (públicos e privados, que são complementares) nos setores de logística, transportes, energia elétrica, telecomunicações e saneamento básico, que cresceram 20% em relação a 2022. Os investimentos privados via concessões e PPPs aumentaram 13% e os públicos (federais e estaduais), impulsionados pela PEC da Transição, subiram 53% em 2023. Lembrando que os investimentos públicos realizados em 2022 foram uns dos mais baixos da história, reflexo do Teto de Gastos, que jogou todo o corte de despesas federais sobre os investimentos.

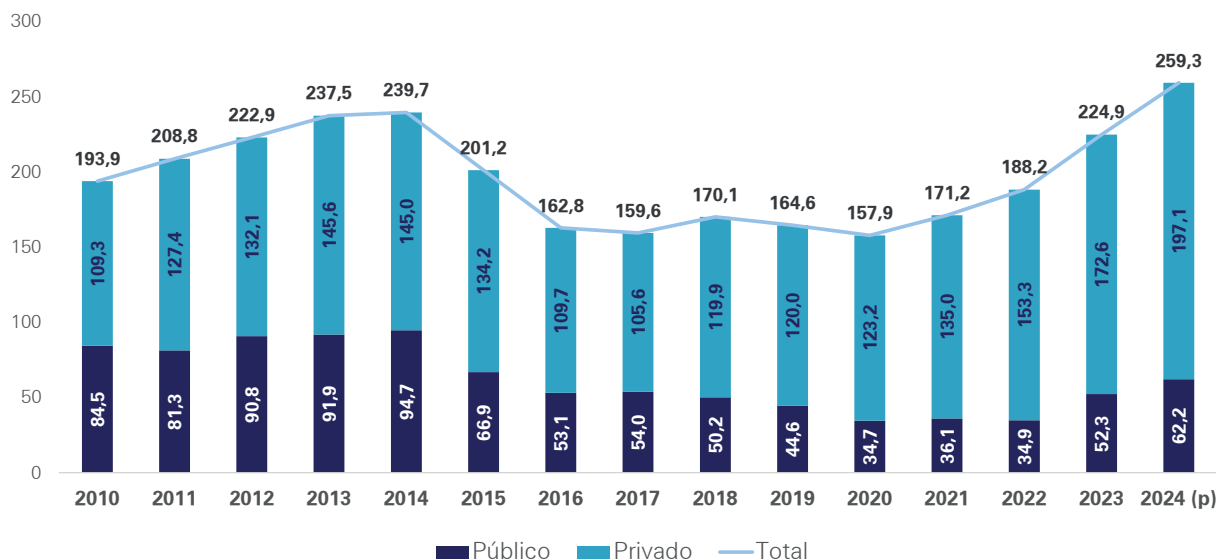
Os avanços mais significativos foram observados nos investimentos dos setores de transporte/logística e saneamento básico, com crescimento real de 58,3% e 29,4%, respectivamente. Novas ações foram adotadas em 2024, fortalecendo as expectativas positivas para os

investimentos em infraestrutura. Temos hoje um inédito padrão de financiamento no país, como descrito no Editorial

Agora em 2024, o PIB brasileiro está crescendo na casa de 3% e, mais uma vez, com a ajuda dos investimentos em infraestrutura, que deverão alcançar 260 bilhões (2,22% do PIB), representando crescimento real de 15% sobre 2023, quando os investimentos alcançaram 1,99% do PIB.

Em 2024, dois recordes foram batidos. Trata-se do maior investimento em infraestrutura da nossa série, iniciada em 2010, ultrapassando em quase 10% o pico anterior obtido em 2014. Os investimentos privados estão crescendo à taxa real de 10% e os públicos, quase 20%. E trata-se, ainda, de novo recorde dos investimentos privados em infraestrutura, ultrapassando os então maiores valores observados em 2022 e 2023, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico - Investimento Público e Privado na Infraestrutura (em R\$ bilhões)
Em valores constantes de 2024



2024 = previsão. Atualizado pelo IPCA no período (até dez 2024). Fonte: ABDIB

Em 2024, todos os setores analisados tiveram crescimento real em torno de 15%. Mas, merece mesmo destaque a evolução verificada no biênio 2023/24 nos investimentos dos setores de transporte/logística e saneamento básico (em moeda constante): (i) transporte/logística: os investimentos passaram de R\$ 34,3 bilhões em 2022, R\$ 54,3 bilhões em 2023 e alcançaram cerca de R\$ 63,0 bilhões em 2024 (aumento de 84% em dois anos); (ii) saneamento básico: os investimentos passaram de R\$ 23,1 bilhões em

2022, R\$ 29,9 bilhões em 2023 e alcançaram cerca de R\$ 34,0 bilhões em 2024 (aumento de quase 50% em dois anos).

Mesmo com a redução do hiato de investimento em infraestrutura (2,32% em 2023 e 2,27% em 2024), ele ainda é bastante elevado, algo em torno de R\$ 266 bilhões por ano, como mostra a tabela a seguir. Ainda não conseguimos, sequer, cobrir a defasagem de depreciação dos ativos públicos de infraestrutura.

Tabela – Realidade e Necessidade de Investimentos em Infraestrutura por Ano (nos próximos dez anos) R\$ bilhões correntes

Setor	Investimento Realizado 2024 (p)		Investimento Necessário		GAP Investimentos	
	R\$ bilhões	Em % PIB	R\$ bilhões	Em % PIB	R\$ bilhões	Em % PIB
Transportes / Logística	63,0	0,54	264,4	2,26	201,4	1,72
Energia Elétrica	119,3	1,02	98,3	0,84	Não há	Não há
Telecomunicações	43,0	0,37	88,9	0,76	45,9	0,39
Saneamento	34,0	0,29	52,7	0,45	18,7	0,16
Total	259,3	2,22	503,4	4,31	266,0	2,27

(*) Estimativas. Atualizado pelo IPCA 2024 (estimado). Não inclui o setor de óleo e gás e infraestrutura social (saúde, educação, lazer). p= previsão
Fonte: ABDIB

Como pode ser observado, esse hiato encontra-se mais acentuado no setor de transporte e logística, seguido por telecomunicações e saneamento. Transporte e logística e saneamento são os setores que podem em muito contribuir para a redução das emissões dos gases do efeito estufa.

Focar nesses temas significa explorar uma janela de oportunidades para o Brasil vir a se destacar como grande potência mundial, principalmente em função de já ter uma matriz energética bastante limpa e poder ser um

importante ator no promissor mercado mundial de hidrogênio verde.

Há boas notícias no campo dos investimentos, que devem continuar impulsionando a economia nos próximos anos.

Uma delas é a quantidade de projetos de concessão e PPPs na área de infraestrutura econômica e social em estruturação no país atualmente, como mostrado na edição 2024 do Livro Azul. São 495 projetos de origem federal, estadual e municipal nas áreas de logística/

transportes, energia, saneamento básico e infra-social (educação, saúde, habitação, parques, etc.), envolvendo cerca de R\$ 750 bilhões em investimentos, estando parte deles já no radar de curto e médio prazos.

Outra boa notícia para o setor da infraestrutura está no avanço das negociações no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), do TCU, que poderão des-travar bilhões de reais em investimentos, hoje paralisados.

Por outro lado, paralelamente às oportunidades, há, igualmente, elevados desafios. Será necessário rever a estrutura dos gastos públicos, não só para buscar o equilíbrio das contas, mas para melhorar a qualidade dos gastos, com mais investimentos e menos despesas correntes. E para isto, o caminho passará inexoravelmente pelas desvinculações orçamentárias, reformas administrativa e previdenciária e pela reavaliação dos programas de incentivos e de desonerações. Não é possível termos mais recursos públicos para as emendas parlamentares, sem critérios e priorização de aplicação, desvinculados dos programas de Governo.

O governo federal colocou na pauta de prioridades, as discussões acerca dos investimentos em transporte ferroviário de carga geral e de passageiros, importante decisão para melhor equilibrar nossa matriz de transportes e torná-la mais limpa e sustentável e menos onerosa para o Custo Brasil. Priorizar significa alocação efetiva de recursos no orçamento público para a formação de PPPs, pois projetos estruturantes e disruptivos neste setor não se sustentam apenas com recursos privados. Aliás, Estados e Municípios estão muito à frente da União no quesito PPPs, pois já as fazem há tempos e em diversos setores enquanto a União nunca fez.

Precisamos evitar iniciativas no sentido da criação de estruturas burocráticas no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo para

fiscalizar as agências reguladoras. Estas estruturas já existem, como os Tribunais de Contas e Órgãos de Controle, além dos Ministérios Públicos. Precisamos mesmo defender a manutenção da autonomia e fortalecimento técnico e orçamentário das agências reguladoras.

É urgente acabarmos com os elevados subsídios à geração de energia renovável, cujo benefício não é repassado à indústria nem à população em geral, em especial à de baixa renda.

É preciso que as políticas públicas efetivamente incentivem a indústria local, com o estabelecimento de forma transparente de inventivos e a definição de conteúdo local crível nas diversas etapas das cadeias de valor, como previsto no Novo PAC e na NIB.

É urgente acabarmos com os elevados subsídios à geração de energia renovável, cujo benefício não é repassado à indústria nem à população em geral, em especial à de baixa renda. Pelo contrário, estamos subsidiando o produtor e criando emprego e renda fora do Brasil, com as importações do setor de energia solar, por exemplo.

Em que pese a aprovação de importantes projetos de lei, como o Programa Eco Invest Brasil, Debênture de Infraestrutura, Securitização de Dívida, Hidrogênio Verde, Combustíveis do Futuro e Mercado de Carbono, ainda é preciso avançar com a agenda legislativa da infraestrutura, com destaque para os projetos de Regulação do Setor Elétrico, Concessões, Mobilidade Urbana e Licenciamento Ambiental.



Infrastructure in numbers

The year 2024 marked the continuation of the investment resumption

In 2023, Brazil's GDP grew by 3.2%, with a significant contribution from infrastructure investments (public and private, which are complementary) in the logistics/transportation, electricity, telecommunications and basic sanitation sectors, which grew by 20% compared to 2022. Private investments via concessions and PPPs increased by 13% and public investments (federal and state), driven by the Transition PEC, increased by 53% in 2023. It is worth remembering that public investments in 2022 were among the lowest in history, reflecting the Spending Cap, which placed all federal spending cuts on investments.

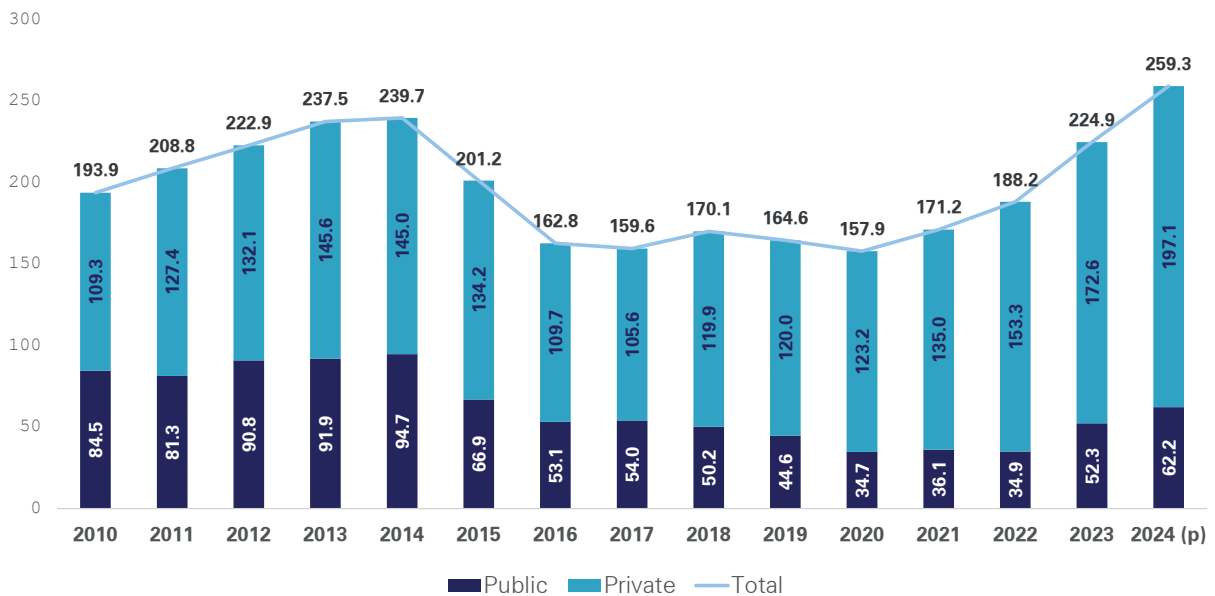
The most significant advances were observed in investments in transportation/logistics and basic sanitation sectors, with real growth of 58.3% and 29.4%, respectively. New actions were adopted in 2024, strengthening positive

expectations for infrastructure investments. We now have a unique financing model in the country, as described at Publishing.

Now in 2024, Brazil's GDP is growing at around 3% and, once again, with more infrastructure investments, which are expected to reach 260 billion (2.22% of GDP), representing real growth of 15% over 2023, when investments reached 1.99% of GDP.

In 2024, we have two records. This is the largest investment in infrastructure in our series, which began in 2010, surpassing the previous peak achieved in 2014 by almost 10%. Private investments are growing at a real rate of 10% and public investments, almost 20%. And this is also a new record for private investments in infrastructure, surpassing the highest values observed in 2022 and 2023, as can be seen in the graph below.

Public and Private Investment in Infrastructure (in R\$ billion)
In constant prices of 2024



p = prevision, Source: ABDIB.

In 2024, all sectors analyzed had real growth of around 15%. However, it is worth highlighting the evolution seen in the 2023/24 biennium in investments in transportation/logistics and basic sanitation sectors (in constant currency): (i) transportation/logistics: investments started in R\$34.3 billion in 2022, R\$54.3 billion in 2023 and reached around R\$63.0 billion in 2024 (an increase of 84% in two years); (ii) basic sanitation: investments started R\$23.1 billion

in 2022, R\$29.9 billion in 2023 and reached around R\$34.0 billion in 2024 (an increase of almost 50% in two years).

Despite the reduction in the infrastructure investment gap (2.32% in 2023 and 2.27% in 2024), it is still quite high, around R\$266 billion per year, as shown in the table below. We have not yet managed to even cover the depreciation gap of public infrastructure assets.

Reality and Need for Investments in Infrastructure per Year – R\$ billion

SECTOR	Investment Made 2024 (p)		Investment Required*		GAP Investments	
	R\$ Billion	% GDP	R\$ Billion	% GDP	R\$ Billion	% GDP
Transportation/Logistics	63.0	0.54	264.4	2.26	201.4	1.72
Electricity	119.3	1.02	98.3	0.84	-	-
Telecommunications	43.0	0.37	88.9	0.76	45.9	0.39
Sanitation	34.0	0.29	52.7	0.45	18.7	0.16
Total	259.3	2.22	503.4	4.31	266.0	2.27

* per Year. p= prevision

Note: Includes Electricity, Transportation, Sanitation and Telecommunications sectors. It does not include the Oil and Gas sector and social infrastructure (health, education, leisure).

Source: ABDIB.

As can be seen, this gap is most pronounced in the transportation/logistics sector, followed by telecommunications and sanitation. Transportation/logistics and sanitation are the sectors that can greatly contribute to reducing gas emissions.

Focusing on these topics means exploring a window of opportunity for Brazil to stand out as a major global power, mainly because it already has a very clean energy matrix and can be an important player in the promising global green hydrogen market.

There is good news in investment areas, which should continue to boost the economy in the coming years.

One of them is the number of concession and PPP projects in economic and social infrastructure currently being structured in the country, as shown in Edition 2024 of the ABDIB Infrastructure Blue Book. There are 495 new projects of federal, state and municipal origin in the logistics/transportation, energy, basic sanitation and social infrastructure (education, health, housing, parks, etc.) areas, involving

approximately R\$750 billion in investments, some of which are already on the radar in the short and medium term.

Other good news for infrastructure sector is the progress of negotiations within the scope of the Secretariat for External Control of Consensual Resolution and Prevention of Conflicts (SecexConsenso), of TCU, which could unlock billions of reais in investments, currently paralyzed.

On the other hand, parallel to the opportunities, there are also major challenges. It will be necessary to review the structure of public spending, not only to seek balance in the accounts, but also to improve the quality of spending, with more investments and less current expenses. And to do this, the path will inevitably involve budgetary decoupling, administrative and pension reforms and the reassessment of incentive and tax relief programs. It is not possible to have more public resources for parliamentary amendments, without criteria and prioritization of application, disconnected from government programs.

The federal government has placed discussions on investments in general freight rail transportation, an important decision to balance our transportation matrix and make it cleaner and more sustainable, and to reduce the Cost of Brazil. Prioritizing means effectively allocating resources in the public budget for PPPs programs, since structuring and disruptive projects in this sector cannot be sustained only by private resources. In fact, states and municipalities are far ahead of the federal government in terms of PPPs, since they have been doing them for a long time and in various sectors, while the federal government has never done so.

We need to avoid initiatives that appear towards the creation of bureaucratic structures within the Executive and Legislative branches to oversee regulatory agencies. These

structures already exist, such as the Audit Courts and Control Agencies, in addition to the Public Prosecutors' Offices. We really need to maintain the autonomy and the technical and budgetary strengthening of regulatory agencies.

It is urgent to put an end to the high subsidies for renewable energy generation, whose benefits are not passed on to industry or to the population in general, especially the low-income ones.

Public policies must effectively encourage local industry, with the transparent establishment of incentives and the definition of credible local content in the value chains stages, as provided for in the New PAC and the NIB.

It is crucial to eliminate excessive subsidies for renewable energy generation, whose benefits are not passed on to industry or to the population in general, especially the low-income ones. On the contrary, we are subsidizing the producer and creating jobs and income outside Brazil, with imports from the solar energy sector, for example.

Despite the approval of important bills, such as the Eco Invest Brasil Program, Infrastructure Debenture, Debt Securitization, Green Hydrogen, Fuels of the Future and Carbon Market, it is still necessary to advance with the infrastructure legislative agenda, with emphasis on the projects for Regulation of the Electric Sector, Concessions, Urban Mobility and Environmental Licensing.



EVENTOS

Ao longo de 2024, a ABDIB realizou uma série de eventos que destacaram o papel da associação como a organização líder da infraestrutura brasileira. Com a participação das principais autoridades, investidores, concessionários, consultores,

instituições financeiras, seguradoras e dos principais especialistas nos setores que integram o universo da infraestrutura no Brasil. Os principais eventos promovidos pela associação ao longo do ano estão resumidos nas próximas páginas.

COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A ABDIB E A INFRA S.A

A ABDIB e a Infra S.A. assinaram no dia 26 de março um acordo de cooperação técnica destinado a promover o intercâmbio de informações sobre os projetos de infraestrutura no Brasil. A assinatura aconteceu na sede da associação, em São Paulo. Pela ABDIB, participaram o presidente-executivo Venilton Tadini, o diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães. Pela Infra S.A., o presidente Jorge Bastos e a Superintendente de Inteligência de Mercado e Inovação, Lilian Campos.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/abdib-assina-acordo-com-a-infra-s-a/>



Fotos: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.

ABDIB FÓRUM 2024 - BRASÍLIA

A ABDIB realizou no dia 23 de maio a edição de 2024 do ABDIB Fórum. O tema do evento foi Infraestrutura: Bases para a Neointustrialização e Desenvolvimento Sustentável. O fórum foi aberto pelo presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, e pelo vice-presidente da República Geraldo Alckmin. Contou com a presença de 15 ministros de Estado e com a participação de mais de mil pessoas na plateia.

“A palavra resiliência estará em nossas bocas daqui para frente todo santo dia. Se o investimento já era necessário, daqui para frente ele será maior”, afirmou Clark. “Precisamos de uma infraestrutura resiliente, cidades resilientes e



Foto: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.

indústria resiliente. Este é o desafio do setor”. Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/eventos/abdib-forum-confirma-os-materiais-do-evento/>

ENCONTRO COM TÁBATA AMARAL

A ABDIB recebeu no dia 5 de julho, a visita da deputada federal e pré-candidata pelo PSB à prefeitura de São Paulo, Tábata Amaral. Acompanhada por assessores, ela foi recebida na sede da entidade pelo presidente-executivo Venilton Tadini, por associados e diretores da entidade.

A pré-candidata enfatizou a importância de ações que resgatem o centro da cidade e melhorem a mobilidade urbana. “Vamos priorizar a ciclofaixa como meio complementar de transporte”, afirmou a pré-candidata. Na opinião de Tábata Amaral, nem tudo o que diz respeito à mobilidade diz respeito ao município

– que compartilha o sistema com operadores privados e com o governo estadual. “Mas se a prefeitura não fizer sua parte, não é possível pensar em uma solução.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/pre-candidata-tabata-amaral-visita-abdib/>

Fotos: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.



DIÁLOGO SOBRE SAÚDE MENTAL

A ABDIB promoveu no dia 13 de agosto, na série Diálogos da Infraestrutura, um seminário sobre o tema Saúde Integral com foco em Saúde Mental. Conforme explicou o presidente do Conselho de Administração André Clark na apresentação do evento, que “a ideia é fortalecer a comunidade da infraestrutura ao redor da importância desse tema para a segurança no ambiente de trabalho”, sobretudo nas grandes organizações.

O presidente-executivo, Venilton Tadini, chamou atenção para a importância e a atualidade do tema. “Em um cenário global pós pandemia

de covid19, a saúde mental nas empresas tornou-se mais que uma prioridade”, observou Tadini. “Tem sido observado o aumento do estresse, da ansiedade e do burnout entre os trabalhadores, surgindo a necessidade de medidas de prevenção, assistência e capacitação em busca da identificação de fatores de risco psicossociais e desenvolvimento de ambientes com segurança psicológica”.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/abdib-discute-saude-mental-no-ambiente-de-trabalho/>

GOVERNADOR RECEBE SUGESTÕES PARA A RECONSTRUÇÃO DO RS

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, esteve na sede da ABDIB em setembro para receber as sugestões elaboradas pelo Comitê de Engenharia da entidade para reconstrução da infraestrutura do estado. O documento deixa claro que não basta reerguer o que foi destruído. Será fundamental substituir as pontes, estradas, barragens, redes elétricas e outras obras de infraestrutura que não resistiram à força das águas por novas estruturas,

mas resilientes e em condições de resistir aos eventos climáticos que deverão acontecer nos próximos anos.

“O trabalho propõe buscar soluções baseadas numa visão de longo prazo”, disse o presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark. “Aprender com o sofrimento causado pela tragédia é fundamental. Espero que a experiência do Rio Grande do Sul nos leve a uma infraestrutura de adaptação climática e nos ajude a desenvolver uma infraestrutura resiliente que nos prepare para as tragédias que estão por vir”, completou. Além de Leite e Clark, a mesa da reunião foi ocupada pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e Karin Formigoni, CEO da Arcadis — uma das empresas que lideraram a elaboração do estudo.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/a-contribuicao-da-abdib-diante-das-dificuldades-do-rio-grande-do-sul/#>



Foto: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.

WORKSHOP TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

O Comitê de Transição Energética da ABDIB promoveu no dia 9 de outubro, o 1º Workshop de Transição Energética ABDIB 2024. No encontro, foram discutidos temas como o dos Biocombustíveis: Hidrogênio Verde, Combustível Sustentável para Aviação (SAF, na sigla em inglês), Etanol, Biogás e outros produtos. Também se tratou da matriz nacional de transportes, da Nova Indústria Brasil e dos créditos de Carbono.

Na abertura do encontro virtual, que foi moderado pelo Coordenador do Comitê, Antônio Bardella e contou com mais de 130 participantes, o presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, destacou a importância desse debate diante dos esforços do governo, da academia e das empresas brasileiras no sentido de “gerar

produtos mais verdes e aumentar nossa competitividade nas cadeias globais de valor”.

Solange Ribeiro, vice-presidente do Conselho de Administração da ABDIB, destacou a importância da sanção, na véspera, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do projeto dos Combustíveis do Futuro, relatado pelo deputado Arnaldo Jardim, um dos painelistas convidados. O Workshop foi moderado pelo coordenador do Comitê de Transição Energética, Antônio Bardella, que destacou a importância do tema. Ações precisam acontecer no curtíssimo prazo.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/workshop-na-abdib-discute-transicao-energetica/>

WORKSHOP SOBRE DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

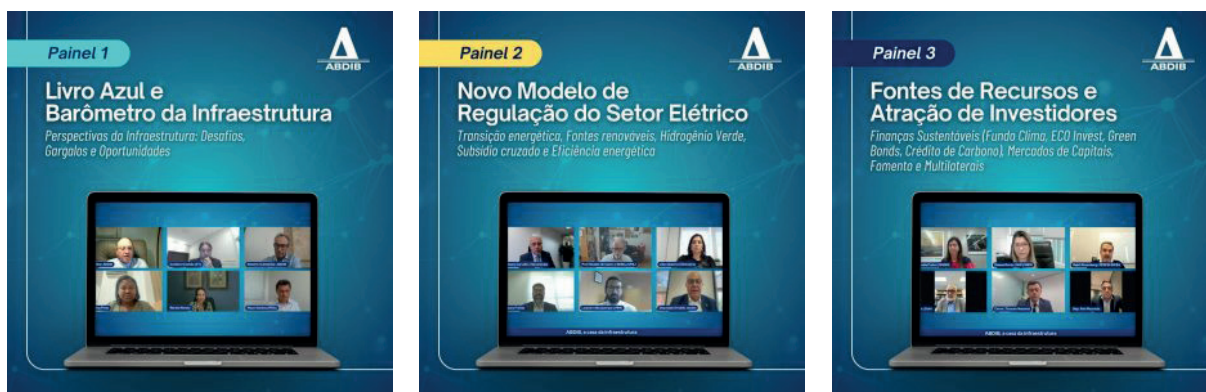
Um dos temas mais destacados nas discussões do Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias em 2024 foi a Lei 14801/24, que trata das debêntures de infraestrutura, juntamente com o Decreto 11964/24, que regula as condições de emissão desses e de outros títulos mobiliários destinados a gerar recursos para investimentos em infraestrutura. O advogado Bruno Tuca, do escritório Mattos Filho, apontou em Workshop promovido pela ABDIB sobre o tema os setores prioritários elegíveis para receber os financiamentos e o mecanismo que deverá facilitar a emissão das debêntures.

O líder em Clima & Sustentabilidade para América Latina e Caribe da seguradora Marsh,

Rodrigo Suárez Castaño falou sobre o impacto das mudanças climáticas severas sobre projetos de infraestrutura. Ele observou a necessidade dos contratos de seguro para o setor levarem em conta os eventos que podem prejudicar o cumprimento das metas climáticas globais definidas na COP28, em Dubai.

Do encontro participaram a CEO da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF – Maira Madrid, e o diretor de Garantias da instituição, Luiz Legaspe. A ABGF é uma empresa pública ligada ao Ministério da Fazenda. Sua atribuição é administrar fundos garantidores e prestar garantias às operações de risco diluído em áreas de interesse econômico e social.

ABDIB EXPERIENCE 2024



A ABDIB realizou nos dias 28 e 29 de novembro, a edição 2024 do ABDIB Experience, evento que, há cinco anos, marca o lançamento do Livro Azul da Infraestrutura, faz um balanço do cenário de investimentos do ano que se encerra e aponta as perspectivas para o próximo futuro.

O evento, que reuniu mais de 130 participantes, em modo virtual, foi aberto pelo presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, que destacou a comemoração dos 70 anos da entidade, que serão comemorados

em 2025. “O horizonte à frente é de grande otimismo, mas de grandes desafios também”. Clark apontou que os possíveis efeitos das novas condições geopolíticas do mundo podem aumentar o protecionismo e prejudicar o país. “Mas, também, estamos diante de oportunidades ímpares”, observou.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/abdib-experience-2024-dia-1/> e <https://www.abdib.org.br/o-segundo-dia-do-abdib-experience/>

PROGRAMA DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DO MATO GROSSO

A ABDIB recebeu no dia 24 de outubro, em um evento da série Diálogos da Infraestrutura, o secretário-adjunto de Logística e Concessões da Secretaria de Infraestrutura do Mato Grosso, Caio Albuquerque, com a presença de Isadora Cohen, CEO da empresa associada I.C.COHEN SOCIEDADE DE ADVOGADOS, que assessorou o Estado no projeto. A pauta tratou do programa de concessões rodoviárias de 2023 a 2026 do Mato Grosso. Conforme observou o presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, trata-se de um programa ambicioso, que tem gerado resultados importantes para o desenvolvimento da infraestrutura do transporte.

Albuquerque destacou que Mato Grosso vive um bom momento para os projetos de infraestrutura e afirmou a intenção de ouvir o mercado e atender as necessidades dos investidores com medidas regulatórias consistentes e modernas. Conforme destacou, as projeções de aumento das safras de grãos até 2034 tornam necessário o aperfeiçoamento da infraestrutura de transportes a fim de se assegurar o escoamento da produção. “Se o Mato Grosso fosse um país, seria o terceiro maior produtor de grãos do mundo, atrás dos Estados Unidos e do Brasil”, afirmou Albuquerque.

O secretário lembrou que o Mato Grosso assinou com a Rumo Logística o primeiro contrato de autorização ferroviária do país. A empresa está investindo R\$ 15 bilhões na construção

da única ferrovia estadual do país. Trata-se de uma obra de 743 quilômetros, passando por 16 municípios e ligando Lucas do Rio Verde a Rondonópolis, com um ramal integrando a capital Cuiabá ao tronco principal da linha. Existem, ainda, outras duas ferrovias em estudos – a Ferrogrão e a Fico.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/abdib-discute-o-programa-de-concessoes-rodoviaras-do-mato-grosso/>



Fotos: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.





COMITÊS



45%

Carbon Footprint

3.5 BN

Low Carbon Investments



38%

Carbon Neutrality



Commitment

Society

Welfare

Center



ESG TRACKER

ESG TRACKER



COMITÊS

Comitês temáticos

A ABDIB, por meio de seus comitês setoriais e matriciais, é o principal centro de debates e de inteligência em infraestrutura do país

Os comitês temáticos são núcleos de discussão mantidos pela ABDIB para tratar de temas de interesse específico de cada um dos setores representados pela entidade e de temas transversais, que dizem respeito a todos os associados. Por meio deles, a associação se aprofunda nas discussões da pauta e reúne elementos fundamentais para acompanhar os assuntos e propor soluções.

Sempre que necessário, as reuniões contam com a presença de autoridades e/ou especialistas no tema em discussão, que ajudam a traçar o panorama do momento vivido pela infraestrutura.

As principais tendências e o humor dos agentes da infraestrutura foram captados pela

ABDIB e compartilhados com os associados por meio de debates, estudos, levantamentos e exposições feitas nos Comitês.

COMITÊS MATRICIAIS

- 1 Comitê Desestatização
- 2 Comitê Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias
- 3 Comitê Legal e Tributário
- 4 Comitê Sustentabilidade
- 5 Comitê Inovação
- 6 Comitê Engenharia
- 7 Comitê Transição Energética
- 8 Comitê Diversidade e Inclusão

COMITÊS SETORIAIS

- 1 Comitê Estratégico do Setor Elétrico
- 2 Comitê Geração de Energia
- 3 Comitê Transmissão de Energia
- 4 Comitê Iluminação Pública
- 5 Comitê Rodovias
- 6 Comitê Ferrovias
- 7 Comitê Aeroportos
- 8 Comitê Portos
- 9 Comitê Mobilidade Urbana
- 10 Comitê de Indústria e Relações Internacionais
- 11 Comitê Petróleo e Gás Natural
- 12 Comitê Recursos Hídricos e Saneamento Básico
- 13 Comitê Resíduos Sólidos
- 14 Comitê Infraestrutura Social

COMITÊS TEMÁTICOS MATRICIAIS

DESESTATIZAÇÃO

Os avanços da desestatização

Os programas de concessões e parcerias avançam no âmbito da União, dos estados e de muitos municípios de todo país

A Associação recebeu autoridades que apresentaram seus programas, que foram discutidos com investidores e operadores. A atualização da agenda do Programa de Parcerias e Investimentos – PPI e um resumo das medidas necessárias para o avanço do setor de infraestrutura no país foram feitos ao Comitê de Desestatização pelo chefe da Assessoria Especial do PPI, Cleyton Miranda Barros. No mesmo



encontro, Gustavo Valente, principal de Infraestrutura da Vinci Partners, atualizou a agenda de projetos do Fundo de Desenvolvimento de Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS). O Conselho do FDIRS trabalhou na definição dos critérios para a modelagem de estruturação dos projetos.

FINANCIAMENTO, FUNDOS, RISCOS E GARANTIAS

Riscos climáticos no caminho das novas estruturações

Enquanto discute modalidades de financiamento mais modernas, o Comitê se vê diante da necessidade de inclusão dos eventos climáticos severos nos seguros

Merece destaque nas discussões do Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias em 2024 a Lei 14801/24, discutida em detalhes em um Workshop promovido pela associação. O comitê também recebeu as advogadas Juliana Deguirmendjian e Priscilla Santos, sócias do escritório Tauil & Chequer, associado a Mayer Brown nas áreas de Infraestrutura e Fundos de Investimento. Elas apresentaram sugestões detalhadas de aprimoramento de requisitos de habilitação jurídica de fundos de investimento e de garantia de proposta nos editais de licitação de concessão de serviço público, com foco em ANEEL e ANTT. Rafael

Vitale, diretor-geral da ANTT, participou virtualmente da discussão.

Em relação a financiamento, Mário Augusto Gouveia de Almeida, chefe da Assessoria Econômica do Tesouro Nacional apresentou o programa Eco Invest Brasil. O programa opera com recursos do Fundo Clima e tem como objetivo aumentar a alavancagem e reduzir o risco cambial e o custo de capital para as empresas brasileiras interessadas em investir em projetos sustentáveis. O EcoInvest operará por meio de acordo com instituições financeiras multilaterais.

LEGAL E TRIBUTÁRIO

A grande missão de 2024

A aprovação da reforma tributária com o IVA. A mitigação de eventuais impactos negativos sobre os contratos de concessão de serviços públicos da infraestrutura.

O Comitê, que havia apresentado sugestões em defesa da infraestrutura no âmbito das discussões da Emenda Constitucional nº 132, em 2023, discutiu no início de 2024 uma série de sugestões elaboradas pela ABDIB e encaminhadas aos Grupos de Trabalho dos poderes Executivo e Legislativo que trabalharam na regulamentação da Reforma Tributária. Todas as sugestões foram debatidas e aprovadas em reunião conjunta dos conselhos Consultivo e de Administração da entidade.

As sugestões foram apresentadas ao Comitê pelo Coordenador Tributário, Márcio Alabarce, que fez uma avaliação do PLP 68/2024, que

tratou da regulamentação da Reforma Tributária. Alabarce observou que alguns pleitos da ABDIB foram incorporados ao Projeto de Lei. Entre eles está a necessidade de reequilíbrio dos contratos de longo prazo – tendo sido estabelecida, para esses casos, uma tramitação prioritária específica com prazo de 120 dias, podendo ser estendido para 240 dias.

Por sua importância não só para a infraestrutura, mas para todo o país, o tema permeou todas as reuniões do Comitê ao longo do ano – sendo as atualizações do PLP 68/2024 discutidas nos encontros seguintes.

ABDIB LEVA AO SENADO AS PROPOSTAS DA INFRAESTRUTURA PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA

O diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, e o Coordenador Tributário do Comitê Legal e Tributário, Márcio Alabarce, se reuniram em agosto, com o senador Izalci Lucas (PL/DF), coordenador do Grupo de Trabalho que analisa a proposta de Reforma Tributária no Senado. Guimarães e Alabarce entregaram ao senador as propostas para a reforma tributária elaboradas pelo Comitê da ABDIB a partir de sugestões apresentadas pelas empresas associadas.

A ABDIB não defende tratamento especial para nenhum dos setores que representa. A entidade, no entanto, chama atenção para as consequências negativas que

poderá haver caso as operadoras de infraestrutura passem a arcar com uma carga tributária superior à que estava prevista no momento da assinatura dos contratos de concessão.

Diante disso, a ABDIB formulou as sugestões que foram entregues ao senador. Elas envolvem desde os fatos geradores para tributos específicos como, também, o tratamento a ser dado a concessionárias que operam em mais de um estado ou município. A proposta também dedica atenção especial à necessária celeridade para reequilíbrio dos contratos de longo prazo e à adoção de regras de transição razoáveis de um sistema para o outro.

SUSTENTABILIDADE

A nova visão da sustentabilidade

Sob nova coordenação, o Comitê ajustará o foco de sua atuação para alinhar-se com os temas mais importantes no momento que antecede a COP-30

No segundo semestre, Karin Formigoni, da Arcadis, e Henrique Petersen Paiva, da Siemens Energy, assumiram a coordenação e a coordenadoria-adjunta do Comitê. A mudança acompanha o aumento da importância do tema da sustentabilidade, neste momento que antecede a realização da COP-30 — que acontecerá no final de 2025 na capital do Pará, Belém.

A reunião que marcou a posse da nova coordenação contou com a participação da gerente da Assessoria Extraordinária para COP30 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, Bruna Cerqueira. Ela falou sobre os temas que serão destaque na conferência que acontecerá no final do ano.

“A COP não é um evento de duas semanas, mas um encontro anual para ver ajustar os passos que levarão ao cumprimento do Acordo de Paris. A COP 29, em Baku, terminou com um comprometimento de financiamento de US\$ 300 bilhões por ano para combater a crise climática nos países mais pobres, abaixo da meta necessária estimada de US\$ 1,3 trilhão.

A continuidade da agenda de financiamento, com um desenho de mapa do caminho de como atingir a meta de US\$ 1,3 trilhão por ano, será um dos temas da COP 30 no Brasil. Além desse ponto também será tema da COP 30 a discussão para implementação das metas climáticas, já discutidas há 10 anos.

Convidado pelo Comitê de Transição Energética, o comitê participou de debates sobre os



NO VIEX 24, ABDIB FALA DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

A ABDIB, representada pelo diretor de Economia e Planejamento, Roberto Guimarães, participou do 7º CAMBI – Congresso Ambiental VIEX 24, no painel “Pipeline de projetos de infraestrutura no Brasil: setores, volumes e ordem de grandeza”. O painel contou, também, com a participação de Larissa Amorim, do Ministério de Portos e Aeroportos, Regis Pinto, do PPI da Presidência da República, e Natália Marcassa, da Moveinfra. A moderação foi de Alexandre Rosa, da MRS Ambiental.

certificados de crédito de carbono oferecidos pelo mercado. O tema foi apresentado pelo Instituto Totum, que desenvolveu uma metodologia de certificação e de emissão de I-RECs (veja mais detalhes no item referente ao Comitê de Transição Energética).

INOVAÇÃO

É preciso investir mais em projetos inovadores

A posição do Brasil no ranking mundial da inovação não corresponde ao lugar que o país ocupa na lista das maiores economias do mundo

A ABDIB realizou em outubro a segunda edição do Infratech Day, evento promovido pelo Comitê de Inovação, que apresentou os projetos de empresas associadas agraciadas com o prêmio Valor Inovação de 2023. O evento foi aberto pelo presidente-executivo, Venilton Tadini, que destacou o esforço das empresas associadas por medidas inovadoras que permitam o aproveitamento das potencialidades da economia e contribuam para o processo de Neointustrialização da economia.



Foto: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.

A mesa foi composta, ainda, pelo diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, pelo coordenador do Comitê de Inovação, Maurício Endo, e pelo consultor Jacques Moszkowicz, da PWC, responsável pela pesquisa que apontou, entre 309 empresas inscritas e 273 selecionadas, as 150 empresas mais inovadoras em 25 setores da economia brasileira. Mesmo destacando o esforço das empresas brasileiras na busca de políticas de ações inovadoras, Moszkowicz apontou que o país ainda tem muito a avançar nesse campo. “Quando se observa a posição do Brasil no ranking mundial da inovação, percebe-se que o país está numa posição muito aquém da que ele ocupa entre as grandes economias do mundo”.

ENGENHARIA

O efeito dos eventos climáticos

Conforme o estudo da ABDIB, não basta reconstruir o que foi destruído no RS. É preciso erguer uma infraestrutura resiliente no lugar da que foi tragada pela enchente

A principal atividade do Comitê em 2024 foi motivada por uma demanda do Conselho de Administração, que solicitou um estudo sobre as contribuições que a ABDIB poderia oferecer para a recuperação e resiliência da infraestrutura no Rio Grande do Sul – destruída pelos eventos climáticos atípicos do primeiro semestre. Liderada pelo coordenador do Comitê, José Carlos Valsechi, outras entidades ligadas à infraestrutura e uma série de companhias associadas à ABDIB, foi proposta a criação de

grupos de trabalho encarregados de estudar o tema. E de propor as medidas necessárias para a previsão, alerta e mitigação de futuros riscos para a sociedade.

O trabalho elaborado pelo Comitê e aprovado pelo Comitê de Administração foi apresentado ao governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, em reunião que contou com a participação do presidente do Conselho, André Clark (veja nota da seção Eventos)

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

A transformação energética precisa avançar

A mudança esperada só se dará num ambiente de desenvolvimento tecnológico e regulatório da infraestrutura, capaz de dar suporte aos novos projetos

O I-Rec – o certificado internacional de energia renovável – foi tema de debate no Comitê, em conjunto com o Comitê de Sustentabilidade. Conforme dados do Instituto Totum, que atua na emissão desse tipo de certificado – que garante que um determinado consumidor abastece com energia elétrica gerada por fontes limpas e renováveis – já foram feitas no Brasil cerca de 38 milhões de I-Recs. A previsão era a de que o número chegasse a 50 milhões de certificações em 2024.

O Comitê também discutiu a Neointustrialização: o Papel do Hidrogênio Verde e Financiamento Climático. O debate, conduzido pelo coordenador do Comitê Antônio Bardella e pela coordenadora-adjunta Maria João Rolim, contou com a participação de Carla Primavera, Superintendente de Área de Transição Energética e Clima do BNDES e de Fernanda Delgado, diretora-executiva da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde, ABIHV.

Entre os desafios que precisam ser enfrentados nesse processo estão o desenvolvimento de tecnologia industrial, regulação e infraestrutura madura para atender às exigências dos novos projetos. Também é necessário cuidar da formação de mão de obra e da elaboração de normas técnicas e de projetos capazes de atrair investimentos.

A coordenadora-adjunta do Comitê, Maria João Rolim, participou em novembro, em Baku, no Azerbaijão, dos debates da COP-29.

Foto: Freepik.



No espaço da Confederação Nacional da Indústria, ela integrou três painéis. O primeiro, teve como tema Energy Transition and The strengthening of the Global Supply Chains. Os seguintes trataram de Natural Gas, Biofuels and SAF: Brazil's Global Leadership in Energy Transition and Renewable Energy e de Green Skills for a Sustainable future. Em suas apresentações, Maria João apresentou a ABDIB e ressaltou a importância da indústria de base como alavanca de toda a infraestrutura necessária para se operacionalizar essa transformação energética.

DIVERSIDADE E INCLUSÃO

As políticas de inclusão estão apenas começando

As experiências apresentadas pelas associadas ajudam a mostrar o que avançou e o que ainda precisa evoluir em matéria de ampliação das oportunidades na infraestrutura

As apresentações dos programas de Diversidade e Inclusão das empresas associadas da AB-DIB tiveram continuidade em 2024 — sem que se perdessem de vista as questões regulatórias que envolvem temas de interesse do Comitê. O impacto da Lei de Igualdade Salarial do Ministério do Trabalho sobre as empresas, por exemplo, foi analisado por Érika de Siqueira Seddon, do escritório Mattos Filho Advogados.

A lei exige a divulgação de transparência salarial e impõe penalidades em caso de qualquer diferença de remuneração entre homens e mulheres no mesmo cargo. Na avaliação da advogada, a lei exige uma avaliação detida por parte das empresas que podem, no final, ter problemas de reputação caso não apresentem justificativas razoáveis para as exceções na aplicação das medidas que se fizerem necessárias.

No campo da inclusão, Ana Carolina Santana Moreira, da Secretaria Nacional de Direitos das Pessoas LGBTQIA+, apresentou o programa desenvolvido pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania — MDHC. Ela destacou que o programa tem como propósito apresentar ao público LGBTQIA+ estratégias de trabalho digno, educação e geração de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade.

No âmbito das empresas, foram destacadas iniciativas como a da Arteris, que custeia os processos de troca de nomes das pessoas LGBTQIA+ em seus registros civis. De acordo com as informações levantadas pelo Comitê, esta é uma iniciativa de grande impacto na vida das pessoas. É uma iniciativa voltada para a valorização dos funcionários, com

o reconhecimento do efeito diverso na vida das pessoas.

Outra empresa que apresentou seu programa de Inclusão ao Comitê foi a Santos Brasil. A implantação da iniciativa teve início em 2021 com a elaboração de uma cartilha de inclusão, equidade e pertencimento. Como resultado do trabalho, a empresa, caracterizada por uma força de trabalho majoritariamente masculina, viu a quantidade de mulheres na companhia passar de 12% para 16% do total. Em cargos de liderança, o salto foi de 19% para 29%. Para 2030 a meta é alcançar 20% de mulheres no quadro geral da empresa e 35% em cargos de liderança.

A Promon Engenharia foi outra empresa que iniciou pela ampliação da quantidade de mulheres em seus quadros, os programas de diversidade e inclusão — que hoje evoluíram a ponto de a empresa apoiar o processo de transição de gênero dos funcionários que demonstrarem interesse. O objetivo da Promon é destacar a importância de continuar evoluindo as práticas de inclusão, não priorizando grupos específicos, mas ampliando o acolhimento para todas as manifestações de diversidade.

O aprofundamento de debate incluiu a discussão do caso da Ecorodovias, com a apresentação desse tema na pauta, a partir de 2018, e que teve um impulso especial em 2023, com a criação do programa de impulsionamento de carreiras para os pilares de gênero, raça e pessoas com deficiência. E, em 2024 foram criados o programa Afirmativos — Trainee e Construindo o Futuro, que ampliou o debate do tema dentro da organização.

COMITÊS TEMÁTICOS SETORIAIS

ESTRATÉGICO DO SETOR ELÉTRICO

Energia renovável com estabilidade jurídica

Num momento em que se discute a necessidade de ampliação da oferta de energia renovável, é preciso não esquecer da necessidade de avanços regulatórios para o setor

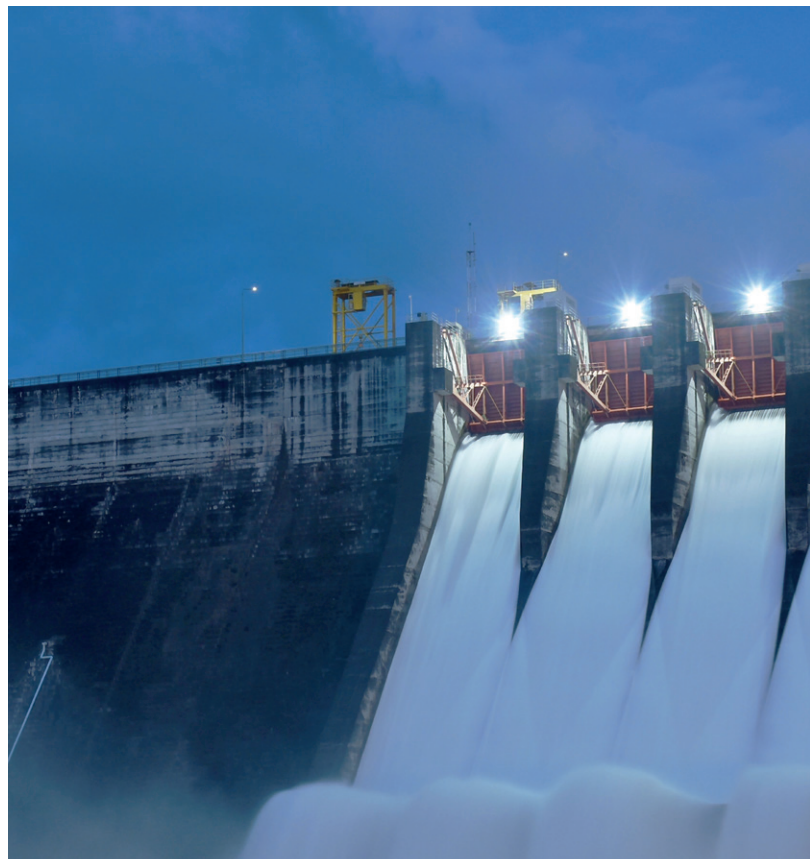
O decreto 12.068/2024, que trata do regulamento para licitação e prorrogação de distribuidoras de energia elétrica, foi discutido pelo Comitê – que apontou avanços significativos no tratamento da questão, como, por exemplo, o reconhecimento parcial dos investimentos feitos ao longo do ciclo tarifário. A inovação é importante para as distribuidoras que, até o ano de 2031, verão o vencimento dos contratos de 20 das 53 de distribuição em vigor no Brasil. A perspectiva é de renovação dos contratos que, juntos, representam cerca de R\$ 130 bilhões em investimentos até 2028.

A inovação é importante para as distribuidoras, que, até o ano de 2031, verão o vencimento dos contratos de 20 das 53 de distribuição em vigor no Brasil.

Uma das preocupações manifestadas pelo setor ao longo do ano foi o impacto dos cortes de geração sobre as operações das empresas. O mecanismo, conforme avaliação do Comitê, precisa passar por melhorias. O papel do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é definir com mais clareza os critérios de classificação dos cortes de energia – sobretudo no que diz respeito à confiabilidade e as razões externas.

A minuta do contrato de prorrogação das concessões vigentes tem como ponto positivo a

manutenção dos indicadores de qualidade e dos critérios de elegibilidade econômico-financeira. Mas é preciso avançar no aprimoramento da matriz de risco e trabalhar pela retirada da menção à necessidade de renúncia de ações judiciais – inclusive de natureza tributária – antes da assinatura do contrato de prorrogação. Esse ponto foi considerado preocupante pelo setor. É importante, para o Comitê, trabalhar por um ambiente de estabilidade jurídica, regulação forte e capacidade de investimento das distribuidoras.



GERAÇÃO

Retomada das atividades

O Comitê recupera suas prioridades num momento em que aumenta a necessidade de avanços tecnológicos capazes de fortalecer a competitividade e contribuir para a segurança energética

A diretora de Gestão de Ativos de Geração da Eletrobras, Lilian Queiroz, assumiu a coordenação do Comitê de Geração. Ela destacou a importância da reativação do Comitê num momento de fortalecimento da matriz elétrica em suas diferentes formas de geração.

Na linha de atuação prevista para o Comitê, estão trabalhos pela sustentabilidade do setor,

além de fomentar novas tecnologias, fortalecer a competitividade e garantir a segurança energética com a atração de novos investimentos. Será fundamental uma atuação conjunta com outras entidades setoriais e uma forte ação junto ao Legislativo, ao Executivo e às agências reguladoras. O Comitê também deverá trabalhar para a efetividade de novos mecanismos de financiamento e a promoção de políticas públicas.

TRANSMISSÃO

Novas linhas e novas necessidades de transmissão

Com investimentos estimados em R\$ 56 bilhões em novas linhas, o setor discute outros temas importantes, como a renovação dos contratos de transmissão em vigor

O tema que concentrou as atenções do Comitê nos primeiros meses do ano foram os leilões de novas linhas de transmissão — com a previsão de Capex da ordem de R\$ 56 bilhões. Importantes não só pelo volume expressivo de investimentos, mas, também, por seu impacto no perfil do setor, as discussões em torno dos leilões foram acompanhadas de outros temas de interesse das empresas de transmissão.

Um desses temas foi a estrutura organizacional da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e as principais atividades a cargo da Superintendência de Regulação dos Serviços de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. A apresentação foi feita pelo titular da Superintendência de Regulação de Serviços

de Transmissão e Distribuição Elétrica-STD/ANEEL, Carlos Alberto Calixto Mattar, e pelo Gerente de Regulação do Serviço de Transmissão, Renato Abdalla Afonso.

O encontro foi parte do esforço desenvolvido pela ABDIB no sentido de aproximar o Comitê dos principais centros de decisão no que diz respeito à energia elétrica no país. Na mesma linha, o Chefe do Departamento de Energia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social apresentou a estratégia e as linhas de financiamento do banco para o setor de transmissão.

Além desse relacionamento, o Comitê também levou adiante outros temas de interesse do setor — como, por exemplo, as novas tecnologias



para a modernização da transmissão. Esse foi o tema de uma discussão realizada na sede da entidade, que tratou dos novos paradigmas para a transmissão e a resiliência sistêmica frente à variabilidade da geração e os impactos climáticos extremos.

No encontro, foi tratado um outro aspecto sensível, que envolve o impacto das mudanças climáticas sobre as linhas de transmissão. Osmar Pinto Júnior, pesquisador titular e coordenador do Grupo de Eletricidade Atmosférica do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE, apontou um aumento expressivo, no Brasil, do número de danos a linhas de transmissão pela ação de eventos de rajadas de vento, descargas atmosféricas e chuvas intensas associadas a tempestades, em particular aqueles devido a rajadas de vento.

A tomada de subsídios nº 008/2024, da ANEEL, que tratou dos critérios para a renovação das concessões de transmissão, também foi objeto dos debates do comitê. A preocupação fundamental envolvia a necessidade de que as regras de renovação preservem a segurança operativa e jurídica e que a discussão seja associada ao interesse público. Outro ponto importante diz respeito à regra de indenização dos investimentos realizados nos ativos em fase final de concessão. Segundo Carlos Adolfo Pereira, coordenador do Comitê, a governança

A preocupação fundamental envolvia a necessidade de que as regras de renovação preservem a segurança operativa e jurídica e que a discussão seja associada ao interesse público.

do processo é fundamental e garante a manutenção dos investimentos, preservando o interesse público.

O critério para a renovação das concessões é um aspecto importante quando se fala dos desafios que o setor de Transmissão terá pela frente nos próximos anos. Esses desafios, por sinal, foram tratados pelo diretor do Departamento de Planejamento e Outorgas de Distribuição e Transmissão e Interligações Internacionais do Ministério das Minas e Energia (DPOTI/MME), Guilherme Zanetti.

De acordo com Zanetti, o setor de transmissão enfrenta uma série de desafios no planejamento. É necessário incorporar avanços tecnológicos e promover uma maior inserção de fontes renováveis na geração. Além de trabalhar para o crescimento do mercado, sobretudo no ambiente de contratação livre. Considerar todos

O país vive um momento de superoferta, realidade que deve se estender até mais ou menos 2030

esses fatores é o grande desafio para o planejamento no setor, que precisa estar preparado para atender à necessidade adicional de energia marcada pela demanda aquecida para atender os novos projetos de Data Centers e Inteligência Artificial, além dos projetos de Hidrogênio Verde.

Outro tema debatido pelo Comitê foram as oportunidades de integração do sistema elétrico brasileiro com o de outros países da América do Sul. O país vive um momento de superoferta, realidade que deve se estender até mais ou menos 2030 e existem possibilidades de interligação do sistema com Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Venezuela.

Um ponto que esteve sempre presente nas discussões do Comitê foi o da regulamentação do setor elétrico, sobretudo no que se refere aos critérios de tratamento às concessões em fim de vigência. Os debates giram em torno da regulamentação do Decreto 11.314, de dezembro de 2022. O tema foi abordado em algumas reuniões virtuais do Comitê e, também, no encontro presencial em que o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Sandoval Feitosa, compareceu à sede da ABDIB para falar das Perspectivas para o Setor Elétrico Brasileiro (veja nota na seção Encontros e Debates).

Outro aspecto que mereceu destaque no Comitê foram os impactos da Reforma Tributária sobre o setor. O tema foi apresentado ao Comitê por Márcio Alabarce, coordenador do Comitê Legal e Tributário – que destacou a atuação da ABDIB nas discussões, no âmbito da reforma, sobre os impactos nas mudanças



propostas sobre os serviços de infraestrutura. Thiago Dourado, superintendente de Transmissão da EPE, falou das perspectivas do setor no horizonte do Plano de Decenal de Energia 2034 – que prevê o aumento da capacidade do sistema de transmissão.

A EPE também trabalha para o aumento da resiliência do setor frente aos eventos climáticos extremos. Na região Norte o setor sofreu com os eventos climáticos extremos de 2023. O atendimento aos estados do Acre e Rondônia é fortemente dependente das usinas do Rio Madeira. Eventos climáticos extremos, como a escassez hídrica de 2023, resultam em desafios para garantir o suprimento de energia local.

Entre os assuntos que nortearão as atividades do Comitê para 2025 está a questão relacionada à implantação de uma plataforma de processamento de pagamentos de encargos de transmissão, sob responsabilidade do ONS.

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O tamanho do sistema de iluminação pública no Brasil

Os projetos de iluminação pública pela iniciativa privada se estendem por municípios de todo território nacional

A ABDIB promoveu, na série Diálogos da Infraestrutura, um evento em parceria com a ABCIP que marcou o lançamento de dois documentos importantes, produzidos por Grupos de Trabalho convocados pelo Comitê de Iluminação Pública. O primeiro documento tratou dos Financiamentos dos Contratos de PPP de Iluminação Pública; o segundo, da Gestão do Banco de Créditos de Iluminação Pública.

O primeiro estudo foi apresentado por Pedro Iacovino, presidente da ABCIP, que fez uma análise detalhada do panorama do setor. O estudo sobre os bancos de créditos foi apresentado por Mário Saadi, sócio da Cescon, Barrieu, Flesch & Barreto Advogados. O debate, moderado por Adriana Ferreira, contou com a participação de Marcelo Menegatto, da concessionária BH IP, e Leandro Liberal, da Engie Brasil Soluções.

O estudo sobre o financiamento para as PPPs de Iluminação Pública, foi apresentado por Antônio Alvarenga, da EY, e o debate, moderado pelo coordenador do Comitê Gustavo Gusmão, com participação de Allan Mesentier, do BNDES, Ewerton de Oliveira Rocha, do BDMG, e João Henrique Delibaldo, da CAIXA. (ver box na próxima página)

Os projetos de Iluminação Pública dos municípios de Timon (MA) e Foz do Iguaçu (PR) foram apresentados ao Comitê de Iluminação Pública por Otávio Fernandes — representante do IFC, o braço do Banco Mundial para negócios com empresas privadas. Os projetos estruturados pelo órgão, em parceria com a CAIXA, têm o objetivo de eficientizar redes de Iluminação Pública, melhorar a iluminação das faixas de pedestres e ciclovias, implantação de sistemas

de telegestão e instalar centros operacionais, entre outras iniciativas de modernização.

Na revisão da norma NBR 5101 sobre as especificações técnicas para a iluminação viária, de acordo com o diretor da Luz e Energia, Paulo Candura, a norma prevê uma série de alterações e exigências para a instalação de luminárias em vias públicas. A revisão desta norma requer um diagnóstico mais assertivo. O diagnóstico passa a ser fundamental devido às novas exigências técnicas.

Atualmente, existem no Brasil cerca de 50 milhões de postes em funcionamento.

Outro assunto tratado pelo Comitê foi o compartilhamento de postes entre o setor elétrico e o de telecomunicações. O tema foi apresentado por João Pedro Assis, da Bolte Energy. Assis iniciou sua apresentação informando que, atualmente, existem no Brasil cerca de 50 milhões de postes em funcionamento. No passado, essa infraestrutura era gerenciada por estatais — realidade que deixou de existir com as concessões dos serviços à iniciativa privada. Hoje, o país conta com 55 distribuidoras de energia distribuídas por mais de 5 mil municípios. Isso aumentou as exigências sobre a gestão adequada desta infraestrutura, incluindo fiscalização, remoção de ativos irregulares e disfunções de mercado.

Uma preocupação permanente do Comitê tem sido o acesso das concessionárias do setor aos projetos de financiamento no setor.

Nesse sentido, o pipeline de projetos da Caixa é um dos mais abrangentes do país. A carteira da instituição continha em meados de 2023 um total de 48 projetos de iluminação pública com investimentos previstos de R\$ 4 bilhões.

Desse total, doze projetos estão em fase de estudo de viabilidade, quatro em consulta pública e outros dois projetos com edital publicado.

Essa é uma das razões da expansão dos serviços de iluminação pública por uma quantidade crescente de investimentos — conforme observou ao Comitê o presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Iluminação

Pública – ABCIP, Pedro Iacovino, que apresentou o censo de Iluminação Pública elaborado pela entidade. De acordo com o censo, o setor conta com 126 contratos de concessão em 148 municípios, com 4,2 milhões de pontos de iluminação pública já concedidos.

As linhas de financiamento ao setor de iluminação pública disponibilizadas pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE –, pela CAIXA e pelo Desenvolve SP também foram apresentadas em diferentes reuniões do Comitê.



COMITÊ LANÇA DOCUMENTOS SOBRE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Comitê de Iluminação Pública, que é um fórum importante de discussão de propostas, de acompanhamento da regulamentação e de atualizações legais do setor, publicou em 2024 documentos desenvolvidos por seus Grupos de Trabalho.

Financiamento para PPPs de Iluminação Pública

O documento trata dos procedimentos destinados a facilitar o financiamento de projetos de iluminação pelos municípios do país. De forma geral, o processo de modelagem de novos projetos é complexo e avalia múltiplos fatores, sendo importante considerar no desenho do projeto toda a cadeia de partes interessadas, incluindo investidores/acionistas, construtores, fornecedores, financiadores, entre outros. Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/financiamento-para-ppp-de-iluminacao-publica/>

Sistemática de Banco de Créditos em PPPs de Iluminação Pública

O banco de créditos tem o objetivo de trazer algum grau de segurança jurídica para as próprias concessionárias em relação às obrigações que, de um lado, poderão lhe ser impostas ao longo da execução da concessão. Ao mesmo tempo, outro objetivo é garantir que os pedidos de execução para instalação, operação e manutenção de determinados pontos novos de iluminação pública apenas ocorra caso os Poderes Concedentes obedeçam ao procedimento de solicitação estabelecido contratualmente. Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/sistemica-de-banco-de-creditos-em-ppps-de-iluminacao-publica/>

RODOVIAS

É preciso solucionar as controvérsias para otimizar contratos

Em paralelo, os programas de concessões avançam não apenas no âmbito das rodovias federais, mas, também, em estados como São Paulo, Mato Grosso e Minas Gerais

A criação da Câmara de Negociação e Solução de Controvérsias (COMPOR), no âmbito da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), foi debatida no Comitê, com a presença do Procurador Geral do Ministério dos Transportes, Milton Carvalho Gomes. Criada para ser um ambiente técnico consensual, capaz de promover a solução célere de controvérsias, a Câmara tem como objetivo proporcionar mais segurança jurídica e, a partir daí, contribuir para a atração dos investimentos no setor.

Os programas estaduais de rodovias também estiveram na pauta do Comitê. Pedro Bruno Barros de Souza, Secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Governo de Minas Gerais, falou sobre os projetos de concessão já existentes e os que ainda estavam para ser implantados no estado. Segundo ele, 10% da malha rodoviária do estado já foi concedida a concessionárias privadas. Havia, ainda, seis concessões em andamento e outras cinco em estudo pelo BNDES e pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – Codemge.

Os cinco novos lotes em estudo têm uma extensão total de 3.300 km e um Capex estimado de R\$ 18 bilhões. Além dos projetos para concessão, é importante destacar o avanço das obras pelo DER – MG previstas para chegar a R\$ 2 bilhões em 2024. Na mesma linha, André



Isper Rodrigues Barnabé, Secretário Executivo de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo falou sobre as perspectivas positivas do pipeline dos Projetos de Rodovias do Estado de São Paulo.

A modernização do sistema de cobrança de pedágio, com vistas a melhorar as condições de operação para os usuários e as concessionárias, também mereceu a atenção do Comitê. Basílio Militani Neto, diretor do Departamento de Regulação, Fiscalização e Gestão da Secretaria Nacional de Trânsito do Ministério dos Transportes, falou sobre a minuta sobre o sistema de livre passagem Free Flow em vias e rodovias. Trata-se, segundo ele, de uma oportunidade para a promoção de justiça tarifária com a possibilidade de implantação em diversas rodovias, reduzindo os riscos de outorga em determinados trechos.

No âmbito dos estados, o Mato Grosso tem sido um dos que têm apresentado uma evolução significativa. De acordo com o planejamento que está em curso, o estado deverá conceder, até 2026, mais de 4.000 quilômetros de rodovias para a iniciativa privada. Desse total, pelo menos 2.100 quilômetros estão em fase final de análise pelo Tribunal de Contas do Estado. Outros 2.000 quilômetros estão programados para 2025. O investimento estimado é de R\$ 7 bilhões.

FERROVIAS

De volta aos tempos do Barão

O setor vive um impulso como há tempos não se via. Há novos projetos em implantação no Mato Grosso e, em São Paulo, há mais de mil quilômetros de linhas em construção

O setor ferroviário do Brasil lembra um momento de dinamismo que lembra os tempos empreendedores do Barão de Mauá — quando mais se implantaram estradas de ferro no país. Isso ficou claro desde a primeira reunião do Comitê do ano, quando, o então Superintendente de Transporte Ferroviários da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Ismael Trinks, apresentou os temas considerados prioritários para o setor na discussão da regulamentação da Redesignação dos Recursos

para Desenvolvimento Tecnológico — RDT — e dos Recursos para Preservação da Memória Ferroviária — RPFM.

Trinks observou que a destinação de recursos inclui a aquisição de software e de equipamentos para fiscalização, o aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário — SAFF — e a oferta de cursos para capacitação de pessoal. Ele considerou fundamental o avanço dos acordos para prorrogação de contratos ferroviários, mas apontou a dificuldade em relação aos contratos ainda não renovados devido ao expressivo percentual de trechos não operacionais nas malhas concedidas.

Outro tema tratado pelo Comitê foi o do acesso ao financiamento para projetos do setor, no âmbito da Portaria 689 / 2024 – MT, que define os requisitos e procedimentos de Debêntures Incentivadas e de Infraestrutura no âmbito do Ministério dos Transportes.

A portaria estabelece obrigações de fiscalização atreladas ao projeto e aponta as ações que poderão receber os recursos provenientes dessa fonte — sempre deixando claro que os recursos provenientes dessa fonte são destinados exclusivamente a investimentos, nunca ao custeio das operações. Sendo assim, o dinheiro pode ser usado para a manutenção e

Os projetos do programa SP nos Trilhos somam R\$ 130 bilhões de investimentos nos próximos anos



A IMPORTÂNCIA DAS FERROVIAS PARA A NEOINDUSTRIALIZAÇÃO

A ABDIB e a Infra S.A. promoveram na quarta-feira, dia 2 de outubro, na série Diálogos da Infraestrutura, o evento Transporte Ferroviário – Perspectiva de Ampliação do Modal e sua Importância no Processo de Neoindustrialização. Realizado na sede da entidade, o encontro foi promovido no âmbito do acordo de cooperação técnica que a ABDIB e a INFRA S.A. celebraram com o objetivo de colaborar com estudos técnicos e seminários para a promoção do setor ferroviário. A intenção é promover uma maior inserção das ferrovias no transporte de carga geral.

Na abertura do evento, o presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, destacou que “os desafios e os obstáculos logísticos são imensos, sobretudo para um país com a extensão territorial do Brasil. Nesse contexto, as ferrovias emergem como peça-chave para superar os obstáculos e impulsionar o desenvolvimento nacional”.

Na mesma linha, o presidente da Infra S.A. Jorge Bastos apontou a necessidade de



Foto: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.

pensar em novos projetos, que atendam a demanda existente e preparem as ferrovias brasileiras para o transporte da carga geral. “Nossa malha ferroviária é do Século passado”, disse. “Precisamos ter projetos com viabilidade econômica que atendam a demanda necessária”. Bastos destacou a necessidade de discutir com toda a sociedade as bases de um plano de logística que tenha realmente as características que o país necessita e que tenha consistência e determinação para ser aprovado sem resistência pelo Congresso Nacional.

Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/dialogos-da-infraestrutura-transporte-ferroviario-perspectivas-de-ampliacao-do-modal-e-sua-importancia-no-processo-de-neoindustrializacao-reducao-de-custos-e-efeitos-sobre-a-cadeia-produtiva/>

implantação de trechos ferroviários, a aquisição de locomotivas, vagões e sistemas de segurança e outros itens.

O programa SP nos Trilhos, os futuros projetos de trens de passageiros no estado de São Paulo e a Concessão das Linhas 11, 12 e 13 de Trens Metropolitanos foram discutidos pelo Comitê. Apenas esses projetos somam R\$ 130 bilhões de investimentos nos próximos anos.

Além deles, outros 40 projetos estão em estudos e avaliação. Serão mais de mil quilômetros de linhas férreas no Estado. Além disso, o Comitê discutiu e aprovou projeto apresentado por Bernardo Figueiredo, de ligação ferroviária para carga geral entre as regiões sudeste e nordeste do país. Em decorrência, a ABDIB encaminhou referida proposta ao Secretário Nacional de Transportes Ferroviários, Leonardo Ribeiro.

PORTOS

É preciso ampliar os investimentos privados

Os portos brasileiros precisam se modernizar para contribuir com a necessária evolução da logística e ajudar a estimular a retomada do crescimento

Uma das ações mais destacadas do Comitê ao longo do ano foi a organização de um Grupo de Trabalho que elaborou um documento com sugestões ao ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. As sugestões visavam garantir um ambiente mais adequado para os investimentos privados no setor. No que diz respeito às responsabilidades do Poder Público, é necessário aprimorar a gestão das Autoridades Portuárias, modernizar os critérios de contratação de serviços e aperfeiçoar a governança portuária.

A ABDIB se posicionou, posteriormente, favorável ao fortalecimento das Autoridades Portuárias como núcleo de formação e implementação de estratégia para os portos sob sua jurisdição. O posicionamento, defendido pela ABDIB em Consulta Pública organizada pela Autoridade Portuária de Santos, inclui a defesa da necessidade de continuidade de um terminal multipropósito no porto.

O objetivo, nesse caso, é evitar prejuízos à indústria nacional. Isso porque os terminais multipropósito têm entre suas características a movimentação de equipamentos pesados para a indústria de Bens de Capital. Outro ponto defendido pela associação em relação aos terminais atuais é a renovação dos contratos — medida que daria maior celeridade aos investimentos necessários na modernização do porto.

Outro aspecto relacionado à modernização do sistema portuário brasileiro é o esforço para acelerar o processo de descarbonização dos

portos e dos terminais. O assunto foi debatido pelo Comitê, que contou com a presença de Bruno de Oliveira Pinheiro, Secretário Especial de Estudos e Projetos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários — ANTAQ. Segundo ele, 73% dos terminais portuários do país já contam com inventários de emissão de Gases Causadores de Efeito Estufa — conhecidos pela sigla GEE. Entre os portos, esse percentual é inferior a 20%. Esses índices precisam melhorar. O inventário de emissões de GEE faz parte das exigências para as concessões de terminais.



AEROPORTOS

Há ajustes a fazer em decorrência da reforma tributária

Enquanto discutem os critérios da cobrança de impostos sobre o embarque de passageiros em trânsito, as concessionárias sofrem o impacto de novas exigências do poder concedente

O Comitê abriu espaço para a participação do presidente da Aeroportos do Brasil — ABR —, Fábio Rogério de Carvalho, que apresentou o estudo sobre o impacto do IBS e CBS, os novos tributos criados pela Reforma Tributária Sobre o Consumo, nas concessões aeroportuárias. De acordo com Carvalho, as discussões sobre a reforma não devem considerar apenas o peso da arrecadação sobre a atividade, mas, também, os efeitos que terá sobre o sistema. É preciso discutir, por exemplo, os critérios para cobrança do imposto sobre o embarque de passageiros em trânsito. É preciso considerar todos os aspectos do projeto para que a aplicação da reforma não gere distorções no sistema.

Outra entidade que participou das atividades do Comitê foi a Associação Brasileira de Empresas Aéreas — ABEAR. A presidente-executiva, Jurema Monteiro, destacou o aumento de 15% no número de passageiros em 2023, na comparação com 2022. Também houve um aumento de 18,3% na oferta de voos domésticos no mesmo período. Jurema Monteiro destacou, também, que o Brasil é o país com o maior número de processos judiciais envolvendo companhias aéreas — o que inibe a presença de novos investidores no país.

O comitê também dedicou atenção aos impactos de novas iniciativas do poder público sobre as concessões aeroportuárias. Ana Maria Rovai, diretora jurídica da CCR Aeroportos, apontou a necessidade de estudos de impacto sobre as concessões aeroportuárias de algumas medidas recentes do poder público. É o caso da resolução 75, de 8 de agosto de 2024,



que estabelece diretrizes para a modernização contínua de tecnologias, equipamentos e procedimentos aeroportuários com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade da infraestrutura aeroportuária brasileira.

Um tema de especial interesse do setor — a repactuação dos contratos de concessão — foi tratado pelo Comitê à luz da repactuação da rodovia Eco 101. Trata-se, segundo o advogado Gustavo Carneiro de Albuquerque, do escritório Pinheiro Neto, do primeiro acordo do tipo fechado no Brasil e pode servir de base para iniciativas semelhantes em outros setores, como o de aeroportos.

No caso de Viracopos, não houve acordo entre a concessionária e o poder concedente no âmbito da Secex-Consenso, do Tribunal de Contas da União, e o aeroporto será levado a leilão em 2025. A nova licitação deverá manter a obrigatoriedade de construção de uma nova pista com prazo de construção de 84 meses.

MOBILIDADE URBANA

O avanço dos transportes sobre trilhos em São Paulo

Há uma série de contratos em andamento. Também foram feitas mudanças importantes no âmbito das agências regulatórias

O Comitê de Mobilidade Urbana recebeu em julho o secretário-executivo de Parcerias em Investimento do Governo de São Paulo, André Isper, que apresentou a carteira de projetos de mobilidade urbana no Estado. “Temos nove contratos em andamento e mais um contratado. Esses projetos somam R\$ 130 bilhões de investimentos nos próximos anos. Além disso, outros 40 projetos estão em estudo e avaliação.”

Serão mais de um mil quilômetros de linhas férreas no estado. As linhas 11, 12 e 13 do Metrô estão com estudo de viabilidade pronto e a intenção manifestada foi a de lançar os editais ainda no segundo semestre de 2024. Sobre o PLC 35/2024, que propõe mudanças regulatórias nas agências reguladoras, Isper destacou que “com as mudanças, as instituições passam a ter competência de regulação e fiscalização de projetos.”

Entre os pontos de avanço do PLC 35, ele destacou a autonomia técnica, administrativa e orçamentária das agências e a introdução da análise de impacto regulatório nos processos decisórios. Essas são medidas importantes para dar maior qualidade técnica e transparência na decisão das agências. Os participantes da reunião manifestaram a necessidade de discutir e aperfeiçoar os mecanismos do seguro garantia para os novos projetos. Outro tema abordado foi o da importância da contratação direta de novos estudos através dos escritórios e consultorias atuantes no Brasil.

INDÚSTRIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Hora de valorizar o capital humano e promover o crescimento

Com o lema “Crescimento Inclusivo Para um Futuro Sustentável”, o B-20 Brasil propõe medidas para a expansão inclusiva da economia

O comitê de Indústria e Relações Internacionais recebeu o empresário Dan Ioschpe, líder do B20 Brasil e chairman da Iochpe-Maxion, que apresentou a agenda de trabalhos do B20 no Brasil e os principais pontos desenvolvidos, que serão a base do documento final apresentado no evento do G20 em novembro, no Rio de Janeiro.

O B20 é formado por mais de 1.200 representantes da comunidade empresarial dos países do G20

De acordo com Ioschpe, o B20 é formado por mais de 1.200 representantes da comunidade empresarial dos países do G20 e tem como objetivo elaborar recomendações que dialoguem com as prioridades do G20 e do setor privado. O trabalho do B20 Brasil é orientado por cinco eixos estratégicos, com o lema “Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável”. Os pilares do B20 Brasil são a promoção do crescimento inclusivo e combate à fome, à pobreza e à desigualdade; o aumento da produtividade através da inovação; a necessidade de reforço da resiliência nas cadeias globais de valor; acelerar uma transição justa para emissão zero de carbono e valorização do capital humano.

SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

Um longo caminho pela frente

Estudo da ABDIB mostra que serão necessários elevados recursos adicionais, além daqueles já em execução e em estruturação, para se alcançar as metas de universalização do saneamento estabelecida para 2030

Conforme cálculos da diretoria de Planejamento e Economia da ABDIB, serão necessários R\$ 525 bilhões em investimentos para que a universalização dos serviços de água e esgoto seja alcançada na forma da lei. No radar, já estão

programados investimentos, entre contratados e em estudo, da ordem de R\$ 328 bilhões. Segundo o estudo, a universalização dos serviços de água e esgoto no Brasil só deverá ser alcançada a partir de 2040.

RESÍDUOS SÓLIDOS

A luta pelo fim dos lixões

Num momento em que há recursos para a estruturação de projetos de processamento de resíduos, as empresas do setor lutam pela conversão dos lixões em aterros sanitários

Um aspecto regulatório que interfere nos custos das empresas que atuam no setor de resíduos sólidos e nem sempre é claro para os operadores e contratadores dos serviços é o que está prevista na Norma Regulamentadora 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos. A norma foi editada pelo Ministério do Trabalho e está vigente desde dezembro de 2022.

O tema foi apresentado pela advogada Ana Paula Caodaglio, do escritório Caodaglio e Associados. A NR-38 define uma série de medidas preventivas a serem implementadas pelas empresas do setor no ato da prestação do serviço. O intuito é minimizar os riscos ocupacionais e garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores no exercício diário das atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

O Comitê também tratou dos impactos da Reforma Tributária no setor. O tema foi apresentado pelas advogadas tributaristas Viviane

Faulhaber, e Olivia Tonello, do escritório TFAA. Conforme os cálculos apresentados, a reforma deve elevar dos atuais 9% para 27% a alíquota sobre as atividades do setor.

Além dos temas de impacto nacional, o Comitê acompanhou com atenção a atuação dos órgãos estaduais de meio ambiente no que toca aos resíduos sólidos. Cristiano Kenji, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb, apresentou os avanços em relação à disposição dos resíduos em São Paulo. Nos últimos anos, o estado de São Paulo registrou uma melhora quanto à situação dos aterros e às condições sanitárias dos municípios. Em 2011 o Índice de Qualidade de Aterros de Resíduos (IQR) mostrava 492 municípios em situação adequada e 153 na condição de inadequados. Em 2023, o mesmo índice apresenta como 604 municípios “adequados” e 32, inadequados.

Ainda no âmbito de São Paulo, o Comitê avaliou o Programa Integra Resíduos, do governo

No Estado de São Paulo, cerca de 200 municípios têm a destinação dos resíduos em aterros de valas. E muitos ainda se utilizam de lixões, que precisam ser convertidos em aterros.

estadual. O tema foi apresentado por Evaldo Azevedo, Coordenador de Resíduos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. De acordo com Azevedo, no Estado de São Paulo, com base no último inventário da Cetesb, cerca de 200 municípios têm a destinação dos resíduos em aterros de valas. E muitos ainda se utilizam de lixões, que precisam ser convertidos em aterros. Em relação a vida útil do total de aterros, cerca de 150 têm o término da vida útil em até cinco anos.

Outro tema que constou da pauta do Comitê ao longo do ano foi o das fontes de financiamento para as empresas que trabalham com a destinação e o processamento dos resíduos sólidos. Entre essas fontes está o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS). Trata-se de um fundo criado pelo governo para apoiar a estruturação e o desenvolvimento de projetos de infraestrutura sustentável no país, com especial atenção às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O assunto foi exposto por Denílson Campello, diretor de parcerias com o setor privado do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

Campello observou que o Fundo tem R\$ 1 bilhão disponível para financiar a estruturação de projetos. Entre os setores preferencialmente contemplados está o de saneamento e resíduos sólidos, com 25% dos recursos disponíveis. A seleção dos projetos será feita pelo administrador do fundo, segundo as normas já definidas.



Marcos Xavier, representante no Brasil do New Development Bank— NDB falou ao Comitê sobre a forma de atuação do banco no Brasil. De acordo com ele, o NDB tinha no segundo semestre de 2024 um total de 19 projetos aprovados no país. Eles representam US\$ 5,7 bilhões em financiamento, sendo 79% da carteira de projetos aprovados em empréstimos soberanos. O banco trabalha com novos objetivos até 2026 e umas das metas é a realização de 30% dos empréstimos sem garantia soberana e 40% para financiamento de operações climáticas.

INFRAESTRUTURA SOCIAL

As PPPs de escolas e hospitais avançam nos municípios

Os projetos de infraestrutura social ganham cada vez mais impulso com projetos mais bem estruturados e investimentos de valor mais expressivo

Um dos pontos mais destacados nas reuniões do Comitê de Infrasocial ao longo de 2024 foi a necessidade de uma política de comunicação setorial capaz de defender a necessidade desses investimentos — que enfrentam uma série de resistências por parte de setores que criticam uma suposta “privatização de tarefas essenciais do Estado”. Especialmente no que se refere aos serviços de Saúde e Educação. É preciso, no entender do Comitê, envolver os setores envolvidos no processo, como os professores e diretores de escolas, os médicos e demais profissionais da saúde desde o lançamento do projeto.

No que se refere aos projetos em andamento, o Comitê discutiu as atualizações dos projetos de infraestrutura social em andamento no município de São Paulo. De acordo com a diretora da SP Parcerias, Mariana Moschiar, um dos projetos mencionados, o CEUS 2º Lote, prevê a implantação de cinco unidades do Centro Educacional Unificado na região Sul de São Paulo. Na segunda parte do encontro, o sócio da CVPAr Investimentos e ex-secretário de Competitividade e Produtividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, apresentou as vantagens da modalidade de crédito via mercado de capitais para o setor de PPPs de Infrasocial. Segundo ele, esse mecanismo é vantajoso para projetos de CAPEX mais elevados, pois apresenta menores custos de captação, menos burocracia e melhor governança.

Um evento realizado em março, na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID —, em Brasília, marcou o lançamento do documento Infraestrutura Social: Uma Análise

Crítica da Situação Atual; Desafio e Recomendações para a Evolução da Agenda Através de PPPs e Concessões. Essa foi uma das principais realizações do Comitê ao longo de 2024 (veja nota nesta seção). Ali, foram debatidos os temas centrais, que orientam as ações do Comitê e mostram a evolução do setor Infrasocial no conjunto da infraestrutura brasileira.

Um dos pontos mais destacados foi a necessidade de uma política de comunicação setorial capaz de defender a necessidade desses investimentos

A agenda regular do Comitê foi intensa. A diretora da SP Parcerias, Mariana Moschiar, atualizou os projetos de licitação em andamento no município de São Paulo. Entre os projetos, foi citado o segundo lote do Centro Educacional Unificado — CEU —, que terá cinco novas unidades na zona Sul da cidade. No mesmo encontro, o sócio da CVPAr Investimentos e ex-secretário de Competitividade e Produtividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, apontou as vantagens da modalidade de crédito via mercado de capitais para as PPPs em Infraestrutura Social. Segundo Costa, o mecanismo é vantajoso para projetos de CAPEX mais elevados, pois reduz os custos de captação e a burocracia e melhora a governança.



O Comitê debateu em outra oportunidade os desafios da obtenção de terrenos para projetos do setor e contou com a participação de dois executivos do BNDES: Gustavo Nonato, chefe de departamento de Infraestrutura Social, da Área de Soluções e Infraestrutura, e Andrea Soares, Gerente do Departamento de Infraestrutura

Foi apresentado o projeto do estado de São Paulo que prevê a construção e a operação de 33 escolas — com a oferta de serviços de gestão das unidades

Social. No encontro foram apresentados os principais projetos do banco para a área.

A discussão contou com a participação de Isabela Matos, Gerente Geral da Secretaria de Parcerias Estratégicas da Prefeitura de Recife, e de João Mário Martins, CEO da Saúde BH, que falou sobre a Experiência da liberação de terrenos para os projetos de Educação e Saúde em Belo Horizonte. Na visão do coordenador do Comitê, Ramon Ferreira, a disponibilização de terrenos é um tema de grande impacto na modelagem de projetos do setor. Segundo ele, que falou em nome da empresa de consultoria Accenture, 80% dos terrenos analisados para possível uso são inadequados ao uso proposto e excluídos do projeto. Por essa razão, é preciso que haja por parte do Poder Público critérios mais rígidos na indicação dos terrenos para projetos.

Ao longo do ano, o Comitê dedicou atenção especial aos projetos em andamento nos principais municípios do país. Entre eles, o projeto Parques Cariocas, apresentado pelo diretor da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos da Prefeitura do Rio de Janeiro, Lucas Costa. O projeto prevê investimentos de R\$ 1 bilhão na ampliação das áreas verdes da cidade, combinada com melhoria dos serviços de visitação em seis parques naturais e urbanos. Na mesma linha, foi apresentado o projeto do estado de São Paulo que prevê a construção e a operação de 33 escolas — com a oferta de serviços de gestão das unidades, além de serviços não pedagógicos, como limpeza, manutenção, gestão de infraestrutura e segurança.

No âmbito do município de São Paulo, um dos principais projetos em curso envolve contratos que preveem a manutenção da infraestrutura em 90 escolas. Também está prevista a construção de quatro unidades de pequeno porte dos Centros de Educação Unificados – CEU. O grande desafio para essas PPPs é realizar as intervenções necessárias adaptadas ao cronograma escolar, essa é uma preocupação que tivemos na estruturação do projeto. Em relação ao município de Porto Alegre, houve a discussão dos projetos de melhorias em quase 300 escolas da rede pública. Os projetos envolvem obras de melhoria nas estruturas e, também, o fornecimento de serviços específicos como enxovais e lavanderia no projeto Escola Bem Cuidada da cidade de Porto Alegre.

Todos esses projetos contam com suportes que não faziam parte do repertório de possibilidades do setor de infraestrutura social até bem pouco tempo atrás. De acordo com André Dabus, Diretor de Infraestrutura e Construção da Marsh Corretora de Seguros, várias seguradoras oferecem cobertura para esses equipamentos—especialmente no caso dos projetos de Parceria Público Privada. Para isso, é sempre importante manter atualizada, de forma descritiva, os bens que integram o projeto. Isso é importante não só para a mensuração dos bens segurados como, também, para os acertos em torno de um eventual encerramento ao final do contrato.

Os cinco projetos de infraestrutura social que integram a carteira de 76 projetos da carteira em estruturação pela CAIXA foram discutidos pelo Comitê. Desses projetos, 29 já foram leiloados. No total, eles beneficiam 26 milhões de pessoas em todas as regiões do país e têm um Capex estimado de R\$ 33 bilhões. Os projetos de infraestrutura social incluem dois de habitação, um de educação infantil e outros dois, socioeducativos. Os dois projetos de habitação estão localizados em Recife, com investimentos de R\$ 182 milhões, e em Campo Grande, com R\$ 122 milhões.



Foto: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.

DOCUMENTO COM ANÁLISE DA INFRASOCIAL É LANÇADO NO BID

A ABDIB lançou em março, em evento na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em Brasília, o documento *Infraestrutura Social: uma análise crítica da situação atual, desafios e recomendações para a evolução da agenda através de PPPs e Concessões*. O documento foi estruturado por um grupo de trabalho organizado pelo Comitê de Infrasoial da ABDIB e traça o mais completo panorama do setor.

Diante da transição recente de Governo e das perspectivas em relação ao desenvolvimento de projetos em parceria com a iniciativa privada no setor, os membros do Comitê de Infrasoial enxergaram como essencial a efetiva participação direta e tempestiva da ABDIB, visando contribuir na evolução das discussões.

O documento foi estruturado por um grupo de trabalho organizado pelo Comitê de Infrasoial da ABDIB e traça o mais completo panorama do setor. Veja, clicando aqui, a íntegra do relatório. Para mais informações: <https://www.abdib.org.br/infraestrutura-social-uma-analise-critica-da-situacao-atual-desafio-e-recomendacoes-para-a-evolucao-da-agenda-atraves-de-ppps-e-concessoes/>

A person in a dark suit and tie is holding a tablet computer. The background is a blurred office setting. Overlaid on the image are various digital graphics: a line graph with data points, a grid, a globe icon, and a smartphone icon with signal waves. The overall color scheme is dark blue with white highlights.

PLANOS DE AÇÃO DOS COMITÊS PARA 2025



Financiamento, fundos, riscos e garantias

— **Coordenador:**
Hugo Assunção (Perfininfra)

— **Coordenador adjunto:**
André Dabus (Marsh)

Objetivos

Avaliar as fontes de recursos para projetos de infraestrutura, identificar limitações para seus usos, riscos e sugerir estruturas de seguros e garantias (projetos/financiamento) para mitigar os riscos de operação e a bancabilidade. O comitê tem como principais pilares de sua atuação: I) implementação do project finance non recourse, utilizando a experiência internacional; II) ampliar a atratividade de financiamento interno e externo para investimentos em infraestrutura (equity) e acompanhar as mudanças na legislação enfatizando a importância do mercado de capitais; III) buscar alternativas para mitigação de riscos não gerenciáveis (riscos políticos, crédito, demanda e variação cambial) e avaliar instrumentos contratuais e extracontratuais (públicos e privados) que possam amenizar as consequências financeiras, econômicas e sociais da materialização destes riscos.



Plano de ação Financiamentos e Fundos

- Colaborar com Agências Reguladoras na padronização do processo de qualificação/habilitação de fundos de investimentos interessados em participar de certames relacionados a investimentos de infraestrutura;
- Atuar juntos às instituições oficiais de crédito (BNDES, CEF, BB, BASA, BNB, dentre outras) para definir modalidades e condições de aplicação de recursos para a infraestrutura, incluindo mecanismos de proteção contra variação da TLP e outras taxas de referência;
- Atuar junto ao mercado de capitais estabelecendo parceria com as entidades representativas desse mercado como Anbima, CVM e B3, fomentando novas formas de financiamento como desembolsos paripassu com Capex ao longo do ciclo de investimentos, e outras demandas;
- Fomentar as debêntures de infraestrutura tratadas na Lei 14.801, que traz o incentivo para emissor, junto aos investidores institucionais para ampliação de funding para projetos de infraestrutura..
- Promover a articulação com instituições multilaterais (BID, BIRD, NDB, CAF, IFC e ECAs) para o apoio aos investimentos no setor.
- Atuar para desenvolver seguros contra riscos não gerenciáveis, dentre eles os riscos de variação cambial para captação de recursos externos, riscos políticos, de demanda e de crédito, em sintonia com o Instituto de Inovação de Seguros e Garantias da FGV (IIRS) do qual a Abdib é membro do Conselho Consultivo.

Plano de ação Riscos

- Analisar e propor mecanismos contratuais e extracontratuais que possam ser aplicados em projetos de infraestrutura para mitigação dos riscos que possam dificultar a atração de investimentos, dentre os quais destacamos: climáticos extraordinários, políticos, crédito, demanda, variação cambial, entre outros.
- Em ação conjunta com os demais Comitês setoriais, promover a discussão junto aos poderes concedentes de mecanismos de opção de reajustes parciais das tarifas pelo dólar, viabilizando financiamento no exterior.
- Desenvolvimento de mecanismos de hedge de variação cambial que permita emissão de project bonds no exterior, ampliando a fonte de recursos para o financiamento de projetos de Infraestrutura, muito importante para grandes projetos.
- Colaborar com Governos Federal e Estaduais na implementação dos mecanismos Públicos para mitigar riscos não gerenciáveis que não são seguráveis pelo mercado segurador privado, em especial os Riscos Climáticos Extraordinários, Geológicos e Geotécnicos, além de revisitar os mecanismos de mitigação disponibilizado pelo mercado.
- Atuar junto aos bancos de fomento para compreensão e alocação na forma de Project Finance de riscos de encampação, caducidade e outros relacionados à extinção do contrato de concessão

Plano de ação Garantias

- Implementação *project finance non recourse* ou *limited recourse*: intensificar os debates com bancos de desenvolvimento e agências multilaterais sobre estruturas de seguros e garantias que podem ser utilizadas como alternativa às fianças bancárias pré-completion
- Desenvolver canal de comunicação com agências reguladoras com o objetivo de melhorar a relação com mercado segurador, focando na eficiência da execução do seguro garantia.



Legal e tributário

— Coordenador:

Marcio Alabarce (CCPA Advogados)



Objetivos

Dar suporte jurídico às iniciativas de desenvolvimento de negócios da Abdib, bem como aos demais comitês da entidade, em temas coletivos que digam respeito a atividades estratégicas relacionadas à infraestrutura. São três linhas de atuação. A primeira, prospectiva, visa o desenvolvimento de nova legislação, regulamentos e normas que impactem o setor. A segunda, reativa, visa solucionar problemas concretos enfrentados pelo conjunto de empresas associadas em suas atividades. A terceira, de debate e aprofundamento das discussões acerca de questões legais e tributárias que estejam relacionadas à infraestrutura. O comitê também analisa e orienta a diretoria e associados da Abdib sobre o ingresso da entidade como *amicus curiae* e outras medidas judiciais em temas de interesse coletivo da entidade.



Plano de ação

- Acompanhamento da regulamentação da reforma tributária, e atuação junto ao Congresso e Executivo, de modo a evitar retrocessos quanto à simplificação da tributação, aumento da carga tributária, obrigações acessórias, especialmente durante o período de transição.
- Acompanhamento dos projetos de lei de reforma da legislação do Imposto de Renda, CSLL e tributação de dividendos e tributação mínima global.
- Acompanhamento e atualização sobre a implementação e eventuais discussões da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e reformas na Lei de Concessões (Lei 8.987/1995) e parcerias público-privadas (Lei 11.079/2004).
- Acompanhamento da regulamentação das debêntures de infraestrutura e aperfeiçoamento dos demais instrumentos de acesso a crédito e financiamento da infraestrutura pelo mercado de capitais.
- Acompanhamento de propostas legislativas de interesse dos associados, especialmente no que se refere a lei de concessões, nova lei de licitações
- Acompanhamento de novas modelagens, editais de concessão, especialmente no que concerne à matriz de risco e mecanismos de solução de controvérsias.
- Acompanhamento de discussões judiciais relevantes acerca de temas ligados à infraestrutura, especialmente acerca da incidência de IPTU em imóveis em concessão, inclusão de ISS na base de cálculo de PIS e de Cofins e modulações de efeitos das decisões judiciais.
- Acompanhamento da regulação de mercado de carbono, de modo a permitir o uso internacional desse mecanismo para financiamento e estruturação de projetos.
- Acompanhamento das discussões sobre renovação e relicitação dos projetos de concessão, especialmente junto ao TCU.
- Acompanhamento e aperfeiçoamento das regras sobre a utilização de precatórios para pagamento de outorgas, e implementação por Estados e Municípios.
- Acompanhamento de propostas relativas às agências reguladoras para evitar retrocessos.
- Acompanhamento das discussões sobre temas afins nos Comitês e Conselhos Tributários da CNI.

Sustentabilidade

— Coordenadora:

Karin Formigoni (Arcadis Logos)

— Coordenador adjunto:

Henrique Paiva (Siemens Energy)



Objetivos

- Promover o compartilhamento de boas práticas de ESG (Environmental, Social, Governance): facilitar o intercâmbio de experiências e soluções inovadoras entre as indústrias associadas, destacando estratégias bem-sucedidas de sustentabilidade, governança corporativa e impacto social positivo.
- Fomentar o alinhamento das empresas com as metas climáticas globais e nacionais: orientar as indústrias na integração das metas do Acordo de Paris, das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) brasileiras e das discussões das COPs, incluindo a próxima edição em Belém do Pará, destacando as implicações para o setor industrial.
- Acompanhar e influenciar regulações ambientais e climáticas: monitorar as mudanças regulatórias relacionadas ao mercado de carbono, políticas de transição energética e incentivos à economia circular, atuando como uma voz ativa para defender os interesses das indústrias associadas.
- Apoiar a transição para modelos de negócios sustentáveis: oferecer orientações e promover discussões sobre temas como descarbonização, eficiência energética, uso sustentável de recursos e inovação tecnológica, preparando as indústrias para uma economia de baixo carbono.
- Incentivar a participação em iniciativas globais e regionais de sustentabilidade: engajar os representantes das indústrias em eventos, painéis e grupos de trabalho, ampliando sua contribuição em discussões de relevância estratégica, como aquelas realizadas nas COPs e fóruns setoriais.
- Promover discussões sobre o impacto das mudanças climáticas e estimular ações preventivas (mitigação e adaptação): estimular ações preventivas e investimentos em infraestrutura sustentável que tornem as indústrias mais preparadas para os desafios das mudanças climáticas e seus impactos
- Fomentar o engajamento das empresas do setor de infraestrutura no cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil nos Acordos Internacionais como de Paris e na implementação da Agenda ESG (governança corporativa, ambiental e social) buscando as melhores práticas ambientais, sociais e de governança
- Estabelecer um posicionamento claro da ABDIB sobre o tema de Sustentabilidade / ESG – para representatividade da associação em eventos como COP30, BRICS, COP16, WEF, ABDIB Experience e etc.
- Estabelecer uma troca de experiência contínua entre as empresas participantes sobre a temática com exemplos práticos e diferentes visões.
- Identificar, avaliar e apoiar o setor na busca de soluções dos problemas identificados no âmbito do licenciamento ambiental, nos diversos níveis federativos, que causam insegurança jurídica e conflitos judiciais devido a dubiedade ou ausência de legislação específica para a temática tratada, ausência de dados ambientais e de cooperação entre os órgãos competentes para a padronização e disponibilização dos mesmos, ausência de cooperação e padronização de procedimento

entre os órgãos intervenientes e órgão licenciadores gerando compensações sem nexo causal com os impactos ambientais causados pela atividade licenciada.

- Atuar para prevenir ou reverter a judicialização das disputas ambientais, trazendo as discussões para âmbito técnico proporcionado pela instância de mediação de conflitos.
- Contribuir com as consultas públicas referentes aos editais de concessões e de consulta pública de normas, procedimentos e projetos de leis nas temáticas socioambientais.



Plano de ação

1. Retomada do Comitê e Alinhamento de prioridades e expectativas

- Aplicação de pesquisa expedita com participantes para definir prioridades e expectativas em relação ao comitê

2. Mapear as práticas de ESG das empresas participantes e identificar gaps em relação às metas climáticas (Acordo de Paris, NDCs, COPs).

- Base de dados sobre práticas existentes nas associadas.
- Criar um banco de boas práticas de ESG com exemplos nacionais e internacionais.
- Manual de boas práticas ESG da ABDIB por setor.
- Criar um report anual com resultados obtidos pelas empresas associadas em dimensões do ESG a definir.

3. Discutir temas relevantes associados a Regulações e Tendências

- Acompanhar o avanço do mercado de carbono e novas regulações ambientais que tragam impacto às indústrias.
- Promover palestras com especialistas que possam auxiliar no entendimento de regulações ou tendências interessantes (ex: NDCs brasileiras e o impacto das COPs para o setor industrial).

4. Preparação para a COP-30 (Belém do Pará)

- Realizar reuniões estratégicas para alinhar as indústrias às discussões da COP-30.
- Elaborar um posicionamento conjunto do comitê sobre os compromissos do setor industrial para ser apresentado na conferência, resultando em um documento oficial do setor industrial para a COP-30.
- Participação de representantes da associação em eventos paralelos da COP-30.

5. Mudanças Climáticas e o impacto na indústria

- Promover rodas de discussão sobre os impactos das mudanças climáticas e como promover análises de risco ao negócio
- Conscientizar as empresas em relação ao papel de todos na agenda climática
- Conscientizar as empresas em relação à necessidade de medidas de mitigação (descarbonização) e adaptação / resiliência (ações preventivas / gestão de risco)

6. Divulgação e Engajamento

- Lançar uma campanha de comunicação ao final do ciclo destacando as ações das associadas em ESG e criando maior engajamento dos membros do Comitê.
- Criar um boletim trimestral com atualizações do comitê e tendências do mercado.
- Criar pautas comuns com outros comitês, especialmente o de Transição Energética.
- Promover a discussão sobre as melhoras práticas e agenda ESG e o papel do setor de infraestrutura nas políticas relacionadas às mudanças climáticas e Sustentabilidade como um todo e propor encaminhamentos. Inclusive uma guia de boas práticas.
- Estabelecer cooperação com outras Associações mais dedicadas ao tema de Sustentabilidade.
- Acompanhar e participar na discussão da política ambiental no nível federal e estadual, bem como dos projetos de lei e das normas infralegais relacionados ao licenciamento ambiental e à gestão ambiental de forma que contemplem as especificidades do setor de infraestrutura.
- Contribuir com os demais comitês da Abdib na análise dos termos de referência nas audiências e consultas públicas para as concessões e PPPs de infraestrutura.
- Buscar sempre atualizações para as empresas participantes das legislações relacionadas a ESG no âmbito Global (e.g, CBAM, Deforestation act, etc ...) de forma a antecipar o que as empresas brasileiras devem se preparar.



Inovação

— **Coordenador:**
Mauricio Endo (Aegea)



Objetivos

Promover e incentivar a interação das empresas associadas da ABDIB com o ecossistema de Inovação para acelerar a transformação dos projetos e serviços de infraestrutura por meio da aplicação de novas tecnologias disruptivas (Automação, Blockchain, Data & Analytics, Inteligência Artificial, Internet das Coisas etc.) objetivando aumentar significativamente a eficiência e a sustentabilidade dos projetos de infraestrutura nas fases de projeto, construção, financiamento, operação e manutenção dos ativos e assim reduzir o déficit e melhorar a qualidade dos serviços da infraestrutura nacional.



Plano de ação

- Organizar reuniões trimestrais do Comitê de Inovação com especialistas de Inovação e Tecnologia para debater sobre novas tendências e tecnologias emergentes no Brasil e no mundo.
- Organizar, no segundo trimestre, o evento “ABDIB Infratech Day 2025” com as empresas associadas classificadas no ranking das 150 empresas mais inovadoras do “Valor Inovação 2025” para apresentar casos de sucesso e compartilhar as lições aprendidas.
- Organizar reuniões do Comitê de Inovação com representantes de órgão de Fomento à Inovação (FINEP, BNDES, EMBRAPPII, etc.) para aproveitar os recursos subsidiados e a fundo perdido disponíveis.
- Realizar visitas a centros de inovação de empresas que foram classificadas entre as 25 melhores do Valor Inovação 2024.

Engenharia

— **Coordenador:**
José Carlos Valsecchi (Arcadis)



Objetivos

Priorizar e disseminar informações relevantes sobre as melhores práticas de engenharia, tendências, modelos de planejamento e contratação de obras e engenharia. Através do compartilhamento da experiência e conhecimento de agentes relevantes do segmento de engenharia consultiva, e de forma imparcial e institucional, proporcionar compartilhamento de conhecimento, melhores práticas, lições aprendidas e modelos de gestão e engenharia de projetos, buscando promover o debate, melhor conhecimento e integração dos serviços com os diversos setores da indústria e com os demais comitês matriciais da Abdib.



Plano de ação

- Continuar o processo de aproximação com entidades co-irmãs do setor de engenharia consultiva, tais como ABCE, FIDIC e Sinaenco, já convidadas e com assento no Comitê, trocando informações, experiências e conhecimento de forma a promover uma atuação mais sinérgica e integrada;
- Discutir as novas tendências do mercado de engenharia, notadamente as relativas a Inteligência Artificial e seus impactos na indústria da Construção;
- Definir o posicionamento do Comitê relativamente a COP 30 a ser realizada no Brasil, com elaboração de documento como apoio a posicionamento ABDIB;
- Realizar um workshop no primeiro semestre sobre Inteligência Artificial;

- Realizar um workshop no segundo semestre sobre práticas de engenharia relativas a Mudanças Climáticas e COP 30;
- Ampliar o networking entre stakeholders dos diversos setores correlacionados a engenharia;
- Apoiar a Diretoria e Conselho da ABDIB na discussão das relevantes questões técnico-político-econômicas da nação.
- Evolução das tecnologias e projetos de Biogás, Biometano, SAF, Etanol de 2ª Geração, Hidrogênio de Baixo Carbono.
- Evolução da aplicabilidade de BECCS, CCUS e técnicas de captura de carbono.
- Evolução do Mercado de Carbono regulado, através da criação da PL do Sistema brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE).

Transição energética

— Coordenador:

Antonio Bardella (Promon)

— Coordenadora adjunta:

Maria João Pereira Rolim
(Rolim, Goulart, Cardoso Advogados)

Objetivos

- Acompanhar e contribuir para as diversas temáticas relacionadas à agenda federal da transição energética e descarbonização da indústria.
- Assessorar e subsidiar a ABDIB em sua estratégia e agenda de participação na Conferência das Partes – COP 30 a ser realizada no Brasil em 2025.
- Preparação da participação da ABDIB na COP 30 através da formação de Grupo de Trabalho específico:
- Formação de grupo de trabalho com interessados para a elaboração da estratégia de participação da ABDIB.
- Acompanhar temas e preparar resumos para orientar o processo de decisão do conselho.
- Sugerir temas e parceiros estratégicos;

Plano de ação

Realização de seminários, workshops e reuniões, incluindo, mas não se limitando às seguintes temáticas:

- Regulamentação da Legislação de Biocombustíveis do Futuro.



Diversidade e inclusão

— **Coordenador:**
Sérgio Garcia (Arteris)

— **Coordenadora adjunta:**
Cintia Torquetto (Infra Women)



Objetivos

Apoiar a Abdib na construção de um ambiente favorável às práticas ligadas à diversidade e inclusão no setor de infraestrutura, por meio da conscientização das empresas associadas, com o objetivo de influenciar a construção de uma sociedade mais justa, baseada nos principais pilares da diversidade e inclusão.



Plano de ação

- Incentivar a participação de classes sub-representadas nos fóruns da Abdib, especialmente nos Conselhos.
- Observar a diversidade e inclusão em cada e todas as atividades desenvolvidas pela ABDIB (de representações institucionais a congressos, etc).
- Estabelecer parcerias com entidades promotoras da diversidade e inclusão no Brasil.
- Desenvolver guia de melhores/piores práticas de diversidade e inclusão no setor de infraestrutura (empresas e em projetos de infraestrutura)
- Promover eventos de conscientização sobre o tema, com trilha de letramento, para treinamento de executivos das empresas associadas.
- Elaboração de termo de compromisso das empresas associadas como promoção da diversidade e inclusão nas empresas.

Estratégico do setor elétrico

— **Coordenador:**
Luiz Felipe Falcone de Souza (EDP)



Objetivos

Para 2025, o comitê propõe o acompanhamento e o diálogo qualificado a respeito da agenda regulatória do setor elétrico, com análise de impactos nos diversos segmentos da indústria do setor elétrico e atuação com a administração pública, instituições e agentes setoriais.



Plano de ação

- Propor, participar e atuar, com autoridades do setor, das discussões sobre as novas fontes de energia (matriz de energia em transformação).
- Acompanhar e propor questões sobre a transformação da matriz energética do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).
- Aprofundar, propor e estruturar os critérios de sustentabilidade nas operações do setor elétrico, integrado à cadeia produtiva (ESG e investimento sustentável no setor elétrico).
- Acompanhar e propor as condições para implantação de redes inteligentes de energia no Brasil.
- Acompanhar e atuar nos temas da agenda regulatória que possuam efeitos sistêmicos e estruturantes, com destaque para prorrogação das concessões, remuneração dos serviços de geração e condições sustentáveis para a abertura de mercado.

- Acompanhar e propor ações que mantenham as regras gerais de equilíbrio dos contratos de concessão, dando continuidade às discussões relacionadas aos eventos extraordinários, incluindo os efeitos dos eventos climáticos extremos, furtos e sabotagens em redes e os cortes de geração (curtailment).
- Atuar em prol da modernização do setor elétrico nos processos regulatórios e legislativos, notadamente o PL 414/2021, possíveis novas propostas e agenda infra legal necessária para a regulamentação.
- Atuar para o estabelecimento das condições regulatórias para a transição sustentável e garantia das condições de equilíbrio e agilidade para a abertura do mercado de energia elétrica, com o tratamento das questões estruturantes (ex. sobrecontratação, supridor de última instância, separação entre fio e energia, tarifa binômia, leilões de materiais e armazenamento).
- Contribuir com a agenda prioritária a ser estabelecida pela administração pública e regulador, em prol da segurança jurídica e medidas de desenvolvimento produtivo e competitivo do setor.
- Atuar para a redução dos subsídios setoriais, com prazos, transição e alocação de custos adequados à cadeia do setor e ao consumidor, com discussões sobre geração distribuída previstas na regulação e no Poder Legislativo.
- Acompanhar e propor ações para integração entre setores correlatos, com benefícios integrados e competição.
- Acompanhar e propor ações para inserção de novas tecnologias integradas, com destaque para a mobilidade elétrica, armazenamento de energia, novas fontes, armazenamento e visão integrada com foco no cliente.

Geração de energia

— Coordenadora:

Lilian Ferreira Queiroz (Eletrobras)



Objetivos

Apoiar a Abdib com análises e propostas para interlocução com agentes públicos e privados para a construção de um ambiente favorável ao investimento, compatível com os desafios do suprimento elétrico diante das oportunidades de evoluções do mercado, regulatórias e tecnológicas, visando ao aproveitamento combinado de todas as fontes limpas disponíveis, assegurando sustentabilidade financeira, ambiental e segurança jurídica. Além disso, deverá apoiar estrategicamente, com a responsabilidade de discutir, analisar e propor soluções de aspectos relevantes para a geração de energia, considerando as diversas fontes, suas especificidades e impactos, além de avaliar e atuar com proposições nas regulamentações e políticas públicas que afetam o setor.



Plano de ação

- Fortalecer o canal de diálogo permanente com as diversas entidades do setor, em especial o MME, ONS, EPE, CCEE, Aneel e Ibmama, além de outras esferas governamentais, discutindo o arcabouço legal-regulatório e a estrutura de governança existente no setor.
- Contribuir para adequada aplicação das novas medidas do marco legal do setor elétrico, inclusive com proposições de regulamentação, avaliando as indicações de planejamento da expansão e tendo como um dos critérios mais importantes a sua conexão com a operação do sistema, para que as ações conjuntas do operador e demais agentes sejam feitas com segurança e baixo custo.

- Promover o intercâmbio de informações técnicas, regulatórias, financeiras, tecnológicas, socioambientais e comerciais pertinente às atividades de geração de energia elétrica e seus impactos na cadeia produtiva do país, com uma visão multidimensional, acompanhando o planejamento da expansão, atentos aos possíveis desafios, em um sistema cada vez mais complexo.
- Discutir sobre a necessidade crescente de expansão do sistema de geração que é decorrente do incremento das projeções de demanda, de energia e potência, para todas as regiões do país, a partir da evolução dos indicadores macroeconômicos.
- Acompanhar o monitoramento do risco de abastecimento imediato e mediato das fontes renováveis e, por consequência, para o SIN e o mercado de energia elétrica, e promover interações com representantes dos agentes para proposição de contribuições, para o tratamento dos prejuízos decorrentes dos vertimentos turbináveis e regulamentação do constrained-off hidrelétrico.
- Contribuir para a retomada da expansão hidrelétrica com uma nova visão sistêmica de segurança energética e revertendo as restrições socioambientais em otimizações de indicadores que visem à transição energética e desenvolvimento de comunidades, em particular as que habitam em regiões sensíveis, como a Amazônia e regiões com baixo desenvolvimento econômico e social.
- Propor contribuições regulatórias na geração hidrelétrica, com retorno aos investimentos das modernizações em usinas, fomentando a digitalização no setor, consequentemente a redução de custos operacionais, otimizando a eficiência energética e maior confiabilidade e segurança no sistema elétrico.
- Atuar em órgão ambiental para expansão das diversas fontes para fazer frente ao crescimento da carga de forma segura, econômica e respeitando a legislação ambiental, o Brasil dispõe de grande potencial eletroenergético, com destaque para as fontes renováveis de energia (hidráulica, eólica, biomassa e solar).
- Apoiar a expansão de fontes renováveis de geração de energia, e novas tecnologias aplicadas para armazenamento, como baterias, usinas hidrelétricas reversíveis e combustíveis derivados de renováveis como hidrogênio, buscando sua contínua complementaridade com outras fontes de geração.
- Estimular e apoiar a valoração de atributos de capacidade de geração de usinas hidrelétricas para viabilização do aproveitamento de potencial remanescente (por instalação de unidades geradoras complementares ou por repotenciação).
- Discutir e propor condições regulatórias para a valoração de energia de reserva de capacidade por soluções híbridas, de térmicas de partida rápida, hidrelétricas reversíveis, armazenamento de energia e uso de hidrogênio.
- Discutir o papel das usinas, a otimização do armazenamento focado nos diferentes serviços energéticos bem como a remuneração dos serviços prestados por todas as tecnologias, especialmente em um cenário de mudanças climáticas, incluindo os custos de operação e manutenção.
- Contribuir para a expansão da estrutura para geração térmica a gás natural, proporcionando a integração de fontes conforme o tipo de requisito na demanda e os pontos de consumo, levando-se em conta o transporte e a localização da entrega do gás, além da necessidade de modernização do parque existente devido ao longo período em operação e avaliação e impactos do final de vigência da Conta de Desenvolvimento

Energético (CDE) e do Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT).

- Análise dos desdobramentos e regulamentação do PL 1.247/2018 para instalação de infraestrutura de geração de energia eólica offshore e sua compatibilidade com outras propostas de marcos legais correlatas em tramitação.
- Debater sobre a necessidade do aumento da resiliência do sistema elétrico frente a eventos climáticos extremos de resiliência, e propor documento do conhecimento sobre a resiliência climática em sistemas elétricos em um contexto de adaptação das mudanças climáticas.
- Promover a discussão de uma política para estruturação da cadeia de valor da geração eólica no Brasil, juntamente com associações do setor e órgãos públicos, seja on-shore ou off-shore, envolvendo a aplicação de tecnologias, o desenvolvimento de infraestrutura e o adequado tratamento regulatório dessa fonte.
- Buscar uma maior interação com a mini e micro geração distribuída, a partir de sua interação com o SIN, os impactos da compensação de créditos favorável e a Lei nº 14.300 de 2022 e avaliar as incertezas relacionadas com a remuneração da energia injetada na rede, decorrentes do cálculo de benefícios da MMGD para o setor elétrico.
- Ser o agente de divulgação da matriz energética brasileira, que é de base altamente renovável, podendo constituir um ativo para atração de investimentos no Brasil, incentivando a produção de bens com menor uso de carbono, reforçando renovabilidade do país, e trazendo oportunidades de inserção destes produtos no comércio internacional, como produtos de baixa emissão.



- Analisar o PL 3864/2023 que visa instituir a cobrança de uma compensação financeira a ser paga aos municípios e unidades da Federação pela exploração dos recursos solar e eólico para fins de geração de energia elétrica.

Iluminação pública

— **Coordenador:**
Gustavo Gusmão (EY)

— **Coordenadora adjunta:**
Adriana Ferreira Tavares (Tozzini Freire)



Objetivos

Avaliar, propor e promover soluções e recomendações visando à modernização da iluminação pública e ao fomento de tecnologias convergentes associadas a cidades inteligentes, particularmente incentivando a adoção de boas práticas de estruturação, regulação e financiamento de contratos de PPPs.



Plano de ação

- Propor e executar ações visando à consolidação de um ambiente regulatório robusto para o setor de iluminação pública.
- Debater e disseminar propostas para incorporar e viabilizar, de forma consistente e sustentável, soluções de cidades inteligentes em contratos de PPPs que contemplem serviços de iluminação pública, inclusive no que concerne à modelagem dos projetos e a eventuais dispositivos que inibam propostas irrealistas nas licitações.
- Debater os impactos da Reforma Tributária para o setor de iluminação pública.
- Monitorar avanços legislativos acerca das tendências e avanços em tecnologias sob a ótica das cidades inteligentes, trazendo quando possível exemplos de benchmarking de outros países.
- Incrementar ações de promoção e divulgação das PPPs de iluminação pública como modelos eficientes, modernos e sustentáveis para o desenvolvimento de parques de iluminação pública nos municípios brasileiros, com consequentes impactos para a melhoria de vida nas áreas urbanas.
- Realizar estudos e diagnósticos visando a aperfeiçoar aspectos de modelagem, licitação e gestão de projetos de PPPs de iluminação pública.
- Realizar estudos, pesquisas e diagnósticos para discussão de ideias e elaboração de materiais sobre os benefícios, desafios e eficácia de implementação de tecnologias específicas visando iniciativas de cidades inteligentes.
- Avaliar impacto social acerca do tema cidades inteligentes e a real execução e performance de soluções nos municípios brasileiros, com foco no impacto social das tecnologias implantadas, incluindo, por exemplo, questões como privacidade e inclusão digital, além de outras informações como: tecnologias atuais, custos e eficiência.
- Avaliar e disseminar mecanismos de financiamento a PPPs de iluminação pública e cidades inteligentes.
- Debater e divulgar o uso da IA (inteligência artificial) em serviços associados à iluminação pública e cidades inteligentes.
- Monitorar a gestão e resultados de contratos de PPP em IP e Cidades Inteligentes.



Rodovias

— Coordenador:

Gustavo Barreto (CCR)

— Coordenador adjunto:

Luis Baeta (Aroeira Salles Advogados)

— Assessora:

Anna Isabel Correa (CCR)



Objetivos

- Garantir condições para realização dos investimentos públicos e privados em rodovias necessários para atender a demanda logística no país.
- Contribuir e incentivar para melhoria contínua regulatória do setor de rodovias, no âmbito nacional e subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos em novos projetos e em projetos existentes.
- Discutir e disseminar boas práticas relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social, inovação, governança no setor de rodovias, associada a estrutura financeira e de garantias dos projetos.
- Apoiar interlocução assertiva, técnica e fundamentada com agentes públicos e privados no setor de rodovias.



Plano de ação

O plano de ação do Comitê de Rodovias tem periodicidade anual e está estruturado em 4 (quatro) pilares, alinhados aos objetivos estratégicos do comitê e dos quais sairão ações específicas, tais como: reuniões de trabalho, workshops, notas técnicas, posicionamentos, entre outros. Os pilares para o plano de ação são:

Segurança jurídica e regulatória

- Contribuir para avanço de normas técnicas relevantes com impacto setorial em rodovias, especialmente no âmbito de mecanismos formais de participação e controle social, para inovação contínua e avanço das agendas regulatórias
- Incrementar discussões sobre a governança e segurança jurídica no âmbito estadual e municipal, disseminando boas práticas regulatórias, como a criação, revisão e consolidação do arcabouço normativo, como foco em iniciativas como:
 - agenda regulatória;
 - pautas de reunião de diretoria públicas e disponibilizadas com antecedência;
 - banco de acesso às decisões e informações públicas; e
 - acesso às cópias processuais.
- Promover discussões junto às agências reguladoras e poderes concedentes sobre melhorias nas matrizes de riscos e estrutura de garantias dos contratos de concessão de rodovias, especialmente para eventos climáticos extraordinários.

Diálogo e consensualismo entre o poder público e agentes regulados

- Propor melhorias no programa de concessões de rodovias e políticas públicas, com vistas a trazer sustentabilidade e competitividade para novos projetos.
- Ampliar a interação com órgãos de controle, especialmente o Tribunal de Contas da União (TCU), para evolução nas modelagens de projetos e soluções consensuais nos âmbitos da corte de contas.
- Acompanhar e contribuir com diálogo transparente e técnico com parlamentares,

demandas estruturantes e projetos de lei que impactam o setor de rodovias.

Financiabilidade e planejamento dos projetos de infraestrutura

- Ampliação da oferta de modelos de 'project finance', com o aumento da oferta de 'parcial' ou 'non recourse', já praticados no mercado internacional.
- Ampliar o diálogo para incentivar a realização de investimentos públicos nas rodovias não concedidas, com foco em mecanismos de financiamento público e vinculação de receitas/outorgas.
- Contribuir para a elaboração de políticas públicas de planejamento de médio e longo prazos destinados ao setor de rodovias.
- Contribuir para o acompanhamento e melhoria no licenciamento de infraestrutura rodoviária ante um cenário de grandes investimentos, garantindo a devida priorização na análise dos pedidos de licença desses ativos.
- Promover a discussão sobre a necessidade de capacitação e ampliação da cadeia de bens e serviços necessária para realização dos investimentos já contratados, tais como consultorias, projetistas, construtoras e fornecedores de insumos.

ESG e inovação

- Contribuir efetivamente para os debates acerca da inovação e sustentabilidade, bem como na replicabilidade de casos bem-sucedidos no âmbito do setor rodoviário.
- Prioridades Regulatórias (atuar em parceria com a ABCR).
- Matriz de risco para eventos climáticos extraordinários.

- Governança regulatória dos entes subnacionais.
- Regulamento das Concessões Rodoviárias na ANTT.
- Regulamentação do Free Flow no âmbito nacional e subnacional.

Ferrovias

— **Coordenador:**
Julio Fontana Neto (Rumo)

— **Coordenador Adjunto:**
Davi Barreto (ANTF)



Objetivos

Avaliar e propor ações e recomendações que visem aumentar a participação do transporte ferroviário, com ênfase em carga geral e passageiros, na matriz de transportes do Brasil. Isso inclui sugerir medidas que resultem em investimentos na malha ferroviária existente, por meio da prorrogação dos contratos em vigor, e na ampliação da malha, por meio de novas concessões e autorizações. Além disso, fomentar a criação de incentivos fiscais, tributários e creditícios, bem como melhorias regulatórias, com o intuito de trazer maior eficiência ao setor de transporte, reduzir custos logísticos e fomentar o setor produtivo, contribuindo assim para o desenvolvimento econômico sustentável do país.



Plano de ação

- Colaborar para garantir a internalização pelos estados e pelo Distrito Federal do Convênio ICMS no 120/2023, de forma a efetivar a isenção de ICMS incidente nas operações que destinem bens e mercadorias às



concessionárias e às autorizatárias de transporte ferroviário de cargas e passageiros.

- Acompanhar e apoiar os processos de prorrogação (antecipada ou ordinária) dos contratos de concessão, como Ferrovia Centro Atlântica (FCA), Rumo Malha Sul (RMS), Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e Ferrovia Teresa Cristina (FTC).
- Fomentar o aumento na participação do setor público nos investimentos do setor ferroviário, em especial, a defesa de que os recursos advindos de outorgas e indenizações sejam reinvestidos nas malhas existentes e/ou em novas ferrovias.
- Trabalhar para tornar efetivas novas fontes de financiamento mais atrativas para o setor ferroviário, a exemplo das debêntures de infraestrutura, Fundo Clima e Brasil Eco Invest.
- Colaborar para garantir o reequilíbrio dos contratos em razão do aumento do preço dos insumos relacionados aos investimentos obrigatórios e assegurar o reajuste dos tetos tarifários em razão da alta dos preços dos principais insumos e do diesel.
- Contribuir para a melhoria e atualização dos sistemas oficiais de precificação de investimentos ferroviários (Sicro e Sicfer), de forma a tornar os orçamentos dos projetos governamentais mais aderentes à realidade de mercado.
- Defender junto ao STF solução para cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre bens públicos arrendados da União.
- Contribuir, de forma geral, para a modernização da regulação, notadamente no apoio à ANTF na implementação da autorregulação técnico-operacional do setor ferroviário.
- Atuar na reforma tributária para assegurar que seja benéfica ou neutra para o setor, isto é para que não haja aumento da carga tributária sobre investimentos e serviços em infraestrutura de transportes.
- Acompanhar e contribuir para que se tenha uma regulação adequada para a devolução de trechos antieconômicos.
- Acompanhar e contribuir para que o plano nacional de ferrovias tenha um sentido de preservar a estabilidade e a segurança jurídica, melhorar a atual regulação e planejamento do setor ferroviário no país.

Portos

- **Coordenador:**
Antonio Carlos Sepulveda (Santos Brasil)
- **Coordenador adjunto:**
José Augusto de Castro (Tozzini Freire)

Objetivos

Promover iniciativas voltadas ao incremento dos investimentos na expansão da infraestrutura de portos, terminais e hidrovias e à melhoria do ambiente regulatório e de interação com órgãos de controle.

Plano de ação

Existem prognósticos favoráveis para o setor portuário em 2025. O governo federal pretende levar a leilão 22 terminais em portos públicos. Se consideradas as potenciais áreas em estudo, pode-se chegar a um total de 56 terminais leiloados nos anos de 2025 e 2026. Há estimativa de R\$ 20 bilhões em investimentos para estes terminais. Sem falar em investimentos em terminais privados, que têm potencial alto de desenvolvimento.

O Comitê de Portos da ABDIB dará sua contribuição para que estes investimentos aconteçam e encontrem ambiente regulatório adequado para que se multipliquem, permita atender à demanda por movimentação crescente no modal aquaviário e tenham a rentabilidade projetada.

É um setor que atingiu bom nível de maturidade institucional nas últimas décadas (em especial a partir da Lei no 12.815/2013), mas que ainda requer algum aprimoramento em pontos específicos, nos quais o Comitê já vem trabalhando desde 2024, especialmente no tema da governança e gestão de portos públicos.

A partir de sua atuação neste assunto em 2024, foi elaborado e entregue em mãos ao Ministro Silvio Costa Filho um material com contribuições sobre esta agenda.

O Comitê de Portos da ABDIB propõe-se a atuar com base nos seguintes pilares:

- Aprimoramento da governança / gestão portuária: o setor enfrenta um histórico déficit técnico na administração dos portos públicos, especialmente a partir das regras para escolha de diretores e conselheiros. Além disso, há relevantes dificuldades de gestão em função das regras de contratação pública aplicáveis às companhias docas. Há necessidade de aprimoramento destas normas.
- Redução do custo de captação para investimentos: pela agenda de leilões prevista e os altos valores de investimento previstos, será necessária captação de altos volumes junto a diferentes fontes. Historicamente, as taxas de juros no Brasil estão entre as mais altas do mundo, inclusive para realização de investimentos. Mecanismos como as recentemente aprovadas debêntures de infraestrutura são ótimas iniciativas, que requerem expansão.
- Descarbonização: o movimento global por descarbonização cobra igualmente do setor portuário sua parcela, que passa por: (i) redução da “pegada de carbono” não só no próprio terminal, mas em sua cadeia de suprimentos; (ii) preparação para recebimento de embarcações de baixa emissão de carbono. É impossível buscar medidas nesta direção.

Para 2025, o Comitê tem planejadas as seguintes atividades:

- Estabelecimento de uma agenda junto ao Ministério dos Portos e Aeroportos para aprofundamento das sugestões sobre aprimoramentos à governança e gestão

portuárias elaboradas pelo Comitê em 2024 e entregues ao Ministro Silvio Costa Filho;

- Realização de um evento do Comitê em 2025 para debates acerca do tema ‘governança e gestão portuária’, em linha com as discussões tratadas com o Ministério dos Portos e Aeroportos;
- Acompanhamento do pipeline de investimentos para o setor, servindo o ambiente das reuniões do Comitê para apresentação de informações sobre os principais ativos disponibilizados;
- Realização de reuniões periódicas de seus membros com convidados especiais (do setor público e do setor privado), nos temas com pertinência temática com os pilares do comitê, em especial sobre novidades do ponto de vista regulatório.



Aeroportos

— **Coordenador:**
Marcelo Allain (BR Infra Group)

Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para as concessões aeroportuárias existentes e futuras, encaminhando-as às autoridades competentes.

Plano de ação

- Acompanhar os processos de relicitação e repactuação de concessões aeroportuárias, em especial dos aeroportos de Galeão (GIG) e Viracopos (SP).
- Contribuir para o aperfeiçoamento do programa Ampliar de investimentos em aeroportos regionais.
- Acompanhamento das pautas e propostas governamentais para apoio ao setor aéreo, como uso do FNAC e sobre papel da INFRAERO.
- Analisar os impactos de mudanças tributárias, tendo em vista a regulamentação dos novos impostos IBS e CBS sobre o setor aéreo
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bem como para discussões sobre cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e redução de emissões CO2 no setor aeroportuário.
- Contribuir nos temas da agenda regulatória da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), bem como para discussões sobre cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e redução de emissões CO2 no setor aeroportuário.

Mobilidade urbana

— **Coordenadora:**
Juliana Criscuolo (CCR)

— **Coordenador Adjunto:**
Pedro Campos (CCR)

Objetivos

Manter a Abdib como interlocutora com competência reconhecida para discussão de questões vinculadas à mobilidade urbana, em particular nos grandes centros metropolitanos, servindo de ambiente de discussão setorial, inclusive apoiando ações destinadas à concepção de mecanismos de gestão como autoridades metropolitanas de transportes (AMT).

Discutir e garantir condições para realização dos investimentos públicos e privados em mobilidade urbana necessários para atender a demanda no país.

Contribuir com a melhoria contínua regulatória do setor e incentivá-la, no âmbito nacional e subnacional, com foco em segurança jurídica e sustentabilidade dos investimentos em novos projetos e em projetos existentes.

Discutir e disseminar boas práticas relacionadas à sustentabilidade, responsabilidade social, inovação, governança no setor de mobilidade, associada a estrutura financeira e de garantias dos projetos.

Plano de ação

- Promover fóruns visando a difusão de projetos em mobilidade urbana
- Participar e promover fóruns de discussões, compartilhar o resultado de estudos com autoridades públicas e outros interessados



a fim de difundir e contribuir com a constituição de AMTs, considerando a importância da estruturação de um regime jurídico adequado para as regiões metropolitanas, inclusive para suportar e viabilizar a estruturação de projetos de mobilidade.

- Aumentar o escopo de temas a serem discutidos pelo comitê de mobilidade urbana:
 - Câmaras de compensação e bilhetagem
 - Financiabilidade de projetos e promover fóruns e discutir, com agentes do setor e o Poder Público, as estruturas de garantias públicas para projetos de mobilidade urbana.
 - Realizar reunião com representantes do Ministério das Cidades para apresentar os projetos em andamento no Ministério
 - Acompanhar o Marco Legal do Transporte Coletivo de Passageiros, em tramitação no Congresso
 - Discutir os resultados do Estudo Nacional de Mobilidade Urbana, em desenvolvimento pelo BNDES
 - Discussão sobre atuação das agências reguladoras em transporte sobre trilhos
 - Eletromobilidade e micromobilidade
- Promover discussões sobre marcos regulatórios vigentes, em consulta pública e em tramitação nos Poderes Legislativos.
- Promover discussões e desenvolver propostas de medidas efetivas para contribuir com a diminuição de crimes relacionados a atos de vandalismo e roubos de cabos de energia no transporte público.

Indústria e relações internacionais

Coordenadores:

Luis Mosquera (Siemens) e
Daniel Godinho (WEG)



Objetivos

Em 2025, o comitê pretende aprofundar discussões e ações no âmbito do MDIC na execução da política industrial no País – integrada numa estratégia de desenvolvimento econômico a ser discutida com o setor privado – com foco no aumento da competitividade e produtividade, aproveitando, inclusive, as novas oportunidades que surgem no contexto de transição energética rumo a uma economia mais verde.

Ao mesmo tempo, o Comitê irá acompanhar e propor recomendações e ações sobre temas ligados ao comércio exterior e à inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base



Plano de ação

- Promover a reedição do Seminário da Indústria com a participação de especialistas nacionais e internacionais.
- Promover debates para elaboração de políticas públicas de comércio exterior visando à uma maior integração produtiva do setor industrial brasileiro.
- Trabalhar, em conjunto com o Comitê de Inovação, para a obtenção de mais recursos públicos para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Colaborar com a reforma tributária para favorecer a agenda do desenvolvimento industrial.
- Contribuir para a formulação de política industrial, que engloba fomento e inovação, em consonância com as melhores práticas internacionais ASG e a economia de baixo carbono.
- Debater e trabalhar pela implantação de um plano para estimular a Transformação Digital, como um meio de aumentar a competitividade e produtividade do Brasil (por exemplo: infraestrutura digital, aplicação de IA de forma responsável, segurança cibernética, tecnologia 5G, e outras tecnologias relacionadas à economia verde). Convidar especialistas para debater essas tecnologias.
- Acompanhar e discutir temas que impactam a competitividade do comércio exterior e a inserção internacional das empresas de infraestrutura e indústria de base.
- Discutir estratégias e ações para sanar os entraves e reestruturar os mecanismos de crédito à exportação para a infraestrutura e indústria de base.
- Discutir acordos comerciais, especialmente nas áreas de bens, serviços, investimentos e compras governamentais.
- Aprofundar o relacionamento e o desenvolvimento de trabalhos com entidades voltadas para o setor industrial, como FIESP, CNI, IEDI e CEBRI.
- Discutir e sugerir ações para compatibilizar a política industrial à política macroeconômica.
- Acompanhar e propor ações de política pública no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI).
- Propor a implantação de programas de qualificação de mão de obra e formação/fomento à educação.

- Acompanhar foros internacionais relevantes para a infraestrutura e indústria de base, tais como BRICS, Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros.
- Acompanhar e participar das ações e interesses da infraestrutura e indústrias de base no âmbito do B20 e COP 30.

Recursos hídricos e saneamento básico

— **Coordenador:**
Rogério Tavares (Aegea)

— **Coordenadora Adjunta:**
Christianne Dias Ferreira (ABCON)



Objetivos

Monitorar/Propor Ações Setoriais voltadas ao cumprimento das Metas de Universalização do atendimento, em 2033/2040, previstas no Marco Legal.



Plano de ação

- Contribuir com a nova versão do Decreto Regulamentador da Lei 11445/2007 (o qual substituirá o Decreto 7217/2010), a ser colocado em Consulta Pública, pelo Ministério das Cidades.
- Promover Diagnóstico sobre a capacidade de resposta da Cadeia de Suprimentos, frente ao crescimento do volume de investimentos já programado para o setor, consoante as metas de universalização pactuadas.
- Acompanhamento dos Processos de Delegação de Serviços a Operadores Privados, previstos para o exercício.
- Fomentar o Debate sobre Alternativas para a Delegação de Serviços de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas a Operadores Privados: escopo; critérios para cobrança de tarifas ou taxas; modelagens possíveis.
- Acompanhamento do Processo de Edição das Normas de Referência da ANA, para o Setor de Saneamento, apresentando contribuições debatidas com os Associados.
- Monitorar as Políticas Públicas relacionadas ao enfrentamento de eventos climáticos extremos e seu rebatimento no Setor de Saneamento (adequação de Contratos existentes; inserção do tema e definição do compartilhamento de riscos em novas modelagens para delegação de serviços, etc).
- Monitorar o processo de Regionalização dos Serviços de Saneamento (Estados em que ainda não ocorreu ou onde houve formação de blocos regionais, sem desenvolvimento de ações para delegação parcial ou total dos serviços; Estados em que há processos previstos para implementação e qual é o estágio deles).
- Debater e divulgar as experiências em curso sobre Reuso de Água e Resiliência Hídrica.
- Articular eventos para discussão dos principais temas do setor, com atores do Governo Federal, Estados Municípios, Associações, Organizações Multilaterais, Instituições Financeiras, MP, TCU e Judiciário.



Resíduos sólidos

— **Coordenador:**
Carlos Villa (Solvi)

— **Coordenador Adjunto:**
Pedro Maranhão (ABREMA)



Objetivos

Oferecer sugestões de ações e propostas para a modernização do setor e também para os problemas e entraves enfrentados pelo setor, que podem e devem ser encaminhadas às autoridades e discutidos com a sociedade de forma a retratar as necessidades setoriais. Dentre os temas que são objeto do comitê estão a garantia da sustentabilidade econômico-financeira, soluções tecnológicas para a valorização de resíduos como o biometano e o CDR – Combustível Derivado de Resíduos, créditos de carbono, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da governança pública e a busca de uma maior segurança jurídica para a atividade empresarial no setor de resíduos sólidos.



Plano de ação

- Seguir com as ações previstas no plano de ações feito a partir do planejamento de comunicação do setor de resíduos sólidos promovendo eventos em estados brasileiros e fomentando parcerias com diversos segmentos da sociedade.
- Fomentar um plano nacional em conjunto com autoridades locais, empresas e a sociedade, para erradicação de lixões a partir da identificação dos aterros sanitários dentro de um raio de 100 km que possibilitem proporcionar uma destinação adequada e a possibilidade do fechamento desses vazadouros a céu aberto. Concomitantemente, implementar na região projetos de coleta seletiva para garantir a extensão da vida útil dos aterros sanitários e a estruturação da indústria da reciclagem.
- Dialogar com a sociedade a respeito da importância da sustentabilidade do setor tendo como base em Publicações Técnicas à respeito da Implementação da Cobrança

- tarifa/taxa dos serviços para o desenvolvimento sustentável de resíduos sólidos nas cidades, implementando a figura do usuário pagador (poluidor-pagador).
- Apoiar e estimular a constituição de Índices Setoriais de Preços (ISPs), dado o papel crucial que os mesmos têm no âmbito da nova lei Federal de Licitações no. 14.133/21. Os Índices Setoriais de Preços são ferramentas essenciais para a gestão de contratos administrativos, contribuindo para a transparência, a eficiência e a economicidade das licitações.
 - Contribuir para o aperfeiçoamento do Marco do Saneamento, em futuras revisões e adequações, que incorporem as particularidades do manejo de resíduos sólidos, bem como a inclusão de todas as atividades que fazem parte da cadeia de geração de valor da qual ela faz parte.
 - Fortalecer o MTR eletrônico (Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos) nos diferentes estados já implantados e acelerar a implantação em novos estados fortalecendo a parceria na gestão do SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos.
 - Contribuir para o desenvolvimento de um mercado de CDR - Combustível Derivado dos Resíduos, por meio de parcerias com fornecedores e potenciais clientes, subsidiando o aperfeiçoamento de normas que possibilitem oferecer maior agilidade no processo de validação, produção e comercialização, com segurança para a saúde humana e o meio ambiente.
 - Potencializar os créditos de reciclagem não limitando o conceito apenas para a recuperação mecânica e sim incluir a recuperação energética, contribuindo assim na geração de créditos de reciclagem para outras formas de valorização como o CDR.
 - Contribuir na revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos - PLANARES, adequando os valores tomando por base o que efetivamente avançou nos últimos 4 anos, ajustando projeções nacionais, inclusive frente aos benchmarking internacionais utilizados anteriormente, quanto a geração e tratamento de resíduos sólidos, dotando inclusive de parâmetros de viabilidade econômico-financeiros.
 - Fomentar a transformação do biogás em biometano, incentivando a adoção desse combustível renovável dentre diversos segmentos da indústria e nos modais de transporte logístico, incorporando os benefícios socioambientais na valorização dos créditos carbono do setor.
 - Acompanhar o desenvolvimento do mercado de carbono nacional, reconhecendo o papel mitigador do setor, mantendo o Brasil na condição de gerador/vendedor para atender às demandas de compensação no Brasil e em outros países, por meio dos Artigos 6.2 e 6.4 do Acordo de Paris.

Infrasocial

— Coordenador:

Ramon A. Pimenta Ferreira (Accenture)

— Coordenador Adjunto:

Ian Ramalho (BNDES)



Objetivos

Discutir temas relacionados com as Concessões e Parcerias Público Privadas nas áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Segurança Hídrica e Recreação. Esta iniciativa se destina a incorporar ao escopo, os temas relacionados com essa área que tem se aberto cada vez mais

para o lado privado e em sintonia com as evoluções constantes da economia e com as oportunidades geradas pelos projetos inovadores.

Plano de ação

- Expansão do Comitê, com atração de novos players do setor, considerando a aceleração da consolidação do mercado.
- Compartilhamento geral de agendas e experiências em projetos.
- Discussões estruturadas e criação de planos de propostas para as seguintes prioridades:
 - Consolidação dos modelos de garantias com uso de fluxos passantes de transferências constitucionais da União para os projetos de infraestrutura escolar e hospitalar (ex.: Fundeb, FNS, FPM, FPE e QSE).
 - Plano de comunicação do setor com a sociedade em geral
 - Organização de eventos com a participação representantes e instituições do meio acadêmico
 - Publicação de matérias na imprensa e artigos sobre infraestrutura social.
 - Expansão do contato com FNP – Frente Nacional dos Prefeitos.
 - Aprimoramento do mecanismo para dar escala aos projetos e permitir a sua replicabilidade, com estruturação de diretrizes e melhores práticas em temáticas dos projetos.
- Estruturação e implantação de curso de projetos de PPPs de Infraestrutura Social para gestores municipais.
- Interlocução com stakeholders e agentes dos setores de Infrassocial (entidades representativas, sindicatos, universidades, bancadas no Congresso Nacional, Tribunais de Contas, dentre outros).



- Acompanhamento da implementação do Fundo de Infraestrutura Social – FIIS.
- Elaboração de cronograma de todos os projetos de infrassocial com leilões previstos em 2025 para fins de monitoramento e reportes.

ENCONTROS E DEBATES



Alexandre Carneiro, assessor especial do PPI, participou do Comitê de Desestatização para esclarecer dúvidas importantes que existem em relação à tributação das Debêntures de Infraestrutura. A primeira diz respeito aos juros e correção monetária dos papéis. A segunda, a aos critérios de benefícios e de prejuízos fiscais relativos às operações.



Alexandre Leal, da CNSeg, discutiu no Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias a regulamentação das Debêntures de Infraestrutura. De acordo com a entidade, os papéis devem atrair o interesse das seguradoras e ganhar liquidez no mercado secundário, fundamental para ampliação do crédito.



Alexandre Siciliano, chefe do Departamento de Energia do BNDES, falou ao Comitê de Transmissão sobre a estratégia e as linhas de financiamento do banco para o setor de transmissão no momento em que o setor ainda avaliava os efeitos dos três leilões de transmissão que deverão gerar investimentos de R\$ 56 bilhões.



Ana Carolina Santana Moreira, da Secretaria Nacional de Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, falou ao Comitê de Diversidade e Inclusão sobre o programa destinado a oferecer trabalho digno, educação e geração de renda a pessoas em situação de vulnerabilidade.



Ana Luiza Roque, apresentou no Comitê Diversidade e Inclusão o programa de diversidade e inclusão da Promon Engenharia. A partir das iniciativas voltadas para a ampliação do número de mulheres nos quadros e nos cargos de liderança da empresa, o programa se ampliou para o acolhimento a todos os tipos de diversidade.



Ana Maria Rovai, da CCR Aeroportos, chamou a atenção do Comitê de Aeroportos para sobre a necessidade de estudos detalhados dos impactos das novas exigências do poder público sobre as concessões do setor. Há diretrizes para a modernização de equipamentos e procedimentos – com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade da infraestrutura aeroportuária brasileira.



Ana Paula Caodaglio, do escritório Caodaglio e Associados, em reunião do Comitê de Resíduos Sólidos, apresentou as normas destinadas a minimizar os riscos ocupacionais e garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores no exercício diário das atividades de limpeza urbana e manejo de resíduos.



André Dabus, da Marsh Corretora de Seguros, apresentou ao Comitê de Infrasocial as melhores práticas para a contratação de seguros em PPP's sociais. Segundo ele, é preciso deixar claro, de forma detalhada, os bens que integram o projeto. Isso é importante para a avaliação do bem segurado. Esses valores serão revertidos ao final do contrato.

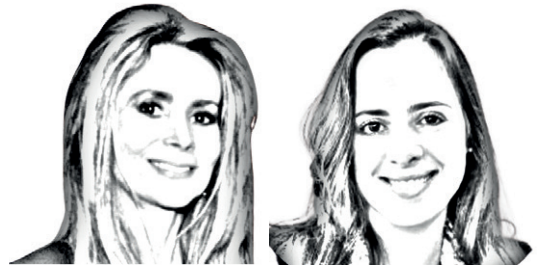


André Isper Rodrigues Barnabé, Secretário-Executivo de Parcerias em Investimentos de São Paulo, falou ao Comitê de Rodovias sobre os 30 projetos em rodovias, mobilidade, energia e infrasocial em andamento no estado. Segundo ele, é preciso adotar novos critérios de modelagem, levando em conta novas premissas regulatórias e tecnológicas.

Ele também visitou a sede da ABDIB para apresentar ao Comitê de Mobilidade Urbana o programa SP nos Trilhos, que inclui futuros projetos de trens de passageiros e de novas linhas de metrô, além das concessões das linhas 11, 12 e 13 de Trens Metropolitanos.



Andrea Soares, Gerente do Departamento de Infraestrutura Social do BNDES, e **Gustavo Nonato**, chefe de departamento de Infraestrutura Social, da Área de Soluções e Infraestrutura, expuseram ao Comitê Infra Social os desafios e os procedimentos necessários para obtenção de terrenos para projetos de educação e saúde.



Ângela Pérez e **Daniella Ambrosi**, da Marsh Corretora, falaram ao Comitê de Aeroportos sobre a repactuação de concessões e a inclusão de aeródromos regionais nos contratos em vigor. Elas também analisaram o procedimento a ser adotado por concessionárias e seguradoras em casos de desastres climáticos como o de 2024, no Rio Grande do Sul.

Anselmo Freire e **Billy Matias**, representantes da Desenvolve SP, estiveram na reunião do Comitê de Iluminação Pública realizada no dia 21 de novembro e apresentaram ao Comitê de Iluminação Pública as linhas de financiamento da Desenvolve SP para o setor privado e para o setor público. Sobre as linhas de financiamento para o setor privado, Anselmo Freire comentou que o órgão Desenvolve SP tem, entre os pilares de financiamento para o setor privado, produtos financeiros voltados para inovação, sustentabilidade, projetos de desenvolvimento, além do turismo, máquinas e equipamentos e capital de giro, destacando, por exemplo a linha verde para projetos de até R\$ 30 milhões que promovam a redução de emissões de gases, geração de energias renováveis e eficiência energética que minimizam o impacto da atividade produtiva no meio ambiente, ou ainda com investimentos em reflorestamento e preservação dos recursos naturais. Sobre a Matias, tratou da linha de financiamento da Desenvolve SP para o setor público, Billy Matias apresentou as duas linhas da Desenvolve SP.



Basilio Militani Neto, do Departamento de Regulação, Fiscalização e Gestão da Secretaria Nacional de Trânsito do Ministério dos Transportes, discutiu no Comitê de Rodovias a minuta sobre o sistema de livre passagem Free Flow em vias e rodovias. Ele considerou a implantação uma oportunidade para a promoção de justiça tarifária, que poderá levar à redução do risco de outorga em determinados trechos.



Brenno Nogueira, da Acciona, debateu os eventos climáticos do Rio Grande do Sul no Comitê de Engenharia. Ali, foi aprovada a proposta de elaboração pela ABDIB, juntamente com outras entidades, de propostas voltadas para a reconstrução do estado. De acordo com Nogueira, a situação impõe novos processos de construção, resistentes aos impactos das ocorrências climáticas atípicas que têm causado desastres pelo mundo.



Bruna Cerqueira, gerente da Assessoria Extraordinária para COP30 do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – MMA, participou da reunião do comitê de Sustentabilidade, realizada em 12 de dezembro, e fez uma contextualização dos resultados da COP 29 e as principais iniciativas e temas em desenvolvimento para a COP 30 no Brasil.



Bruno Tuca, da Mattos Filho Advogados, no Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias falou da regulamentação das Debêntures de Infraestrutura. Tuca destacou que, para esses papéis, fica dispensada a aprovação prévia e específica para os projetos, exceto os de competência dos estados e dos municípios, que poderão necessitar de aprovação do Ministério competente.



Caio Albuquerque, secretário-adjunto de Logística do Mato Grosso, falou ao Comitê de Rodovias sobre o avanço do programa estadual de concessões. Até 2026, o estado deverá conceder mais de 4.000 km de rodovias. O investimento total previsto é de R\$ 7 bilhões.



Carla Primavera, superintendente de Transição Energética e Clima do BNDES, na sede da ABDIB, falou ao Comitê de Transição Energética sobre o Papel do Hidrogênio Verde e Financiamento Climático no programa de Neointustrialização. Segundo ela, o país precisa ser rápido em ações que façam da transição energética uma oportunidade de crescimento. O BNDES conta, neste momento, com R\$ 10 bilhões para financiar projetos nessa linha.



Carlos Alberto Calixto Mattar, Superintendente de Regulação de Serviços de Transmissão e Distribuição Elétrica da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, e **Renato Abdalla Afonso**, Gerente de Regulação do Serviço de Transmissão, estiveram na reunião do Comitê de Transmissão. Falaram da estrutura organizacional da ANEEL e das principais atividades em desenvolvimento pela superintendência.



Carlos da Costa, da CVPar Investimentos e ex-secretário de Competitividade e Produtividade do Ministério da Economia, apresentou ao Comitê Infrassocial as vantagens do crédito via mercado de capitais para as PPPs em Infrassocial. O instrumento oferece custos menores e menos burocracia e pode ser importante especialmente na fase de maior exigência de investimento dos projetos.



Claudemiro Quintal, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar –PREVIC, em reunião do Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias destacou a necessidade de incluir as Debêntures de Infraestrutura nas resoluções do Conselho Monetário Nacional que disciplinam os investimentos das entidades de previdência privada.



Cleyton Miranda Barros, da Assessoria Especial do Programa de Parcerias e Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, atualizou no Comitê de Desestatização na agenda de projetos do órgão. No mesmo encontro, Gustavo Valente, da Vinci Partners, atualizou a agenda de projetos do Fundo de Desenvolvimento de Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS).



Cristiano Cury, da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima, falou ao Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias sobre o papel do mercado de capitais no financiamento da infraestrutura. Essa modalidade de financiamento, mesmo antes das Debêntures de Infraestrutura, cresceu 40% ao ano, em média, desde o fim da pandemia. De janeiro a abril de 2024, as emissões chegaram ao dobro do valor levantado no mesmo período de 2023.



Cristiano Kenji, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – Cetesb, falou em reunião do Comitê de Resíduos Sólidos sobre os avanços na disposição dos resíduos. Em 2011, havia no estado 492 municípios com aterros adequados e 153, inadequados. Em 2023, eram 604 municípios adequados e 32 inadequados.



Dan Ioschpe, líder do B20 Brasil e Chairman da Iochpe-Maxion, esteve presente na reunião do Comitê de Indústria e Relações Internacionais realizada no dia 15 de outubro. Ele apresentou a agenda de trabalhos do B20 no Brasil e os principais pontos desenvolvidos, que serão a base do documento final apresentado no evento do G20 em novembro, no próximo mês no Rio de Janeiro.

O B20 é formado por mais de 1.200 representantes da comunidade empresarial dos países do G20 e tem como objetivo elaborar recomendações que dialoguem com as prioridades do G20 e do setor privado. O trabalho do B20 Brasil é orientado por cinco eixos estratégicos, com o lema “Crescimento Inclusivo para um Futuro Sustentável”.

Os pilares do B20 Brasil são a promoção do crescimento inclusivo e combate à fome, à pobreza e à desigualdade; o aumento da produtividade através da inovação; a necessidade de reforço da resiliência nas cadeias globais de valor; acelerar uma transição justa para emissão zero de carbono e valorização do capital humano.



Daniel Capello, da Marsh Corretora, participou de debate no Comitê de Engenharia sobre a tragédia no Rio Grande do Sul. Ele apontou a necessidade de inclusão nas apólices das PPPs e concessões a previsão da cobertura de danos causados por ocorrências climáticas atípicas. Os contratos precisam diferenciar os casos ordinários dos extraordinários e definir com clareza as responsabilidades do poder concedente e da concessionária.



Daniel Keller, da UNA Partners, apresentou ao Comitê de Aeroportos um estudo contratado pela Aeroportos do Brasil – ABR – sobre o impacto da reforma tributária em novas concessões aeroportuárias e nas concessões em andamento. As mudanças propostas deverão piorar o fluxo de caixa e elevar sensivelmente os riscos para as concessionárias.



Dayron Urrego, da ISA CTEEP, visitou a sede da ABDIB para reunião do Comitê de Transmissão em que se tratou das novas tecnologias para a modernização das redes de transmissão e comentou sobre a falta de dados para uma análise mais precisa dos efeitos dos ventos sobre as linhas.



Denis Matias, gerente nacional da CAIXA, esteve na reunião do Comitê de Infraestrutura Social realizada no dia 4 de outubro, que fez uma contextualização da carteira de projetos em estruturação pela CAIXA. Em sua apresentação, Matias analisou que a CAIXA tinha, no final de 2024, um total de 76 projetos em carteira, com 29 leilões já realizados em sua primeira oferta. No total os projetos distribuídos por todas as regiões do país, os projetos beneficiam 26 milhões de habitantes e têm um Capex estimado de R\$ 33 bilhões. Esses projetos estão distribuídos em todas as regiões do país.



Débora Salles, coordenadora de cultura e diversidade falou do programa de diversidade e inclusão da Ecorodovias, que teve início em 2018 e, em 2024, foi impulsionado com a criação e reunião do Comitê de Diversidade e Inclusão, e foi realizada no dia 16 de outubro, apresentou o case de diversidade e inclusão na empresa. De acordo com ela, a Ecorodovias iniciou o programa de inclusão em 2018 e em 2020 realizaram o primeiro censo na empresa e criaram o painel de indicadores com um olhar estratégico e entendimento para a realidade de cada unidade, com a definição de metas em 2022. Em 2023, a Ecorodovias criou o programa de aceleração de carreiras para os pilares de gênero, raça e pessoas com deficiência e dos PCDs, e em 2024 criaram o programa Afirmativos – Trainee e Construindo o Futuro.



Denilson Campello, do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, em reunião do Comitê de Resíduos Sólidos, disse que o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável (FDIRS) tem R\$ 1 bilhão disponível para financiar a estruturação de projetos em saneamento, resíduos sólidos e outras áreas, preferencialmente nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.



Dorel Ramos, professor da Universidade de São Paulo, a USP, esteve na sede da ABDIB para reunião do Comitê de Transmissão, onde destacou a necessidade de resiliência das linhas de transmissão diante da entrada em cena de novas fontes de geração intermitentes. Isso é essencial para a confiabilidade, estabilidade e qualidade do suprimento de eletricidade.



Durval Bacellar, da Arcadis, em reunião do Comitê de Engenharia, defendeu a importância da coordenação entre o governo federal, os estados e os municípios diante de situações extremas como a do Rio Grande do Sul. As soluções de engenharia para solucionar o impacto da tragédia não podem ser propostas caso a caso, mas no âmbito de um projeto integral e resiliente que cubra toda a bacia afetada.



Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, esteve na sede da ABDIB na sexta-feira, dia 13 de setembro, para receber o documento elaborado pelo Comitê de Engenharia da associação, com sugestões para reconstrução da infraestrutura do estado, destruída pelas chuvas e enchentes do primeiro semestre deste ano (veja nota na Seção Eventos).



Érika de Siqueira Seddon, do escritório Mattos Filho, falou ao Comitê de Diversidade e Inclusão sobre a lei de Igualdade Salarial do Ministério do Trabalho. A lei impõe penalidades em caso de qualquer diferença de remuneração entre homens e mulheres e exige uma avaliação detida por parte das empresas.



Evaldo Azevedo, Coordenador de Resíduos da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, em reunião do Comitê de Resíduos Sólidos, avaliou o Programa de Resíduos do governo estadual. Cerca de 200 municípios destinam os resíduos a aterros de valas e cerca de 150 deles terão o término da vida útil em até cinco anos.



Fernanda Delgado, da Associação Brasileira da Indústria de Hidrogênio Verde, ABIHV, visitou a sede da ABDIB, e falou ao Comitê de Transição Energética sobre o programa de Neoindustrialização no Brasil: o Papel do Hidrogênio Verde e Financiamento Climático. Ela defende que é preciso, segundo ela, celeridade na migração dos subsídios hoje concedidos à indústria de combustíveis fósseis, para os produtores de energia limpa.



Fábio Rogério de Carvalho, presidente da Aeroportos do Brasil – ABR, apresentou ao Comitê de Aeroportos estudo sobre o impacto do IBS e CBS, os novos tributos previstos na reforma tributária, nas sobre o consumo, nas concessões e nas operações aeroportuárias. As mudanças deverão ficar mais caras. E encarecerão a operação de forma significativa. Carvalho entende que o governo deveria destacar a importância de o governo pensar não apenas só em na arrecadação, mas no efeito das alíquotas sobre o sistema.



Guilherme Zanetti, do departamento de Planejamento e Outorgas de Distribuição e Transmissão e Interligações Internacionais do Ministério das Minas e Energia (DPOTI/MME), apresentou ao Comitê de Transmissão a agenda para os próximos anos. Os principais desafios de planejamento, segundo ele, se devem à maior inserção de fontes renováveis na geração e ao crescimento do mercado majoritariamente no ambiente de contratação livre.



Gabriela Monteiro Avelino, subsecretária de Fomento e Planejamento do Ministério dos Transportes, em reunião do Comitê de Rodovias, apresentou as iniciativas para a regulamentação da portaria que trata de Debêntures Incentivadas e de Infraestrutura. Uma portaria única, em conjunto com o ministério dos Portos e Aeroportos, será editada e garantirá transparência ao processo.

Em outra oportunidade, ela falou sobre as novas exigências de fiscalização dos projetos do setor ferroviário. No caso do financiamento com recursos gerados por Debêntures, é preciso deixar claro que eles se destinam exclusivamente a investimentos — em manutenção e implantação de trechos ferroviários, aquisição de locomotivas, vagões e equipamentos de sinalização, por exemplo —, nunca ao custeio das operações.



Gustavo Carneiro de Albuquerque, consultor no escritório Pinheiro Neto Advogados, esteve presente na reunião do Comitê de Aeroportos em outubro. Ele falou sobre a os principais pontos da recém aprovada repactuação contratual da rodovia Eco 101. De acordo com ele, a repactuação é importante para o setor de infraestrutura, inclusive aeroportos



Isabela Matos, gerente-geral da Secretaria de Parcerias Estratégicas da prefeitura de Recife, para o Comitê Infrasocial na reunião realizada no dia 5 de abril, analisou que se faz necessário trazer os órgãos no início e tratar de cada uma das pautas de forma prioritária e recorrente .



Isadora Schetinger, consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, falou ao Comitê de Infraestrutura Social, no dia 8 de novembro, sobre os desafios de comunicação em projetos do setor. Ela destacou a resistência que ainda existe em relação ao setor privado em projetos públicos de educação e saúde.



Ismael Trinks, superintendente de Transporte Ferroviários da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, falou ao Comitê de Ferrovias sobre a regulamentação da destinação dos Recursos para Desenvolvimento Tecnológico – RDT e dos Recursos para Preservação da Memória Ferroviária – RPMF. Parte dos recursos será utilizada na aquisição de software e equipamentos para fiscalização e para cursos de capacitação.



João Batista Guimarães, da Paranaíba Transmissora, participou da reunião do Comitê de Transmissão realizada no dia 9 de maio. O tema do encontro foram as novas tecnologias para a modernização da transmissão. Ele destacou a necessidade de uma ação coordenada, com o propósito de se evitar frustrações nas estimativas de disponibilidade das linhas de transmissão e em relação a prejuízos ou acréscimo de custos operacionais.



João Mário Martins, CEO da Saúde BH, falou ao Comitê Infrassocial sobre a experiência da liberação de terrenos para projetos de Educação e Saúde em Belo Horizonte. De acordo com ele, a dificuldade de liberação de terreno arca com boa parte da responsabilidade pelos atrasos na emissão de licenças pelo poder concedente.



João Pedro Assis, da Bolte Energy, falou ao Comitê de Iluminação Pública sobre o compartilhamento de postes entre o setor elétrico e o de telecomunicações. Existem atualmente cerca de 50 milhões de postes em uso no Brasil, com uma infraestrutura desenvolvida no século passado, quando o poder público fazia gestão direta do serviço. Hoje, 55 distribuidoras de energia operam em mais de 5 mil municípios.



Juliana Deguirmendjian e Priscilla Santos, do escritório Tauil & Chequer, associado a Mayer Brown nas áreas de Infraestrutura e Fundos de Investimento, apresentaram ao Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias, sugestões de aprimoramento dos requisitos de habilitação jurídica de fundos de investimento e de garantia de proposta nos editais de licitação de concessão de serviço público.



Jurema Monteiro, presidente executiva da Associação Brasileira de Empresas Aéreas, destacou para o Comitê de Aeroportos – ABEAR – a recuperação da aviação civil brasileira. Em 2023 houve o aumento de 15% no número de passageiros em relação a 2022 e um aumento de 18,3% na oferta de voos domésticos.



Juliano Nomam, Secretário Nacional de Aviação Civil (SAC), destacou diante do Comitê de Aeroportos a recuperação do número de viagens aéreas após a pandemia da Covid-19. Foram 112,6 milhões de passageiros transportados em 2023. Para 2024 estima-se um crescimento de 10%, o que significará um recorde histórico no número de passageiros transportados.



Júlio César Alves, da Eletrobrás, falou ao Comitê de Transmissão sobre as novas tecnologias para modernização da transmissão e comentou sobre as novas oportunidades para o sistema de transmissão no novo cenário. A modernização com novas tecnologias para equipamentos de controle de tensão será uma das novas necessidades do sistema de transmissão.



Letícia Souza, gerente de projetos da São Paulo Parcerias, falou ao Comitê Infrassocial sobre projetos de educação estruturados pela instituição. A SP Parcerias trabalha na estruturação de projetos de PPP em educação que envolvem melhorias em quase 300 escolas, na cidade de São Paulo, em Porto Alegre e em unidades do estado do Rio Grande do Sul.



Lucas Costa, diretor da Companhia Carioca de Parcerias e Investimentos, da Prefeitura do Rio de Janeiro, apresentou o Projeto Parques Cariocas ao Comitê de Infrassocial. O projeto propõe a ampliação das áreas verdes da cidade, combinada com melhoria dos serviços. No total estão previstos mais de R\$ 1 bilhão de investimentos em diversos parques naturais e urbanos.



Maira Madrid, CEO da Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias – ABGF, e **Luiz Legaspe**, diretor de Garantias da instituição, visitaram a ABDIB e falaram sobre as atribuições da empresa. Ligada ao Ministério da Fazenda, a ABGF é uma empresa pública que administra fundos garantidores e dá suporte às operações de interesse econômico e social.



Mara Souza, da Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos falou ao Comitê de Infrassocial sobre projetos de saúde em estudo. Ela destacou o projeto do Instituto Nacional do Câncer – INCA, que prevê a modernização dos serviços de tratamento do câncer no Rio de Janeiro. E, também, o projeto Fêmeina, que envolverá a construção, manutenção e operação de serviços bata cinza em unidades de atenção à mulher na região metropolitana de Porto Alegre.



Mariana Moschiar atualizou para o Comitê Infrassocial a situação dos projetos da SP Parcerias. O destaque foi para o lançamento do edital da PPP CEUs 2º lote. A implantação de cinco novas unidades do Centro de Educação Unificada, CEU, aumentará a oferta de educação, cultura, esportes e lazer nas localidades da Zona Sul que mais demandam esse tipo de serviço.



Marcos Xavier, falou ao Comitê de Resíduos Sólidos sobre a atuação do New Development Bank – NDB – no Brasil. O banco multilateral contava, no segundo semestre de 2024, com 19 projetos aprovados no país. Eles representam US\$ 5,7 bilhões em financiamento, sendo 79% da carteira de projetos aprovados em empréstimos soberanos.

Mário Augusto Gouvea de Almeida, chefe da Assessoria Econômica do Tesouro Nacional, falou ao Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias sobre as novas fontes de recursos e instrumentos, em estruturação pelo Tesouro. De acordo com Gouvea, o destaque é o programa Eco Invest Brasil, que trabalha com recursos do Fundo Clima.



Milena Moreno, mostrou ao Comitê de Diversidade e Inclusão os desafios de implantação e iniciativa da Santos Brasil na área. O trabalho começou pela elaboração da cartilha de Inclusão, Equidade e Pertencimento. Um dos desafios da Santos Brasil, onde a mão de obra é predominantemente masculina, é a ampliação do número de mulheres na companhia. Para 2030, a meta é alcançar 20% de mulheres no quadro geral e 35% em cargos de liderança.



Milton Carvalho Gomes, procurador-geral do Ministério dos Transportes, falou ao Comitê de Ferrovias, no dia 23 de fevereiro, sobre a Câmara de Negociação e Solução de Controvérsias — COMPOR —, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Trata-se de um ambiente técnico consensual para a solução célere de controvérsias. O objetivo é aumentar a segurança jurídica na atração dos investimentos no setor.



Nyanne Brito, da Engie, falou ao Comitê de Transmissão sobre as oportunidades de integração de linhas de transmissão na América do Sul. Isso ajudará a transformar em oportunidade a sobreoferta de energia, que deve se estender até 2030. As “pontes elétricas” ligarão o sistema brasileiro a países vizinhos e permitirão a exportação de energia renovável e limpa.



Osmar Pinto Júnior, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, falou ao Comitê de Transmissão sobre as novas tecnologias para a modernização da transmissão de energia elétrica. Houve no país, nos últimos anos, um aumento de danos a linhas de transmissão por ação do vento, descargas atmosféricas e chuvas intensas.



Otavio Fernandes, do IFC, apresentou ao Comitê de Iluminação Pública os projetos dos municípios de Timon (MA) e Foz do Iguaçu (PR). Os projetos de Iluminação Pública estruturados pela CAIXA e pelo IFC têm como objetivo a modernização e a efficientização da rede, iluminação exclusiva para faixas de pedestres e ciclovias, implantação do sistema de telegestão e de centros operacionais, entre outras ações de modernização.



Paulo Candura, da Luz Energia, apresentou ao Comitê de Iluminação Pública as alterações estabelecidas na revisão pela ABNT das normas técnicas para a iluminação viária. De acordo com Candura, há uma série de alterações e exigências para a instalação de luminárias nas vias públicas. A revisão da norma exige diagnósticos mais assertivos, que passa a ser fundamental devido às novas exigências técnicas.



Paulo Gala, economista-chefe do Banco Master, fez para o Conselho de Administração uma avaliação da atual situação da economia brasileira. De acordo com Gala, o cenário de curto prazo é bom – com a recuperação da atividade econômica, a elevação dos níveis de emprego e o controle do processo inflacionário.



Pedro Bruno Barros de Souza, Secretário de Infraestrutura e Mobilidade do Governo de Minas Gerais, contextualizou no Comitê de Rodovias os projetos de concessão e das novas ações previstas no estado. Com 10% de sua malha rodoviária concedida, o estado tem seis concessões em andamento e outras cinco em estudo. Entre as iniciativas previstas está a criação da Agência Reguladora de Transportes, responsável pela melhoria da regulação do setor.



Pedro Iacovino, presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Iluminação Pública – ABCIP apresentou na reunião do Comitê de Iluminação Pública os principais indicadores do setor e os resultados do censo de Iluminação Pública realizado pela associação. O setor conta atualmente com 126 contratos de concessão em 148 municípios, com 4,2 milhões de pontos de iluminação pública já concedidos.



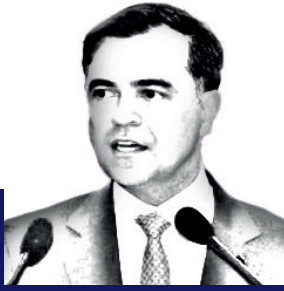
Ricardo Souza, gerente executivo de desenvolvimento, parcerias e serviços especiais da CAIXA, falou ao Comitê de Iluminação Pública sobre o pipeline de projetos do banco. A carteira, conta com 76 projetos, sendo 48 em iluminação pública, com investimentos de R\$ 4 bilhões. Desse total, doze projetos estão em fase de estudo de viabilidade, quatro em consulta pública e outros dois projetos com edital publicado.



Rodrigo Suárez Castaño, líder em Clima & Sustentabilidade para América Latina e Caribe da corretora Marsh, falou ao Comitê de Financiamento, Fundos, Riscos e Garantias sobre o impacto das mudanças severas climáticas em projetos de infraestrutura. Suárez, apresentou os principais pontos relacionados com o clima e a sustentabilidade que interferem na análise e elaboração dos contratos de seguros. Alguns desses eventos estão relacionados com as metas climáticas definidas na COP-28, em Dubai.



Sidney Martini, professor da USP e especialista em energia, na reunião do Comitê de Transmissão realizada no dia 1º de agosto, e comentou sobre a importância da análise dos ativos na fase final da concessão. “É preciso tratar, por exemplo, do valor dos bens ainda não amortizados”. Esses pontos devem ser tratados com muita clareza e responsabilidade.



Sandoval Feitosa, diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, falou em reunião do Comitê de Transmissão – para a qual foram convidados os comitês de Geração de Energia, de Transição Energética e de Segurança Energética – sobre as Perspectivas Para o Setor Elétrico Brasileiro. Ele destacou a importância do setor de transmissão neste momento em que

estão projetados investimentos de R\$ 158 bilhões, apenas nesse segmento, até o ano de 2032. Isso significa cerca de R\$ 20 bi em investimentos por ano. Outro ponto de atenção é o sistema de geração – que, a despeito do crescimento da importância das fontes renováveis de geração, ainda requer a necessidade de usinas térmicas eficientes.



Tábata Amaral, deputada federal, visitou a AB-DIB na condição de candidata à prefeitura de São Paulo pelo PSB à prefeitura de São Paulo. Em reunião híbrida transmitida por meio virtual, a pré-candidata analisou a situação do município e falou de seus planos para a infraestrutura à frente da prefeitura.



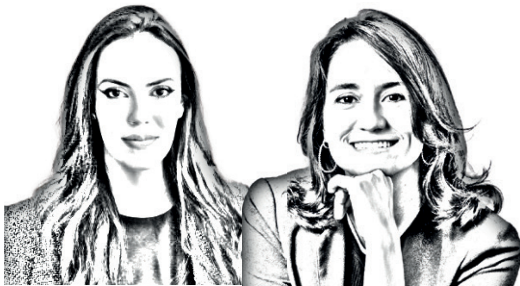
Tatiana Munhoz, coordenadora de estruturação e parcerias em Santa Catarina e representante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, falou ao Comitê de Iluminação Pública sobre as iniciativas do banco. Entre os segmentos apoiados pelo BRDE, estão os de infraestrutura social, logística urbana, saneamento, inovação e cidades inteligentes.



Thiago Dourado, Superintendente de Transmissão da EPE, falou ao Comitê de Transmissão sobre as perspectivas do setor no horizonte do PDE 2034. A EPE está trabalhando com a perspectiva de aumento na capacidade do sistema de transmissão, considerando, por exemplo, a necessidade de carga para atender aos novos projetos de data centers, com grande crescimento previstos para os próximos anos.



Tiago Pereira, diretor – presidente da ANAC, fez em reunião do Comitê de Aeroportos uma atualização sobre o processo de relicitação do aeroporto de Viracopos. Segundo ele, não houve solução consensual nas discussões no âmbito da entre o aeroporto de Viracopos e a Secex Consenso, do TCU. No escopo da nova licitação será mantida a obrigatoriedade de construção de uma nova pista com prazo de construção de 84 meses.



Viviane Faulhaber e Olivia Tonello, Advogadas tributaristas do escritório TFAA, participaram da reunião do comitê de resíduos sólidos no dia 27 de março e falaram sobre a Reforma Tributária e os Impactos da PEC no setor de resíduos. Na visão das advogadas, a reforma deve elevar dos atuais 9% para 27% a alíquota sobre as atividades do setor.



Viviane Moura, Assessora Especial da SPPI, falou ao Comitê de Infrassocial sobre os projetos de educação infantil em estruturação pelo BNDES e pela CAIXA. São 22 projetos, que abrangem 541 unidades e mais de 127 mil vagas, correspondendo a 28% do déficit atual. Um ponto fundamental para as PPPs de educação é a definição dos critérios para a aquisição de terrenos – que precisa estar definida já na fase inicial de cada projeto.

PRESEÇA INSTITUCIONAL DA ABDIB

Veja o resumo das principais reuniões e eventos que contaram com a presença de diretores da ABDIB em 2024

COINFRA DA CNI

O diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, foi nomeado como membro efetivo do Conselho de Infraestrutura – Coinfra, da CNI. O órgão, que é um dos dez conselhos temáticos da entidade, tem por objetivo acompanhar os projetos de infraestrutura já existentes, avaliar sua qualidade e apontar as necessidades de melhoria e ampliação do sistema.

EVENTO SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA NA FGV

O diretor de Planejamento e Economia da ABDIB, Roberto Guimarães, participou em fevereiro do evento “Reforma Tributária: Marco histórico e implementação nos próximos anos” promovido pelo Centro de Estudos de Infraestrutura & Soluções Ambientais da Fundação Getúlio Vargas, que contou com a presença do Secretário Extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy.

ABDIB É RECEBIDA POR LULA NO PLANALTO

Conselheiros e diretores ABDIB foram recebidos pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio do Planalto, no dia 5 de março. O objetivo do encontro foi convidar o presidente para o ABDIB Fórum, que seria realizado no dia 23 de maio, em Brasília, além de apresentar aqueles que, na visão da entidade, são os principais desafios e as grandes oportunidades de investimentos no setor de infraestrutura nos próximos anos. O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini enfatizou que “Com um bom ambiente de negócios, o setor privado está pronto para os desafios futuros”.

O presidente Lula estava acompanhado pelo ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa — que apresentou as ações do



Foto: SECOM – Secretaria de Comunicação Social

governo para enfrentar os desafios do setor. Pela ABDIB participaram a vice-presidente do Conselho de Administração, Solange Ribeiro, da Neoenergia, os conselheiros Maurício Bähr, da Engie e André de Angelo, da Acciona, além do presidente-executivo, Venilton Tadini, e do diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães.



ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO EM DEBATE NA CNN

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou em março do painel de abertura do evento CNN Talks. Em sua intervenção, Tadini defendeu os investimentos em infraestrutura como parte de uma estratégia global de desenvolvimento. Segundo ele, o país amadureceu e hoje dispõe de instrumentos capazes de estimular os investimentos em infraestrutura articulados com uma política industrial baseada na transição energética.

Do painel de abertura, que se seguiu à intervenção do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e foi mediado pelo jornalista Márcio Gomes, também participaram o ministro dos Portos e Aeroportos, Silvío Costa Filho, o presidente da Caixa, Carlos Antônio Vieira, presidente da Enel, Antônio Scala, e o Diretor de Comunicação e Marca da Gerdau, Pedro Torres.

DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou no dia 26 de março, no Palácio do Planalto, em Brasília, da cerimônia de assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Decreto que regulamenta as Debêntures de Infraestrutura. Convidado para compor a mesa, Tadini foi o primeiro orador a falar após a abertura do evento, feita pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Além de Lula e de Alckmin, estavam presentes o ministro Chefe da Casa Civil, Rui Costa, o ministro da Fazenda Fernando Haddad, o ministro dos Transportes Renan Filho, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, além de outros ministros, secretários do governo e presidentes de associações de classe. Em sua intervenção, Tadini observou que o Brasil vive um momento positivo, com uma “conjunção de astros que acontece pela primeira vez na história do financiamento dos ciclos de crescimento”.

ABDIB PARTICIPA DE EVENTO DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou em abril do painel O Futuro da Infraestrutura no 98º Encontro Nacional da Indústria da Construção — ENIC. No painel, que teve como moderadores Renato Carreira e Carlos Eduardo Lima Jorge, Tadini dividiu a mesa com Cristiano Della Giustina, diretor de Planejamento da Infra S.A., Gesner Oliveira Sócio da GO e coordenador do Centro de Estudos de Infraestrutura da FGV, e André Isper – secretário executivo da Secretaria de Parcerias e Investimentos do Estado de São Paulo.

A REINDUSTRIALIZAÇÃO EM DEBATE NA GO

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou do 11º Workshop Técnico da GO Associados, promovido pela empresa de consultoria liderada pelo economista Gesner de Oliveira com o objetivo de aprofundar temas centrais da política pública que afetam as decisões do setor privado. Tadini analisou os passos que o governo pretende dar até 2033 para alcançar os objetivos de reindustrialização previstos pelo governo.

ABDIB DISCUTE PARCERIAS COM O BANCO DO NORDESTE – BNB

A ABDIB recebeu visita do presidente do Conselho de Administração do BNB, Marcello Negro, acompanhado pelo diretor de Planejamento José Ademir Freire, pelo gerente do escritório do banco em São Paulo, Alan Andrade Luz e pelo Assessor Executivo da Presidência, Éverton Chaves Correia. Foram recebidos pelo presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, pelo diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães, e outros diretores da instituição. “Há muitas possibilidades de ações conjuntas e parcerias entre as duas instituições”, apontou Tadini.

Negro destacou o trabalho desenvolvido pela atual diretoria no sentido de tornar o BNB mais conhecido no Sudeste e em outras regiões do país. De um modo geral, as outras regiões não dispõem de informações detalhadas sobre o potencial e as possibilidades do banco no financiamento de projetos – inclusive no setor de infraestrutura. O BNB atua como o principal agente de desenvolvimento do Nordeste.

Hoje, 53,6% das operações de crédito do BNB estão concentradas no longo prazo. O Banco conta com um total de 5,7 milhões de clientes e dispõe de 294 agências, que atuam num total de 2074 municípios da região Nordeste, no

ABDIB SE REÚNE COM PRESIDÊNCIA DO BNDES

Dirigentes da ABDIB se reuniram em abril com o presidente do BNDES, Aluizio Mercadante. Pela ABDIB participaram o presidente do Conselho de Administração, André Clark, a vice-presidente Solange Ribeiro, os conselheiros André de Angelo e Maurício Bähr, o presidente-executivo Venilton Tadini e o diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães.

O presidente do BNDES estava acompanhado pela diretora de Infraestrutura e Mudança Climática, Luciana Costa, pelo diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior, José Luís Gordon, e por executivos.

A ABDIB aponta a mudança de postura do banco, que voltou a agir como instituição de fomento, como um dos fatores responsáveis pela ampliação dos investimentos em infraestrutura no país. A entidade tem defendido, também, a ampliação dos recursos à disposição do banco para suprir o hiato de investimentos que ainda se percebe na economia brasileira, sobretudo para a neoindustrialização e transição energética.

“É necessário unir recursos públicos e privados para recuperar a infraestrutura brasileira”, diz a ABDIB. O setor privado, segundo observa a entidade, já demonstrou que, com planejamento, condições macroeconômicas favoráveis, segurança jurídica e estabilidade regulatória, responde às demandas de investimento.

norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. Na visão do diretor de Planejamento José Ademir Freire, o atual momento vivido pelo país e pelo Nordeste é favorável à atuação de fomento bancário. “Hoje nós temos uma visão animadora da economia do Nordeste”, disse Freire.

ABDIB DISCUTE AGENDA COM O MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

O presidente-executivo Venilton Tadini e o diretor de Planejamento e Economia da ABDIB Roberto Guimarães apresentaram em abril uma importante agenda de compromissos em Brasília. O principal compromisso do dia foi um encontro com autoridades do Ministério das Minas e Energia (MME), do qual também participaram o diretor de Comitês José Maria Garcia, o coordenador do Comitê de Transmissão Carlos Adolfo Pereira, o coordenador do Comitê Estratégico de Energia Elétrica, Luís Falcone e o representante da associada Engie, Marcos Keller. A pauta da reunião girou em torno dos desafios do setor de energia e da infraestrutura.

Pelo ministério, estiveram presentes o secretário-executivo Arthur Cerqueira Valério, o secretário-executivo-adjunto Fernando Colli, o diretor de Programa Rui Guilherme Altieri Silva e a diretora da Secretaria Nacional de Energia Elétrica Fabiana Cepeda.

ABDIB SE REÚNE COM A MINISTRA DA GESTÃO

O diretor de Comitês José Maria de Paula Garcia representou a ABDIB em reunião com a ministra da Gestão e Inovação no Serviço Público, Esther Dweck, em Brasília. O encontro tratou de documento em que uma série de entidades do setor elétrico manifestou preocupação em relação à situação das Agências Reguladoras Nacionais e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

A despeito da importância dessas instituições para a definição dos aspectos de natureza regulatória que conferem segurança à implementação de projetos fundamentais para o bom desempenho econômico do país, a

situação deficitária das agências e o movimento dos funcionários do IBAMA têm prejudicado o andamento de projetos no setor elétrico e em outros segmentos da infraestrutura. Além da ABDIB estiveram presentes representantes da Abrage, Fase, IBP, ABPIP, Abimaq, Absolar, Abracel, Abrate, Abiapi e Abradee.

ABDIB HOMENAGEIA A DIRETORIA DA ANTT

A ABDIB promoveu em novembro na sede da entidade, um evento da série Diálogos da Infraestrutura com a presença do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Rafael Vitalli e do diretor Lucas Lourenço. Os mandatos dos dois se encerraram em fevereiro de 2025. O evento, em homenagem a eles, foi promovido pelo Comitê de Rodovias e pelo Comitê de Ferrovias da entidade e foi aberto por Venilton Tadini, presidente-executivo da ABDIB, que ressaltou a importância do fortalecimento técnico e orçamentário da agência para a realização de seu trabalho.

Além de Vitalli, Lourenço e Tadini, a mesa foi composta por Luís Baeta, coordenador-adjunto do Comitê de Rodovias, Davi Barreto, coordenador-adjunto do Comitê de Ferrovias e Presidente da ANTE, Marco Aurélio Barcelos, diretor-presidente da ABCR, Natália Marcassa, CEO da MoveInfra e Eduardo Camargo, diretor da CCR.



Foto: Geraldo Lima, fotógrafo ABDIB.

ABDIB DISCUTE INFRAESTRUTURA DO NORDESTE

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou em setembro, na sede da Confederação Nacional da Indústria – CNI –, em São Paulo, do seminário promovido pela Editora Globo e pelo jornal Valor Econômico, com apoio do Banco do Nordeste do Brasil – BNB –, que tratou da Infraestrutura e Desenvolvimento do Nordeste. O evento contou com a presença do presidente do BNB, Paulo Câmara, do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, do diretor de Planejamento do BNB, Aldemir Freire, da presidente da Agência Nacional de Águas, Verônica Cruz Sanches, do Superintendente da CNI, Wagner Cardoso, do vice-presidente da Aegea, Rogério Tavares e do diretor de Parcerias da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, Luciano Arruda.

Tadini participou, ao lado do ministro dos Portos e Aeroportos Silvio Costa Filho, do primeiro painel do evento, que tratou da Infraestrutura e Crescimento Econômico. Ele destacou os projetos regionais que constam do Livro Azul da Infraestrutura, da ABDIB, e chamou atenção para o impacto negativo que o movimento dos funcionários do IBAMA e a situação das Agências Reguladoras pode causar no desenvolvimento da região. Mesmo assim, segundo ele, a região oferece grandes oportunidades para a expansão dos investimentos em infraestrutura.

ABDIB PARTICIPA DE EVENTO DA ANTF

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou em agosto da oitava edição do Brasil nos Trilhos, promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF. O evento foi realizado em Brasília e discutiu a participação das ferrovias na matriz brasileira de transportes. Tadini integrou a mesa do painel que discutiu “O papel da regulação nos incentivos de sustentabilidade do transporte”. Ele destacou que o

desenvolvimento de uma infraestrutura mais sustentável passa obrigatoriamente pela mudança da matriz de transportes no Brasil. “Precisamos aumentar a participação do modal ferroviário na matriz, com aumento do transporte de carga geral, o que trará benefícios na redução de gases do efeito estufa, além da redução do custo Brasil”, afirmou.

ABDIB PARTICIPA DE HOMENAGEM AO DEPUTADO ARNALDO JARDIM

O presidente executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e o diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães, participaram em agosto de jantar em homenagem ao deputado federal, Arnaldo Jardim (Cidadania/SP). O evento foi promovido por empresários de diversos setores em reconhecimento do protagonismo do deputado no Poder Legislativo, especialmente no esforço pela retomada dos investimentos em infraestrutura e pelo desenvolvimento econômico.

ABDIB PARTICIPA DO CNN TALKS

O presidente do Conselho de Administração da ABDIB, André Clark, e o presidente-executivo, da Associação, Venilton Tadini, participaram em agosto do evento CNN Talks: O futuro da indústria na visão do setor privado. O evento foi realizado pela emissora CNN. Clark e Tadini discutiram políticas públicas para o setor industrial. As apresentações na abertura do evento foram feitas por Josué Gomes da Silva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, e por representantes do Ciesp, da Firjan e da CNI.

Clark destacou em sua apresentação que quase 90% do Nova Indústria Brasil, o projeto de política industrial apresentado pelo governo no final do ano passado, foi elaborado com a colaboração do setor privado. “Temos a obrigação de ajudar a executar o que a gente ajudou a desenhar”, afirmou.

Com relação às políticas públicas para o setor industrial, Tadini destacou que, pela primeira vez na história, um ciclo de desenvolvimento, que já se iniciou, terá no Brasil um modelo de financiamento baseado em um tripé. “Enquanto os ciclos anteriores foram financiados ou por capital externo ou com recursos do orçamento, desta vez haverá recursos externos, recursos do tesouro e do mercado de capitais”, disse. Além de Tadini, estiveram presentes no painel o economista Rafael Lucchesi, diretor de desenvolvimento industrial da CNI, e Rafael Cagnin, economista-chefe do IEDI.

ABDIB NOS 70 ANOS DA HITACHI ENERGY

O presidente-executivo Venilton Tadini, compareceu em setembro ao evento que marcou a comemoração dos 70 anos da Hitachi Energy no Brasil. Associada da ABDIB, a empresa, de origem japonesa, anunciou no evento um programa que prevê US\$ 200 milhões na expansão da fábrica de transformadores que mantém no município de Guarulhos e na construção de uma nova unidade entre São Paulo e o Rio de Janeiro. “A Hitachi exerce um papel fundamental no fornecimento dos equipamentos que garantirão a segurança energética no Brasil”, disse Tadini, que estava acompanhado por outros diretores da entidade.

BNDES E ABDIB ANUNCIAM PROTOCOLO DE INTENÇÕES

A ABDIB e o BNDES assinaram em outubro um documento conjunto em que se propõem a celebrar um Protocolo de Intenções no sentido de promover ações relacionadas com as áreas de infraestrutura de transportes e saneamento. A intenção é realizar estudos conjuntos e promover seminários voltados para a discussão e o aprofundamento dos temas da área.

A assinatura se deu em reunião na sede do BNDES, em São Paulo, e contou com a presença da diretora de Infraestrutura, Transição



Energética e Mudança Climática do banco, Luciana Costa, e do presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini. A diretora, que destacou a oportunidade de contar com a abrangência e a capilaridade da ABDIB na coleta e na análise de informações de qualidade sobre a infraestrutura brasileira, estava acompanhada pelos assessores Rodolfo Torres e Fábio Cacao Kono. Pela ABDIB estiveram presentes o diretor de Planejamento e Economia, Roberto Guimarães, o diretor de Comitês José Maria de Paula Garcia e o diretor Administrativo-Financeiro, Nivaldo Tetti.

VIA VIVA, NO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

O presidente-executivo da ABDIB Venilton Tadini participou em outubro do Via Viva – Seminário Socioambiental em Infraestrutura de Transportes. O evento, que foi realizado em Brasília, foi a oitava edição do Via Viva, que aconteceu desde 2017 por iniciativa da Subsecretaria de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes. O tema do encontro foi Licenciamento Ambiental: Retomada do Diálogo.

Tadini participou do quarto painel do encontro, que discutiu as PPP de Infraestrutura de Transportes: Além do Licenciamento Ambiental.

ABDIB PARTICIPA DE LANÇAMENTO NO PLANALTO – MISSÃO 3

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou em outubro, no Palácio do Planalto, em Brasília, da cerimônia de lançamento do detalhamento das cadeias produtivas da Missão 3 da Nova Indústria Brasil – NIB. Essa fase do programa trata de infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade sustentáveis para a integração produtiva e bem-estar nas cidades. O encontro, que contou com a presença do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi aberto pelo vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin.

Além de Lula e Alckmin, estavam presentes os ministros da Casa Civil, Rui Costa, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ministro dos Transportes, Renan Filho, a ministra do Planejamento, Simone Tebet, o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, outros ministros e autoridades, representantes de entidades e de empresas privadas.

O presidente-executivo da ABDIB apresentou os números relevantes dos investimentos em infraestrutura em 2024 – na sequência do desempenho que já havia sido positivo em 2023. “Este ano, vamos superar o recorde de investimentos de infraestrutura, que durava desde 2014. Com a diferença de que, naquele ano, a maioria dos investimentos foi feita com dinheiro público e, este ano, 75% dos recursos são privados”, apontou Tadini.

Segundo Tadini, as perspectivas para a infraestrutura para os próximos anos continuarão favoráveis, em função da quantidade expressiva de projetos de concessões e de Parcerias Público-Privadas em estruturação no país e a introdução de um novo e inédito padrão de financiamento dos projetos.

Tadini mencionou, além disso, a necessidade de manter a autonomia técnica e orçamentária das agências reguladoras – que são fundamentais para criar um ambiente atraente para o capital privado. Defendeu a necessidade de readequar o IBAMA – a fim de apressar a liberação das licenças ambientais que têm atrasado a execução dos projetos de infraestrutura.

NA COP-29, EM BAKU

A Coordenadora Adjunta do Comitê Transição Energética, Maria João Rolim, representou a ABDIB em dezembro, na Conferência das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas – COP-29, em Baku, no Azerbaijão, de um painel realizado no stand da Confederação Nacional da Indústria – CNI, que tratou da Transição Energética e o Fortalecimento das Cadeias de Suprimento Globais. O painel tinha como objetivo apresentar e discutir as oportunidades para o Brasil no campo da energia eólica,

incluindo a opção do uso dessa fonte renovável de geração na produção do hidrogênio verde. Em sua apresentação, Maria João destacou a importância de se coordenar a questão da transição energética com o desenvolvimento da indústria. E ressaltou que, além dos recursos naturais, o Brasil tem o diferencial de ter uma indústria nacional capaz de potencializar o uso desses recursos. Ela mencionou, ainda, a importância de avanços na infraestrutura para escoamento dos produtos verdes.

FÓRUM INFRA WOMEN

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou em dezembro do I Fórum Infra Women. Realizado na Arena B3, em parceria com a NürnbergMesse, o encontro tinha como objetivo discutir soluções inovadoras para a infraestrutura, reforçando a importância de iniciativas constituídas de forma conjunta para o setor, com diversidade, inclusão e conexão como pilares fundamentais.

Em painel moderado por Cintia Torquetto, presidente do Infra Women e coordenadora-adjunta do comitê de Diversidade e Inclusão da ABDIB, Tadini falou sobre o cenário de 2025 para a infraestrutura brasileira. A seu lado estavam Virginia de Ângelis, sócia fundadora da Water Brain; Teresa Vernaglia, Conselheira da Infra Woman no setor de Energia Elétrica e Saneamento; Cristiane Gomes, Diretora de Tecnologia e Digital da CCR S.A e Karla Bertocco, presidente do Conselho de Administração da SABESP.

SEMINÁRIO 20 ANOS DA LEI DE PPPS

O presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, participou em dezembro do Seminário 20 anos da Lei de PPPs, realizado em Brasília e promovido pelo PPI e APEX Brasil. Ele integrou o painel Diálogo com Investidores: o Mercado de PPPs no Brasil, que foi moderado por Guilherme Peixoto, Superintendente de Governança em Licitações da B3. O tema foi debatido, também, por Marco Aurélio Barcelos Silva, diretor-presidente da ABCR, e Natália Marcassa, CEO da Moveinfra.

SEMINÁRIO DO BID

O presidente-executivo Venilton Tadini e o diretor de Planejamento e Economia Roberto Guimarães participaram de um seminário promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – que tratou do Cenário da Infraestrutura de Transportes no Brasil. Em apresentação virtual, eles apresentaram os dados do Livro Azul da Infraestrutura e registraram a elevação dos investimentos no setor.



EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Cursos para formação de profissionais da infraestrutura

O programa Educorp, da ABDIB, que completou 20 anos em 2024, oferece capacitação aos interessados em atuar em um dos setores que mais crescem na economia do país

Criado há 20 anos, o programa de Educação Corporativa da ABDIB tem o objetivo de atender às demandas das empresas associadas — que necessitam desse suporte para complementar a formação dos executivos, técnicos e especialistas que atuam na área de infraestrutura. Ao longo dessas duas décadas, milhares de profissionais participaram das

aulas que, a partir de 2020 — devido à pandemia da Covid-19 — passaram a ser ministradas por meios digitais. Isso proporcionou mais agilidade e permitiu que pessoas de todo o país se inscrevessem no programa. A importância do programa pode ser medida pela quantidade de matriculados nos programas Educorp. Este ano, 247 profissionais participaram dos cursos.

CURSOS OFERECIDOS EM 2024

Modelagem de Investimentos em Projetos de Infraestrutura

→ [Gabriela Engler](#)

→ 11/03/2024

Seguros e Garantias para Infraestrutura

→ [André Dabus](#)

→ 25/04/2024 e 18/11/2024

Project Finance

→ [Fernando Fleury](#)

→ 15/04/2024 e 16/09/2024

Modelos de Regulação e Equilíbrio Econômico Financeiro

→ [Fernando Marcato](#)

→ 21/05/2024

Concessões e PPPs em Saneamento

→ [Gesner Oliveira](#)

→ 17/06/2024

Regulação Econômica em Infraestrutura – Nível I

→ [Eric Brasil](#)

→ 22/08/2024

CURSOS PREVISTOS PARA 2025



Seguros e Garantias para Infraestrutura

→ André Dabus

→ 28/04/2025

O desenvolvimento do segmento de infraestrutura, associado às mudanças climáticas severas que estamos vivenciando, demandam por soluções diferenciadas e inovadoras do mercado segurador e ressegurador, nacional e internacional. Novos produtos de seguros já estão disponíveis para contratação, como: Seguro Paramétrico Climático, Seguros para Fusões e aquisições, protegendo o passivo oculto e conhecido em operações de M&A, dentre outros

As mudanças no ambiente regulatório de contratações públicas, em especial a Lei 14.133/2021 “Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos”, e do Mercado Segurador (Nova lei de Seguros que encontra-se em tramitação no Congresso Nacional) exigirá de todos envolvidos no ambiente de contratação pública e privada, conhecimento aprofundado dos mecanismos de identificação e alocação de riscos, da nova estrutura de garantias previstas nesta nova lei, tanto na fase de licitação quanto para assinatura dos contratos, e também a estruturação da garantia pública em projetos de parcerias público-privadas, buscando analisar os correlatos instrumentos jurídicos, formas contratuais e racionalidade econômico-financeira.

Diante desta nova realidade, entender os fundamentos do mercado segurador brasileiro e, em especial, aqueles voltados à contratação de seguros e garantia para projetos e infraestrutura, proporcionará aos participantes deste curso, ampliar o conhecimento e, ao mesmo tempo, permitir um amplo debate com

especialistas na área sobre os principais aspectos do processo de contratação do seguros e garantias desde a participação de licitações (Bid Bond), execução dos contratos (Performance Bond), e na obtenção de financiamentos (Completion Bond).

O curso também abrangerá os aspectos teóricos e práticos para estruturação da garantia pública em projetos de parcerias público-privadas buscando analisar os correlatos instrumentos jurídicos, formas contratuais e racionalidade econômico-financeira.



Modelagem de Investimentos em Projetos de Infraestrutura

→ Gabriela Engler

→ 06/05/2025

O curso apresenta uma visão abrangente sobre a modelagem de investimentos em projetos de infraestrutura, sob uma perspectiva multidisciplinar que combina aspectos de planejamento, econômico-financeiros e jurídicos. A partir de diversos exemplos práticos de diferentes setores, os participantes poderão compreender as estratégias possíveis para abordagem dos investimentos em projetos de infraestrutura. O curso inova ao proporcionar, com base em casos reais, enquadramento didático das alternativas para modelagem de investimentos e desvendar os bastidores da tomada de decisão dos agentes públicos no processo de estruturação de projetos.

As datas dos cursos podem sofrer alterações ao longo do ano. Acompanhe no site da [ABDIB](#) e do [Educorp](#).



Project Finance

→ **Fernando Fleury**

→ **18/04/2025**

O objetivo do Curso de Project Finance é preparar o aluno para atuar nas diversas partes envolvidas no financiamento de projetos de infraestrutura: empresas, financiadores, seguradoras e demais colaboradoras. Visa também criar um olhar integrado sobre os empreendimentos em suas várias etapas: planejamento, licitação, financiamento, construção e gestão, compreendendo como os instrumentos transmutam ao se passar de uma fase para outra.



Modelos de Regulação e Equilíbrio Econômico Financeiro

→ **Fernando Marcato**

→ **20/05/2025**

Sempre diante de casos práticos, demonstrar as formas de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de Concessão e PPPs a partir dos diversos modelos de regulação existentes nos setores da infraestrutura, além de abordar estratégias de mitigação e compartilhamento dos riscos e mecanismos legais e regulatórios que estão avançando para o alcance do equilíbrio contratual.



Concessões e PPPs em Saneamento

→ **Gesner oliveira**

→ **03/06/2025**

O curso apresentará os principais aspectos sobre concessões e PPP em saneamento e visa colaborar para a formação de educação profissional aos analistas e executivos das construtoras, financiadoras, seguradoras, dos bancos e consultorias em geral, bem como dos gestores públicos e público em geral.



Regulação Econômica em Infraestrutura – Nível I

→ **Eric Brasil**

→ **20/05/2025**

O curso está estruturado com a finalidade de apresentar aos discentes referencial teórico e prático sobre análise de políticas públicas, regulação, microeconomia e finanças relativos a projetos de infraestrutura, parcerias público-privadas e concessões de serviços públicos.

O intuito é capacitar os alunos a compreenderem e adotarem ferramentas de construção e análise do arcabouço regulatório envolvido e necessário nos diversos segmentos da infraestrutura, através de uma abordagem prática e técnica dos conceitos e problemas.



Regulação Econômica em Infraestrutura – Nível II

→ Eric Brasil

→ 07/10/2025

Tem o objetivo de aplicar os conceitos e ferramentas apresentados no Nível I do curso ao arcabouço regulatório dos segmentos de transporte, saneamento e telecomunicações.

Está estruturado com a finalidade de apresentar aos discentes referencial teórico e prático sobre análise de políticas públicas, regulação, microeconomia e finanças relativos a projetos de infraestrutura, parcerias público-privadas e concessões de serviços públicos.

O intuito é capacitar os alunos a compreenderem e adotarem ferramentas de construção e análise do arcabouço regulatório envolvido e necessário nos diversos segmentos da infraestrutura, através de uma abordagem prática e técnica dos conceitos e problemas.



Transição Energética, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade do Setor Elétrico

→ Maria João Rolim

→ 18/03/2025

A dinâmica do setor elétrico demanda constantes atualizações regulatórias e legislativas. Esta realidade tem se intensificado ainda mais com o cenário de mudanças climáticas, transição energética e uma agenda de sustentabilidade corporativa. Acompanhar o dinamismo setorial é um desafio para os profissionais que já atuam no setor, os que pretendem atuar e também para aqueles que precisam entender o funcionamento setorial para o desempenho de suas funções. A proposta do curso é a de trazer ao participante um entendimento da estrutura e funcionamento do Setor elétrico brasileiro em um cenário de mudanças climáticas e transição energética com implicações significativas na estrutura e funcionamento setorial. O curso foi idealizado para que os participantes possam ter uma ampla visão dos desafios globais que afetam o setor, e um maior detalhamento acerca dos impactos deste cenário nas alterações regulatórias e estruturais que impactam a dinâmica setorial. As sessões serão conduzidas de uma forma dinâmica e participativa tendo como professores convidados nomes expoentes na área.

Formatado de modo a trazer uma base conceitual aliada a uma visão estratégica das alterações setoriais, o curso atende a profissionais do setor que possuam diversos níveis de experiência, bem como a profissionais de setores correlatos que possuem interesse no entendimento do funcionamento do setor elétrico.



As datas dos cursos podem sofrer alterações ao longo do ano. Acompanhe no site da [ABDIB](#) e do [Educorp](#).



Mediação, Conciliação e Arbitragem – Meios Alternativos de Solução de Conflitos

→ **Murilo Furtado**

→ **25/06/2025**

O objetivo desta disciplina é municiar os participantes com as habilidades necessárias para pacificar partes através de meios adequados de solução de conflitos.



Conhecendo O I-REC: Certificado Internacional de Energia Renovável

→ **11/03/2025**

Neste curso você receberá informações sobre o Programa de Certificação de Energia Renovável no padrão I-TRACK (I-REC(E)), suas aplicações, clientes potenciais e procedimentos de obtenção da certificação, de forma a poder avaliar sua aplicação na obtenção de receitas extras para os empreendimentos de energia renovável.

Ao final do curso espera-se que o(a) aluno(a) compreenda:

- A relação entre os ativos ambientais I-REC com a plataforma de relato de gases de efeito estufa do Protocolo GHG
- Como funciona a certificação de energia elétrica renovável no padrão I-REC no Brasil e no mundo
- Como certificar uma usina de produção de eletricidade pelo padrão I-REC e comercializar os certificados
- Como certificar uma usina no programa de sustentabilidade REC Brazil e quais as suas vantagens
- Entender a definição de mix residual e qual o impacto dele nos inventários de emissão de CO2



ABDIB NA IMPRENSA

A ABDIB teve presença marcante no noticiário em 2024 e foi a principal fonte de dados sobre a infraestrutura consultada pelos principais órgãos da imprensa brasileira ao longo do ano. Esta seção contém algumas das principais reportagens baseadas em dados, opiniões e análises feitas pela entidade.

21/01/2024

Debêntures de infraestrutura injetarão R\$ 150 bi em 3 anos, diz entidade

[PODER 360](#)

27/03/2024

Abdib: decreto de debêntures de infra não veda uso de recursos em outorga

[BROADCAST+](#)

23/01/2024

Saneamento é o setor de infraestrutura que mais deve atrair investimentos neste ano. Veja por que

[O GLOBO](#)

04/04/2024

Perspectivas e desafios para a infraestrutura

O ano de 2023 trouxe mudanças importantes no cenário político nacional, com o governo federal empenhado em vencer resistências para aprovar suas pautas diante de um Congresso de perfil mais conservador do que o Executivo. (...). Mesmo com tais dificuldades, houve avanços, com a aprovação do novo arcabouço fiscal e da reforma tributária sobre o consumo. E, ainda, com a adoção de uma estratégia de desenvolvimento alicerçada na transição energética, na neointustrialização e na inclusão social, com protagonismo compartilhado entre governos federal, estadual, municipal e o setor privado. (Venilton Tadini e Roberto Guimarães)

[O GLOBO](#)

7/03/2024

Indústria articula apoio a criação de banco de exportações do Brasil

[PODER 360](#)

14/03/2024

Novas debêntures de infraestrutura atraem interesse de fundos de pensão

[VALOR ECONÔMICO](#)

06/04/2024

Debênture de infra chega, sem fila para emissão enquanto mercado aguarda detalhes

[EXAME](#)

23/04/2024

Saneamento tem lacuna de R\$ 198 bi para universalização

[↗ VALOR ECONÔMICO](#)

08/05/2024

O novo padrão de financiamento da economia brasileira

O Brasil vive uma situação inédita. Pela primeira vez, um ciclo de desenvolvimento não dependerá de uma única fonte de financiamento. O grande volume de recursos que será demandado pela transição energética, pela neoindustrialização e por outros projetos de infraestrutura contarão com fontes diversificadas de recursos. Os programas terão à disposição, de forma equilibrada, os recursos externos (inclusive de bancos multilaterais), os bancos de fomento internos e, como maior novidade, o mercado de capitais. Artigo escrito por Venilton Tadini e Roberto Guimarães.

[↗ VALOR ECONÔMICO](#)

9/05/2024

Reconstrução no Rio Grande do Sul deve levar uma década, avalia setor de infraestrutura e indústria de base

[↗ VALOR ECONÔMICO](#)

22/05/2024

Transição energética é oportunidade de reindustrialização do Brasil, diz presidente da Abdib

[↗ O ESTADO DE S.PAULO](#)

23/05/2024

Rui Costa destaca importância da participação da iniciativa privada no Novo PAC

[↗ VALOR ECONÔMICO](#)

Outras reportagens sobre o ABDIB Fórum 2024 podem ser encontradas em

[↗ VALOR ECONÔMICO](#)[↗ VALOR ECONÔMICO](#)[↗ ESTADÃO](#)

29/05/2024

Brasil precisa de R\$ 249 bilhões anuais para infraestrutura sustentar a transição energética, aponta BNDES

[↗ O GLOBO](#)

29/05/2024

Setor de infraestrutura está mais otimista, aponta pesquisa da EY e da Abdib

[↗ VALOR ECONÔMICO](#)

14/06/2024

Quais são os dilemas que o Brasil enfrenta para a transição energética?

[↗ VALOR ECONÔMICO](#)

09/7/2024

Brasil não investe o necessário em infraestrutura há 24 anos

[↗ PODER 360](#)

09/08/2023

Novo PAC: Brasil precisa mais que dobrar investimento para modernizar infraestrutura

[O GLOBO](#)

26/08/2024

Setor privado avança nos investimentos em infraestrutura

[O ESPECIALISTA](#)

30/08/2024

Mais cheio do que vazio

O noticiário econômico tem sido fértil em relação às discussões sobre a evolução da economia brasileira - notadamente em relação às flutuações das taxas de juros e câmbio e perspectivas da política fiscal. Recentemente, vivenciamos um paradoxo: por um lado, os indicadores econômicos não se mostraram ruins a ponto de acender preocupações. Ao mesmo tempo, uma reação negativa exagerada dos agentes elevou os indicadores de risco às alturas. Essa situação, a princípio, sugeriria que o copo está meio cheio e meio vazio. Quem observar o cenário com menos paixão e mais rigor técnico, no entanto, notará que ele está mais cheio do que vazio. Por Venilton Tadini e Roberto Guimarães

[VALOR ECONÔMICO](#)

02/09/2024

Segurança jurídica do marco legal do saneamento gera grande movimentação no setor

[VALOR ECONÔMICO](#)

03/09/2024

PAC sente efeito de ajuste fiscal e aposta em setor privado

[VALOR ECONÔMICO](#)

25/09/2024

Lupa nos investimentos federais nos Estados

[VALOR ECONÔMICO](#)

18/10/2024

Crise na ANEEL leva a temor de empresas e reguladores de interferência em agências

[AG. INFRA](#)

30/10/2024

Alckmin: investimentos do Nova Indústria Brasil melhoram a vida das

[AGÊNCIA GOV](#)

31/10/2024

O desequilíbrio das políticas públicas no transporte

[PODER 360](#)

14/11/2024

Investimentos em infraestrutura batem recordes

[VALOR ECONÔMICO](#)

Empresas Associadas

Accenture do Brasil Ltda	BR Infra Group
Acciona Infraestructuras S.A.	BRK Ambiental Participações S.A.
Aegea Saneamento e Participações S.A.	Brookfield Brasil Ltda
Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda	Caixa Econômica Federal
Alupar Investimento S.A.	CCR S.A.
Alvarez & Marsal Consultoria em Engenharia Ltda	CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano Do Estado de São Paulo
Alya Construtora S.A.	CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais
Andritz Hydro Ltda	CODEMGE – Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais
Aon Holding Corretores de Seguros Ltda	Companhia Paulista de Parcerias – CPP
Arap, Nishi & Uyeda Advogados	Concremat Engenharia e Tecnologia S.A.
Arcadis Logos S.A.	CPFL Energia S.A.
Aroeira Salles Advogados	Crasa Infraestrutura S.A.
Arteris S.A.	CSO Ambiental de Salto Spe S.A. – Corpus
Banco Fator S.A.	Delta Comercializadora de Energia Ltda
Barbosa Mello Participações e Investimentos S.A.	Demarest Advogados
Bdo Rcs Auditores Associados Ltda	Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
BF Capital Assessoria em Operações Financeiras Ltda	EDP – Energias Do Brasil S.A.
BMG Seguros S.A.	EGTC Infra
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Effectus Soluções de Negócios
Bocater, Camargo, Costa e Silva & Rodrigues Advogados	Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Empresas Associadas

Enel Distribuição São Paulo	Marsh Corretora de Seguros Ltda
Engie Brasil Participações Ltda	Mattos Filho Advogados
Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda	Monte Rodovias S.A.
Fator Seguradora	Motta Fernandes Advogados
Felsberg e Pedretti Advogados e Consultores Legais	Natturis Consultoria e Assessoria Ambiental
GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda	Neoenergia S.A.
GO Associados Consultoria Empresarial Ltda	Norte Energia S.A.
Greca Distribuidora de Asfaltos Ltda	NUCLEP - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.
GS Inima Brasil Ltda	OEC - Odebrecht, Engenharia e Construção
Hitachi Energy Brasil Ltda	Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.
I.C.Cohen Sociedade de Advogados	Orizon Meio Ambiente S.A.
Inova BH S.A.	Perfin Infra Participações Ltda
Intertechne Consultores S.A.	Pinheiro Neto Advogados
ISA Energia Brasil S.A.	PMMF Advogados
KPMG Structured Finance S.A.	Promon Engenharia Ltda
LCA Consultores S.s	Roadis Brasil Participações de Infraestrutura Ltda
Leite, Tosto e Barros Advogados Associados	Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Sociedade de Advogados
Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados	Rumo S.A.
Macquarie Brasil Participações Ltda	Sabesp - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
Madrona Advogados	Santos Brasil Participações S.A.
Manesco, Ramires, Perez, Azevedo Marques, Sociedade de Advogados	

Empresas Associadas

Siemens Energy Brasil Ltda	TSEA Energia
Siemens Infraestrutura e Indústria Ltda	Una Consultoria Econômica
Sm Assessoria Empresarial e Gestão Hospitalar	Vale S.A.
Solvi Participações S.A.	Vallya Advisors Assessoria Financeira Ltda
State Grid Brazil Holding S.A.	Vinci Airports
Tarobá Engenharia e Negócios Ltda	VLI Multimodal
Tauil & Chequer Advogados	Voith Hydro Ltda
Tokio Marine Seguradora	WEG Equipamentos Elétricos S.A.
Tozzini, Freire Teixeira e Silva Advogados	



ABDIB

www.abdib.org.br

